

ANTONIO JOSE DA SILVA



**“PRO ARIS ET FOCIS”: A REVISTA DAS FACULDADES CAMPINEIRAS E A
DIVULGAÇÃO DO IDEÁRIO CATÓLICO PARA A EDUCAÇÃO NO BRASIL
(CAMPINAS 1954/1962)**

MESTRADO

EDUCAÇÃO: HISTÓRIA POLÍTICA SOCIEDADE

**PUC/SP
2008**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ANTONIO JOSE DA SILVA

**“PRO ARIS ET FOCIS”: A REVISTA DAS FACULDADES CAMPINEIRAS E A
DIVULGAÇÃO DO IDEÁRIO CATÓLICO PARA A EDUCAÇÃO NO BRASIL
(CAMPINAS 1954/1962)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Educação, no Programa de Pós-graduação em Educação: História, Política, Sociedade, sob a orientação do Professor Doutor Bruno Bontempi Jr.

PUC/SP
2008



*O canto desse menino
Talvez tenha sido em vão
Mas ele fez o que pôde.
Fez sobretudo o que sempre
Ihe mandava o coração.*

Thiago de Mello

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar um trabalho, é muito justo não olvidar aqueles que de diversas maneiras colaboraram para o seu encaminhamento. Nessa trajetória tive a felicidade de contar com a orientação sempre atenta, rigorosa e eficiente do Prof. Dr. Bruno Bontempi Jr. Agradeço a sua confiança, respeito, dedicação e, sobretudo a paciência e disposição em orientar-me.

Aos professores que participaram do meu exame de qualificação o Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves (UNITAU) e à Prof.^a Dr.^a Paula Perin Vicentini (PUC/SP) agradeço a leitura atenta, os comentários, críticas e contribuições que nas minhas limitações tentei incorporar.

Aos professores do Programa Educação: História, Política e Sociedade, em especial ao prof. Dr. Kazumi Munakata, por quem tenho a mais profunda admiração, agradeço por sua amizade e inspiração

Aos meus colegas de jornada, especialmente Bia e Suenilde, cuja convivência amiga, bilhetinhos, “trocas de leituras e idéias” proporcionaram pistas, sugestões, além dos bons momentos de descontração.

À Betinha, secretária do Programa, sempre eficiente me lembrando dos deveres, obrigações, prazos...

Agradeço também às Irmãs do Colégio N.^a S.^a do Rosário, em especial a Ir. Conceição pelo incentivo e palavra sempre coerente e amiga e à Ir. Íris, lutadora e batalhadora das causas sociais. Também aos meus colegas de trabalho e pelos momentos de conversas naquele “recôndito lugar”. Aos meus alunos pela convivência desafiadora que estimula os meus estudos.

Aos meus pais Josina e José Augusto sempre presentes, meu amparo nas horas difíceis.

Aos meus irmãos: Luiz, Teca, Elza, especialmente Izaíno que me iniciou no universo dos livros, Mingo e Paulo, pelos puxões de orelha “desnecessários”, mas, sobretudo pelo carinho, afeto e cuidados que me dedicam. À Cida, pela eterna proteção.

Aos meus sobrinhos queridos: Vinicius, Amanda, Simone, Dayene, Carol, Mariane, Tammy, Gabriel, Marquinhos e especialmente Rodrigo e Gustavo (amado

afilhado e companheiro de sofrimento pelo “timão”) pela convivência, companhia e por ver em vocês um pouco do que fui e do que sou.

Aos meus amigos especiais Kiko e José Antonio parte da minha história, sempre presentes nos momentos mais importantes da minha vida.

A Tati, a quem devo “minha vida”.

À grande amiga Maria Inês Nocite, por tudo que aprendi com a sua convivência, em todos os sentidos: estudo, trabalho, vida.

À Fúlvia Morilhas amiga que reencontrei e que paciente e atenta tanto me ajudou nesta reta final com a leitura e revisão.

Aos meus amigos “agregados”: Henri afetuoso, sensível e “doido”, Esteban (“minha nega”), Bá com quem divido o bom gosto pela música, Ângela elo da cadeia dessas relações e Zilmar que não bastasse o carinho e amizade, ainda se dispôs a fazer a diagramação do trabalho.

À Tânia, companheira, amante que trouxe a alegria da vida, do amor, a paz e tudo mais. Sem a sua presença, apoio, nada teria acontecido. ”*dimidium animae mea*” .

À Secretaria Estadual de Educação pela Bolsa concedida sem a qual não teria sido possível a realização dessa pesquisa.

RESUMO

Compreendendo a potencialidade de investigação proporcionada pela imprensa periódica educacional, elegeu-se para este estudo a análise da Revista das Faculdades Campineiras. Representativa do segmento católico, de suas páginas emergiram questões sobre os rumos da educação brasileira, em um período de grandes debates em torno da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), bem como as ações da Igreja no intuito de influenciar decisões políticas, com suas propostas. Dentre as posições da Igreja quanto à educação, destacaram-se: o direito da família na escolha do tipo de ensino para os filhos, a subvenção pública das escolas católicas e a implantação do ensino religioso obrigatório nas escolas públicas. Assim, buscou-se nesta pesquisa delinear a trajetória da Igreja Católica na sua relação com a Educação e o Estado brasileiro, articulando-a com a criação das faculdades católicas, compreendendo a especificidade das “Faculdades Campineiras”, hoje PUCCAMP, e a criação da Revista como parte de suas ações no combate aos “inimigos”: Liberais e Comunistas, entendidos como duas faces da mesma moeda. O embate com esses grupos foi travado na tramitação da aprovação da LDB e, como estratégia, a Igreja buscou simpatizantes para sua causa entre os intelectuais e procurou aproximar-se dos setores médios da sociedade para um consenso em torno dos valores católicos usando, entre outros meios, a publicação da Revista para divulgação de seus ideais.

Palavras-chave: Lei 4.024/61, Educação, Igreja, Universidade Católica, Revista das Faculdades Campineiras, Comunismo.

ABSTRACT

By understanding the potentiality provided by the education periodic press investigation, it was chosen for this study the analysis of *Faculdades Campineiras Magazine*. However as representative of the catholic segment, from their pages wide-ranging subjects emerged, such as the directions of the Brazilian Education, in a period of great debates around the elaboration of the law of guidelines and Bases of the Education (LDB) and the actions from the church with the intention of having a preponderant influence of its proposal: the family right to choose the teaching kind for their children, the catholic schools public subsidy and the religious teaching obligation for public schools. Therefore, in this research the main objective was to delineate the path of the catholic church in its relationship with Education and the Brazilian State, articulating it with the foundation of the Catholic universities, more specifically “*Faculdades Campineiras*”, nowadays called PUCAMP and the creation of the *Magazine* as a part of the catholic church actions fighting against the enemies: the Liberalism and the Communism, both considered as the two parts of the same coin. The debate happened during the process for approving LDB; as a strategy, the church looked for sympathetic people to its cause among catholic intellectuals, as well as it tried to get closer to the medium sections of the society for a consensus around the catholic values, using among other means, the release of the magazine in order to popularize its ideals.

Key-words: Law 4.024/61, Education, Church, Catholic University, Magazine of *Faculdades Campineiras*, Communism.

SUMÁRIO

Apresentação	11
Capítulo I – Trajetória da Igreja Católica no Brasil (1891-1961).....	17
1.1 – Igreja, Educação e Estado no Brasil	17
Capítulo II – Da Fundação das Faculdades Campineiras	37
2.1 – A Cidade de Campinas.....	37
2.2 – As Faculdades Campineiras	41
2.3 – A Origem e os Objetivos da Revista das Faculdades Campineiras	47
Capítulo III – Educação, Comunismo e Missão dos Católicos pela Ótica da Revista.....	58
3.1 – O debate em Torno da LDB	58
3.2 – Educação	66
3.3 – Comunismo	75
Considerações Finais.....	85
Fontes Primárias	90
Bibliografia.....	92
Anexos.....	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Matrículas de Alunos.....	50
Tabela 2: Alunos Diplomados.....	51

LISTA DOS ANEXOS

ANEXO 1

A “Revista das Faculdades Campineiras”	97
O Reitor das Faculdades, aos seus professores e alunos	99
“Bilhetes para os de Casa...”	101
Trechos da Alocução do Reitor das Faculdades na abertura do Ano letivo de 1955	103
“Bilhetes para os de Casa...”	107
“Bilhetes para os de Casa...”	111

ANEXO 2

Documento 01: Discurso do Santo Padre à reunião nacional dos juristas católicos italianos....	113
Documento 02: Aspectos Característicos da Educação – Discurso do Prof. Dr. Enzo Azzi.....	113
Documento 03: A solução Corporativa de Associação – Conde Sebastião Pagano.....	115
Documento 04: Exortações aos Mestres Católicos.	117
Documento 06: Alocução do Santo Padre, Papa Pio XII, ao Movimento “PAX ROMANA” sobre a função do intelectual católico no mundo moderno.	120
Documento 07: Declaração dos Cardeais, Arcebispos e Bispos do Brasil.....	120
Documento 08: A lenda de John Dewey no campo da educação americana.	123
Documento 09: Discurso de Dom Vicente Scherer sobre a orientação materialista e ateuista do ensino nacional.....	125
Documento 09 A: Esclarecimento do Professor Anísio Teixeira.....	127
Documento 09 B: Lição de uma greve.....	129
Documento 09 C: Espírito Universitário.	130

Apresentação

.Ao iniciar os estudos no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História Política Sociedade, especificamente no curso de História da Educação Brasileira I, ministrada pelo Prof. Dr. Bruno Bontempi Jr. tomei contato com a questão da participação dos jesuítas na educação brasileira. Essa atuação, mesmo com as interrupções em razão da oposição que sofreram, principalmente por conta do Marquês de Pombal na segunda metade do século XVIII, não os impediu de serem uma grande força no campo educacional brasileiro após o seu retorno, já no século XIX, haja vista que a fundação da primeira Universidade Católica no Brasil, que ocorreu no Rio de Janeiro em 1946, ficou a seu encargo.

Em 1939, o Concílio Plenário Brasileiro, em Carta Pastoral assinada pelos oitenta bispos participantes, foi taxativo na determinação de que se fundasse logo uma Universidade Católica, prenunciando que ela será “a glória da nossa geração”. Nesse clima de euforia, D. Leme, em janeiro de 1940, visita o Externato Santo Inácio, dos jesuítas, para manifestar sua disposição de confiar à Companhia de Jesus a direção acadêmica e administrativa da futura Universidade. (CASALI, 1995, p. 137)

Também é ilustrativo da influência dos jesuítas a escolha do dia para a solenidade de leitura do Estatuto da Sociedade Civil “Faculdades Católicas”, que ocorreu no dia 21 de junho de 1940, dia da festa de São Luís, santo jesuíta, (na tradição católica) padroeiro dos estudantes.

No decorrer do curso, ficou bem claro que a participação dos jesuítas no processo educacional brasileiro era apenas um dos aspectos da influência da Igreja Católica na educação. Nas discussões que se seguiram no curso em torno das reformas educacionais, um tema evidenciou a sua extensão: o embate travado pelos católicos e pioneiros da educação pela hegemonia na elaboração de um projeto educacional brasileiro na Primeira República. Nesse debate, a atuação de Alceu Amoroso Lima, intelectual convertido ao catolicismo, despertou interesse, seja por sua atuação incisiva e inflexível por uma educação moralizante, eclesiástica e integral, seja por seu desempenho nos bastidores da política, exercendo um papel de censor nas questões educacionais.

No decorrer do curso, o Prof. Bruno Bontempi Jr. apresentou artigos da Revista das Faculdades Campineiras discutindo a tramitação da LDB. Com isso, demonstrou que a importância do assunto também era evidente. Amadurecida a idéia e na interface com leituras e orientação, encaminhei a pesquisa na direção do debate entre católicos e liberais na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação entre 1948 e 1961. É um momento histórico instigante, considerando tratar-se de um período em que se debatem os rumos da educação brasileira após a ditadura varguista, e em que intelectuais católicos marcaram forte presença. A partir deste momento, as minhas atenções se voltaram para este período.

Definido o objeto e período da pesquisa, o contato com a Revista das Faculdades Campineiras permitiu a localização de um excelente material.

Com a localização de toda a série do periódico foi possível fazer um levantamento dos documentos relacionados com a pesquisa e selecionar as fontes documentais complementares. Concomitantemente, foi feito um levantamento das produções sobre a PUCCAMP e sobre a Revista. Não havia nenhuma produção específica sobre o tema. No entanto, três trabalhos foram muito úteis à pesquisa, devido à proximidade do assunto tratado.

No trabalho Groppo¹, a proximidade se dá em razão da utilização de uma revista como a principal fonte, e também de sua temática, o anticomunismo nas elites católicas. Nesse trabalho, a autora identifica a revista *A Ordem*, como um dos principais veículos de divulgação do pensamento conservador: a gênese do anticomunismo católico no Brasil. Ainda de acordo com a autora, a década de 1930 foi um dos períodos de maior recrudescimento do comunismo no Brasil. Dessa forma, esse estudo traz contribuições para a compreensão do sentimento do anticomunismo e das formas de construção e dinamização de estereótipos para os inimigos da Igreja. Parte desses estereótipos permaneceram no ideário católico, tendo sido utilizados nas discussões sobre a LDB.

Enquanto Groppo analisa o período de 1930 a 1937, Rodrigues² avança no tempo abrangendo o Estado Novo. Esse autor resgata as bases do pensamento conservador – Edmund Burke, Louis-Ambroise De Bonald e Joseph De Maistre --,

¹ GROPPA, Célia Maia. (2007). Ordem no céu, ordem na terra: A Revista “A Ordem” e o ideário anticomunista das elites católicas (1930/1937). Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

² RODRIGUES, Candido Moreira. (2005). A Ordem – uma revista de intelectuais católicos 1934/1945. Belo Horizonte: Autentica Editora/FAPESP.

além, é claro, das matrizes teórico-filosóficas de *A Ordem* – Carl Schmitt, Henri-Louis Bergson e Jacques Maritain. Dessa exposição, Rodrigues passa a analisar categorias específicas, como o Comunismo, Liberalismo, Educação, Fascismo e Democracia. Algumas dessas categorias foram usadas como orientação para a formação das categorias do estudo aqui desenvolvido.

Por fim, o trabalho de Alípio Casali³, que, em uma análise retrospectiva, remonta o projeto de criação da Universidade Católica no Brasil, contemplando a PUC-RJ e a PUC-SP, embora não fazendo menção à PUCCAMP, foi de grande valia para esta pesquisa.

METODOLOGIA

Nesta pesquisa optou-se por buscar, na Revista das Faculdades Campineiras, como foram tratados alguns dos mais importantes assuntos referentes à tramitação da LDB naquele momento histórico, tais como educação, monopólio da educação pelo Estado, Comunismo, Liberalismo, valores morais, valores cristãos, identificando as principais características do pensamento da Igreja Católica e suas posições relativas à educação das elites e do povo brasileiro.

Na seleção dos documentos, a primeira tarefa foi verificar quais os artigos que poderiam ser utilizados na pesquisa. Inicialmente foram coletados 32 artigos que faziam referências a questões educacionais. A partir da leitura e análise, os documentos foram catalogados por assunto. No decorrer da pesquisa, com o melhor delineamento da proposta de estudo, o tema geral foi definido: as idéias e posições educacionais dos católicos durante a tramitação da LDB. Assim, os artigos mais diretamente ligados ao tema de orientação católica na educação, a doutrina social da Igreja, a posição diante do governo, do Comunismo e da escola nova foram selecionados, perfazendo um total de 23 documentos. Nesses não foram diferenciados aqueles que eram reprodução de outros periódicos e as matérias da própria Revista, entendendo que se tratava de um mesmo “*corpus*” documental. Esses documentos tinham como característica a divulgação dos princípios gerais e das diretrizes político-ideológicas da Igreja para o momento histórico que estava sendo vivenciado. Assim, foi possível delinear com mais especificidade o

³ CASALI, Alipio. (1995). *Elite Intelectual – Restauração da Igreja*. Petrópolis. RJ. Vozes.

tema e os objetivos do estudo. Portanto, neste trabalho, pretende-se verificar como na Revista se expressaram as posições dos educadores católicos no debate vigente durante a tramitação da Lei de Diretrizes de Bases da Educação (LDB), e como a partir desse é possível destacar o posicionamento político/ideológico de setores católicos em questões como: laicismo, liberdade de expressão, movimentos sociais, liberdade de ensino, Comunismo, Socialismo, Liberalismo entre outros temas expressos nas páginas da Revista das Faculdades Campineiras entre 1943 a 1961, respectivamente, a data da fundação das Faculdades Campineiras e a elaboração final da LDB, destacando, principalmente o período de 1953-1961, momento de agudização do debate. Com base nas matérias publicadas na Revista diante das questões em voga à época da tramitação, por meio da ação e reação dos membros da Igreja diante das tendências “materialistas” e do “monopólio estatal do ensino”, divulgadas na Revista, pretendeu-se apresentar e discutir a concepção educacional e política a elas inerente.

Essa apreensão é possível em razão do papel da imprensa periódica educacional. Ela tem como característica ser um importante instrumento para compreender, avaliar e analisar posturas políticas, ideológicas, práticas de ensino-aprendizagem, pois constitui um “*corpus* documental de vastas dimensões”, por meio da qual se pode inquirir um determinado momento da História e apreender as disputas nas quais estava inserida.

A imprensa educacional, segundo Pierre Ognier, é um *corpus* documental de vastas dimensões, pois constitui-se em testemunho vivo dos métodos e concepções pedagógicas de uma época e da ideologia moral, política e social de um grupo profissional. Desse modo, é um excelente observatório, uma fotografia da ideologia que preside. (CATANI/BASTOS, 2002, p. 5)

Sabe-se que o debate em torno da LDB não ficou restrito ao parlamento, mas alcançou vários setores da sociedade brasileira, agregando grupos e motivando a associação entre a Igreja e setores da classe média ligados ao campo da educação. Neste aspecto, pretendo responder aos seguintes questionamentos:

- a) Como os temas educacionais do momento, à luz da ideologia católica, foram tratados na Revista?
- b) Como foi a reação da Igreja, expressa na Revista, diante das tendências “materialistas” e do chamado “monopólio estatal do ensino”?

- c) Como os documentos publicados na Revista agiram na direção da formação de um consenso em torno dos valores da neocristandade?

Já nas primeiras investigações, pude perceber que a Revista das Faculdades Campineiras não era destinada a um grande público, mas restrita, como os seus editoriais anunciavam, aos professores, alunos e ex-alunos das Faculdades Campineiras. Levando tal aspecto em consideração, foi possível levantar a hipótese de que a Revista tinha como objetivo informar os formadores de opinião, para que esses atuassem como multiplicadores por meio de suas atividades, em específico, os formados na área de educação (professores).

Outro aspecto interessante da Revista: os seus artigos não se limitavam às discussões educacionais ou políticas, os temas eram variados. Tratava-se de uma Revista acadêmica que abrigava artigos dos oitos cursos das Faculdades e, portanto, abordava uma gama variada de assuntos; alguns específicos para dentistas, geógrafos, canto orfeônico, outros traziam informações sobre leis, decretos e normas estaduais, federais, que influíam na vida das faculdades e nos cursos, enfim, a Revista buscava informar todos sobre os acontecimentos que envolviam a comunidade acadêmica.

Para responder aos questionamentos propostos, dividi esta dissertação em três capítulos.

O primeiro capítulo, “Trajetória da Igreja Católica - Igreja Educação Estado” propõe uma retrospectiva do papel da Igreja na sua relação com o Estado na questão educacional brasileira.

O segundo capítulo trata da Fundação das Faculdades Campineiras, fazendo a reconstituição histórica da cidade, para demonstrar as razões da fundação de uma Universidade Católica nessa região. Trata-se da primeira Universidade Católica fundada em uma cidade brasileira que não é Capital. Esse dado é bastante ilustrativo das razões deste estudo. Destaco os principais nomes que instituíram as condições para a instalação, primeiro das Faculdades Campineiras e posteriormente da Universidade Católica de Campinas. Em seguida, busco responder qual é o papel das Revistas das Faculdades Campineiras a partir dos documentos divulgados pela Revista, em especial na discussão da tramitação da LDB.

No terceiro capítulo, faço uma análise de duas categorias: Comunismo e Educação. São dois temas que estiveram presentes em toda a discussão, sendo assim,

procuro destacar como a Revista fez a interpretação destes dois conceitos em suas páginas.

Por fim, os anexos. O primeiro é o das “Crônicas das Faculdades Campineiras” entre 1943-1953. É uma seleção dos principais acontecimentos deste período em que a forma de divulgação era um Anuário.

O segundo anexo são os “Bilhetes para os de casa...”, trata-se de editoriais da Revista que foram publicados até o ano de 1956, quando as Faculdades passaram a possuir os direitos de Universidade.

No terceiro anexo encontram-se os resumos dos principais documentos utilizados na elaboração desta dissertação.

Capítulo I – Trajetória da Igreja Católica no Brasil (1891-1961)

1.1 – Igreja, Educação e Estado no Brasil

Membros da Igreja Católica desembarcaram, em 1500, com os conquistadores portugueses. Já na primeira carta enviada ao Rei de Portugal, Pero Vaz de Caminha informava sobre a recepção da população local em relação à questão religiosa:

E quando veio ao Evangelho, que nos erguemos todos em pé, com as mãos levantadas, eles (os índios) se levantaram conosco e alçaram as mãos, ficando assim, até ser acabado: e então tornaram-se a assentar como nós... e em tal maneira sossegados, que, certifico a Vossa Alteza, nos fez muita devoção." (Carta de Caminha a El-Rei, 1º de maio de 1500).

Essa imagem, aparentemente despreziosa, retratava um dos objetivos da Coroa portuguesa em suas aventuras de além-mar – catequizar outros povos para a religião católica, que enfrentava dificuldades na Europa, principalmente a partir da Reforma Protestante. Segundo Hilsdorf (2003, p. 7), Igreja e Estado estavam unidos nesse momento por interesses comuns, ainda medievais. Na medida em que o projeto colonizador ia tomando contornos mais evidentes de uma exploração burguesa, a atuação dos missionários católicos também vai sendo modificada, atendendo mais aos interesses da Coroa, naquele momento controlada por elementos da burguesia comercial portuguesa⁴.

Por quatro séculos, a Igreja Católica reinou absoluta em território colonial português, sendo que alguns privilégios como o beneplácito e padroado foram também estendidos para o Brasil a partir do século XIX, quando houve o rompimento político com Portugal em decorrência da Independência de 1822.

A Constituição outorgada de 1824 dizia em seu artigo 5º:

A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do Templo (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao).

⁴ No século XVII, a Cia. de Jesus, recém criada na Europa, assumia o papel de civilizar as terras descobertas, por meio da catequização dos nativos. As almas indígenas deviam ser ordenadas para receber a palavra de Deus, transformando-as em cristãs.

Havia um duplo privilégio para a Igreja Católica. O primeiro dizia respeito à adoção por parte do Império do catolicismo como religião oficial e, portanto, à proibição de outras religiões, a não ser de cunho privado. O segundo dizia respeito ao beneplácito e ao padroado. Esses privilégios da Igreja Católica só foram interrompidos com a Proclamação da República, em 1889, e, posteriormente, com a promulgação da Constituição de 1891, que consagrou a separação entre Igreja e Estado (Decreto n. 119-A, de 07/11/1891).

Com esse decreto, a Igreja passava para o domínio da sociedade civil e para o âmbito privado; noutras palavras, estava instituída no Brasil a liberdade religiosa, depois de mais de quatro séculos de controle católico romano. Dessa forma, membros do Clero Católico saudaram, por um lado, a República como um momento de liberdade em relação à estrutura anterior, de um poder opressivo às suas decisões e ações; e, por outro lado, como uma ameaça, uma afronta à maioria da população, uma vez que a colocava no mesmo patamar de outras religiões e seitas protestantes que atuavam no Brasil.

Sob a influência do pensamento positivista e liberal surgia, como organização de um Estado laico, a idéia de um Deus destituído de sua função de protetor do Brasil e da Constituição. Segundo membros do Clero, apoiados no *Syllabus*⁵ de Pio IX, tal atitude constituía uma violação aos direitos consagrados da maioria católica. Em Carta Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro de 1890, vê-se a seguinte advertência sobre as mudanças que estavam se processando no país:

Melindrosa, cheia de perigos, de imensas conseqüências para o futuro, dignos cooperadores e filhos muito amados, é a crise, que, neste revolto período de sua história, vai atravessando nossa pátria. Crise para a vida ou para a morte. Para a vida, se todo o nosso progresso social for baseado na religião, para a morte se o não for (RODRIGUES, 1981, p. 17).

Partindo dessa advertência, as mudanças encaminhavam “para a morte”, na medida em que avançava o regime republicano e as mudanças de caráter laico eram mais bem definidas no corpo da Constituição. Tais mudanças afetaram diretamente a

⁵ O *Syllabus*, de Pio IX, publicado em dezembro de 1864, é um documento de referência para entender a postura da Igreja frente à modernidade. É um compêndio de todos os erros condenados pela Igreja em forma de proposição. Todas as liberdades, associadas à Revolução Francesa, todo o ideário político filosófico de modernidade aparecem como erros: o racionalismo, mesmo moderado que preconiza a autonomia da razão, mesmo para a investigação teológica, o individualismo, associado à liberdade de consciência e de religião, o socialismo, o comunismo, as sociedades bíblicas, as sociedades cléricas-liberais, a maçonaria, a autonomia do poder político face ao eclesiástico, Estados como fontes de garantias das liberdades civis, o matrimônio laico.

educação brasileira, uma vez que foi retirado o monopólio católico e instituindo o espírito laico e público na educação nacional.

No Art. II, diz que é Vedado à União e aos Estados “estabelecer, subvencionar ou embarçar o exercício dos cultos religiosos”... Art. 72, inciso 6º. “Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”. Este parágrafo é sucedido pelo que reforça a proibição de subvenções oficiais, de relações de dependência ou aliança entre a Igreja e Estado (FÁVERO, 2001, p. 77).

Como foi denunciado anos mais tarde, faltou ao clero, nesse momento, uma atuação objetiva e incisiva nos bastidores da constituinte, fazendo valer os seus princípios a partir de uma ação direta sobre os deputados constituintes. No entanto, o caminho tomado foi o da conciliação, do não enfrentamento, numa visão de “dar a César o que é de César”. Essa idéia de conciliação entre os interesses dos republicanos e os da Igreja aparecia também na Carta Pastoral Coletiva de 1890, portanto, anterior à promulgação da Constituição.

Basta que o Estado fique na sua esfera. Nada tente contra a Religião. Não se é impossível, nesta hipótese, que haja conflitos; mas, pelo contrário, a ação da Igreja será, para o Estado a mais salutar; filhos dela, os melhores cidadãos, os mais dedicados à causa pública, os que mais de boamente o seu sangue em prol da liberdade da pátria. Ah! Não se consigne, pois, na carta Constitucional da República Brasileira uma palavra que ofender possa a liberdade de consciência religiosa do país que é, na sua quase totalidade, Católico Apostólico Romano! Não tolham os altos poderes da República o direito que temos, e já nos reconheceram, de sermos absolutamente livres, nós Católicos. (RODRIGUES, 1981, p. 57)

Tal percepção foi sendo rapidamente desfeita no decorrer do processo constituinte. O Estado republicano buscava afirmar-se e, dessa forma, era necessário expandir o seu espaço de atuação, ocupando vácuos deixados por outros poderes e impedindo que outros pudessem agir livremente. Mesmo aceitando fazer certas concessões, como por exemplo, a manutenção dos bens do Clero, as leis em seu conjunto tiveram o objetivo de tornar o país republicano, isto é, eliminar privilégios de segmentos sociais ou instituições.

Essa derrota momentânea não se configurou no todo. Já no decorrer dos primeiros anos da Primeira República (1889-1930), a Igreja foi construindo o seu espaço, dentro de sua nova organização, isto é, livre do controle do Estado. Aproximando-se das decisões ultramontanas mas, sem perder o caráter de atuação de uma política de conciliação, que fora anteriormente tentada e derrotada, em função do espírito exaltado republicano, que reinava nos primeiros momentos do novo regime.

Deixando de lado questões sem grandes repercussões no interior do poder católico e organizando uma forma de atuação mais eficiente para tirar proveito frente ao poder civil, o Vaticano fez o reconhecimento diplomático ao novo regime, já em 1890. Em 1901, elevou a sua representação diplomática no Rio de Janeiro à categoria de nunciatura e, finalmente, em 1905, criou-se o primeiro cardinalato brasileiro e também na América Latina. Dessa forma, havia uma evolução nas relações políticas entre Estado e Igreja, pendendo, para essa última, o favorecimento em questões conflitantes.

Nas décadas de 1910 e 1920, com uma melhor estrutura, mais adaptada à nova realidade de liberdade em relação ao Estado, a Igreja teve uma atuação mais eficaz junto à estrutura do Estado. Construiu lentamente quadros intelectuais, que passaram a defender, em todas as tribunas laicas, os princípios católicos, que tiveram, na elaboração da Constituição de 1934, o seu melhor momento de ação.

Fazendo uma autocrítica, os membros do clero desaprovaram a falta de participação na elaboração da Constituição de 1891. Nesta perspectiva, a Igreja não deveria cometer o mesmo erro. Assim, sob o comando de Cardeal D. Leme, Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima⁶, uma discussão foi promovida: como deveria ser a participação da Igreja na elaboração da Constituição de 1934?

⁶ Sebastião Leme de Oliveira Cintra nasceu no município de Espírito Santo do Pinhal, atual Pinhal (SP), em 1882. Clérigo católico ingressou no Seminário Menor Diocesano de São Paulo, em 1894. Tendo se destacado em seus estudos, foi enviado a Roma em 1896, onde estudou filosofia na Universidade Gregoriana. De volta ao Brasil, em 1904, passou a exercer o sacerdócio em São Paulo. Em 1910, foi convidado pelo cardeal Joaquim Arcoverde para assumir o cargo de Bispo - Auxiliar do Rio de Janeiro. Em 1916, assumiu a arquidiocese de Olinda e Recife, em Pernambuco. Nessa época, desenvolveu um ativo trabalho de evangelização e passou a exigir do governo da República um tratamento especial para o catolicismo, que segundo ele não tinha reconhecida sua posição de religião da maioria dos brasileiros. Em 1921, voltou ao Rio de Janeiro, agora como arcebispo coadjutor.

Jackson de Figueiredo Martins nasceu em Aracaju, em 1891. Bacharel em direito, dedicou-se à política e ao jornalismo. Seu nome é de referência na história do catolicismo brasileiro como organizador do movimento católico leigo. Entre 1921 e 1922, fundou o Centro Dom Vital e a revista *A Ordem*, através dos quais combateu o comunismo, o liberalismo e a revolução. A sua proposta era reunir leigos e religiosos que se dedicassem aos estudos da doutrina católica. Foi através de sua obra que o pensamento conservador, tradicionalista ou reacionário, foi introduzido no Brasil.

Alceu Amoroso Lima nasceu no Rio de Janeiro, em 1893. Bacharelou-se em 1913 pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e, em seguida, viajou para a Europa, onde fez cursos na Sorbonne e no Collège de France. De volta ao Brasil, trabalhou como advogado e como adido ao Itamaraty antes de assumir a direção jurídica de uma fábrica de sua família. Em 1919, iniciou sua colaboração em *O Jornal*, como crítico literário, passando a utilizar o pseudônimo de *Tristão de Ataíde*.

Em 1924, insatisfeito com sua postura existencial, começou a demonstrar interesse por assuntos religiosos. Iniciou, então, intensa correspondência com o pensador católico Jackson de Figueiredo, fundador do Centro Dom Vital, importante núcleo de debate e difusão do catolicismo; foi também fortemente influenciado pela leitura de Jacques Maritain e Gilbert Chesterton. Em 1928, declarou sua conversão ao catolicismo, fato que teve grande repercussão nos meios intelectuais. Nesse mesmo ano, com a morte de Jackson de Figueiredo, foi designado para substituí-lo à frente do Centro Dom Vital. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm>.

Inicialmente, essa discussão se deu em torno da formação de um partido político. Rapidamente essa possibilidade foi descartada pelo Cardeal D. Leme e reforçada por Alceu Amoroso Lima.

O Brasil, após 1930, encontrava defensores da fundação de um partido católico, por parte da Igreja, posição esta de Jackson de Figueiredo já alguns anos antes. D. Leme se opõe à fundação de tal partido e alega a contradição dos próprios termos: partido indica “fração”, divisão, e católicos quer dizer “universal”. Alceu Amoroso Lima reforça a posição de D. Leme e, analisando a situação carente de medidas, aponta a saída na prevenção dos males, através da difusão dos princípios cristãos. (SILVA, 1980, p. 123).

Foi desse contexto e no intercâmbio entre os membros do governo e da Igreja Católica, que buscava ampliar o seu raio de influência, que resultou a formação da Liga Eleitoral Católica, em 1932. O seu objetivo era formar uma bancada suprapartidária de deputados de princípios cristãos para defender os interesses da Igreja Católica na elaboração da Constituição de 1934. Esses deputados receberiam o apoio diocesano. Para efetivar essa medida, foi solicitado, por meio das várias dioceses brasileiras, sob o comando de D. Leme, que instruísem os eleitores católicos a votarem nos candidatos que “aceitassem o programa da Igreja e concordassem em defendê-los na convenção da futura assembléia constituinte” (BRUNEAU, 1974, p. 82). Essa atitude contrastava com a atuação na Constituinte de 1891, quando a Igreja acreditava “que o Estado ficaria na sua esfera”, deixando o espaço necessário à sua atuação. Disso resultou uma Constituição profundamente laica.

No preâmbulo da nova Constituição já se podia observar o efeito desta nova atitude.

Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico /.../. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao >

Mesmo admitindo a separação entre Estado e Igreja, ao redigir a nossa confiança em Deus, o Estado deixa-a apenas do ponto de vista formal, mesmo porque, a partir de agora, poderia oficialmente ajudar financeiramente as instituições religiosas “no interesse da coletividade” como previa o artigo 17º da Constituição.

As instituições religiosas ficaram muito mais à vontade sob as facilidades jurídicas previstas nos artigos 113º e 115º. A assistência espiritual passou a ser permitida nos estabelecimentos oficiais e militares, de acordo com os artigos 113º e 116º. O casamento religioso ficou inteiramente reconhecido nos termos civis do artigo

145º e o divórcio, proibido pelo artigo 144º. A mais importante medida relativa à educação foi a retomada da educação religiosa dentro do horário escolar das escolas públicas, e a decisão de que o Estado poderia subvencionar as escolas católicas, como previa o artigo 153º (SILVA, 1980, p. 83).

Podemos entender que a crise da Primeira República favoreceu a Igreja no sentido de esta suplantar o ostracismo a que fora submetida com a Constituição de 1891. Na nova ordem a ser construída, a debilidade do novo regime político permitiu à Igreja converter-se em uma força social importante na busca por sua legitimidade institucional. Dessa forma, a educação exerceu um papel chave nas trocas políticas que passaram a ser discutidas no interior do novo regime. Nesse aspecto, figuras como Alceu Amoroso Lima e Dom Sebastião Leme souberam influenciar os rumos da nova República, principalmente na elaboração da nova Constituição.

Embora essa Constituição não tivesse tido tempo de amadurecer, pois logo foi suprimida com o golpe do Estado Novo em 1937, a situação jurídica da Igreja junto ao governo estadonovista não foi alterada, porque, além disso, um dos principais ideólogos desse regime, Francisco Campos⁷, atuou em seu favor. E a Igreja ainda contava com o decisivo apoio do Presidente Getúlio Vargas.

Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) houve uma “aliança” informal entre o Estado e a Igreja. Segundo relato de Osvaldo Aranha, os membros do governo provisório haviam percebido rapidamente a influência da Igreja sobre o povo, a partir de duas manifestações organizadas pelo Bispo do Rio de Janeiro,

⁷ Francisco Luís da Silva Campos nasceu em Dores do Indaiá (MG), em 1891. Advogado e jurista, formou-se pela Faculdade Livre de Direito de Belo Horizonte, em 1914. Em 1919, iniciou sua carreira política elegendo-se deputado estadual em Minas Gerais na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM). Dois anos depois, chegou à Câmara Federal, reelegendo-se em 1924. Nessa época já defendia as posições antiliberais que o projetariam anos mais tarde, tendo se manifestado firmemente contra a atuação da jovem oficialidade militar, os "tenentes", que combatiam o governo federal pelas armas. Foi o representante mineiro na reunião realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1929, que acertou o apoio de Minas a uma candidatura gaúcha à presidência da República, primeiro passo para o lançamento, tempos depois, do nome de Getúlio Vargas pela Aliança Liberal. Com a derrota de Vargas no pleito realizado em março de 1930, participou das articulações que levaram ao movimento armado de outubro daquele ano, que pôs fim à República Velha. Com a posse do novo regime, assumiu a direção do recém-criado Ministério da Educação e Saúde, credenciado por sua atuação à frente dos assuntos educacionais de Minas. Promoveu, então, a reforma do ensino secundário e universitário no país. Em dezembro de 1935, pressionado pelas forças políticas conservadoras, o prefeito Pedro Ernesto nomeou Francisco Campos como secretário de Educação do Distrito Federal, em substituição a Anísio Teixeira, acusado de envolvimento com o levante armado promovido dias antes pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) - frente anti-fascista e anti-imperialista, formada por comunistas, socialistas e "tenentes" de esquerda - contra o Governo Federal. No novo cargo, Campos demoliu uma das mais importantes iniciativas da gestão anterior, a Universidade do Distrito Federal.
Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm>.

D. Leme - uma para a padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida e outra para o Cristo Redentor (BRUNEAU, 1974, p. 81-2).

Assim, sob o comando do Cardeal D. Leme, a Igreja Católica reconquistou sua influência sobre as estruturas do Estado para sua atuação, visando a fortalecer a posição da Igreja. Esse processo deve ser visto a partir da atuação da Igreja na formação ideológica da classe média, importante segmento social na difusão dos valores que se pretendia inculcar na sociedade brasileira. Levando em consideração que o ensino secundário e universitário, nas décadas de 1930 e 1940, eram destinados preferencialmente às classes médias, podemos confirmar essa tese ao observar o grande número de escolas católicas destinadas a esses grupos sociais e é possível levantar hipótese de haver uma orientação na formação de quadros intelectuais afinados com os seus interesses.

Tendo o Brasil uma população com um alto índice de analfabetismo, girando em torno de 50% da população, as escolas católicas de um total de 105.525, as que atuavam no ensino primário era de apenas 2.184. No nível secundário, de pouco acesso às camadas populares, a relação era de um terço à metade de escolas. O segmento social atingido por esta ação foram as classes médias. Na educação universitária, que era voltada para a elite, a Igreja atuava com um terço de suas escolas, produzindo 42% do total de Bacharéis. Isso indica o segmento social que interessava à Igreja para manter intacto o seu objeto de manter o controle do Estado, já que essa parcela da sociedade educada que iria fazer parte dos quadros do Estado. (BRUNEAU, 1974, p. 82).

Dom Leme, assim que fora nomeado Bispo de Olinda e Recife, em 1916, buscava concretizar sua influência junto a esse segmento. Ao assumir, emitiu “uma Carta Pastoral, documento este, que viria a se transformar no programa da Igreja no período liderado por D. Leme” (SILVA, 1980, p. 88), para saudar os diocesanos de Olinda e Recife, onde já fazia referência à necessidade de construção de uma nova ordem social afinada com os interesses da Igreja. Essa Carta Pastoral, seguindo uma tendência de análise da Igreja Católica da época, descrevia a sociedade ocidental em um período de crise, em função da perda de valores éticos cristãos. Esse tipo de reflexão retomava uma visão da época moderna, período em que têm início as transformações sociais com o uso da razão na explicação dos fenômenos do mundo. No caso do Brasil, sentenciava o Bispo, a crescente urbanização que se processou no final do século XIX e início do século XX trouxe fortes mudanças no comportamento da sociedade. Ao mesmo tempo, o Bispo denunciava a passividade dos católicos: “Somos uma maioria ineficiente /.../. Somos uma grande força nacional, mas uma força que não atua e não influi uma força inerte” (CINTRA, 1916, p.18).

A sua crítica direcionava-se principalmente às mudanças impostas pela Constituição de 1891, sem que os católicos brasileiros denunciassem o mal que poderiam causar a sociedade como realmente estavam acontecendo. Seu alerta deveria despertar o clero e setores da sociedade civil católica para combater a visão laicizante da República.

A separação entre Estado e Igreja significara uma profunda quebra do monopólio que a Igreja mantinha sobre a sociedade brasileira. No entanto, essa separação não foi de todo ruim, alguns setores foram favorecidos, como, por exemplo a tendência romanista, da qual D. Leme fazia parte. Eles propunham uma maior aproximação dos membros do clero católico brasileiro com o Papado e uma atuação mais vinculada às estratégias de Roma, uma nova perspectiva de ação para a Igreja Católica brasileira.

Não houve, de imediato, um diálogo fácil com essa nova sociedade em construção no Brasil, principalmente a partir da modernização decorrente da produção de café. A modernização provocou uma inquietação, um medo, um estranhamento: “máquinas, multidões, cidades: o persistente trinômio do progresso, do fascínio e do medo”. (BRESCIANI, 1984, p. 45). Esse trinômio, para a Igreja, trouxera aos membros da sociedade “hábitos novos, irrazoáveis e até, ridículos, que vão introduzindo no povo o esnobismo cosmopolita” (SILVA, 1980, p. 89), por dois tipos de causas: as morais e as religiosas: “as morais, entre elas distinguindo as formas de prazer, o prurido de riquezas e a corrupção, ‘verdadeiros assaltos aos haveres públicos’ e as religiosas, como a falta de instrução católica e ausência de união entre os crentes” (SILVA, 1980, p. 89). Feita esta constatação, a prioridade passava a ser atacar esses males, buscando mecanismos de superação. A educação era vista como o meio mais eficaz para realizar tal tarefa.

O retorno de Dom Leme para o Rio de Janeiro, Capital federal da República brasileira, aproximava-o do centro do poder político. Dessa forma, teria a possibilidade de influir mais diretamente na reformulação do papel da Igreja no país. Buscando romper com o isolamento que a Igreja mantinha do segmento intelectual, Dom Leme aproximou certos indivíduos desse grupo para iniciar uma reviravolta. Sabedor de que grande parcela desse segmento estava associada a uma concepção evolucionista ou positivista, o que os afastava da Igreja e de suas demandas sociais, foi necessário habilidade para realizar tal aproximação. Sua ênfase foi na cooptação de membros dessa

elite intelectual⁸, capaz de influenciar as decisões do seu grupo e por conseguinte as próprias decisões políticas do país e assim transformar “a nação católica de fato e não só de nome”. Uma vez arregimentados, caberia a essa elite intelectual uma missão *sui generis*.

Não sois, entretanto, pesquisadores isolados, pensadores autônomos; sois intelectuais católicos, quer dizer, encarregados de responsabilidade social universal no que diz respeito à expansão da verdade cristã e sua aplicação concreta a todas as formas de atividade. Pela autoridade que vossa cultura e a competência adquirida em vossa profissão vos conferem constituís, para o vosso meio, uma questão e uma resposta. Sois, pela graça de vossa vocação cristã, luz que atrai o que ninguém pode rejeitar sem condenar-se implicitamente, se, contudo, trata-se da verdadeira luz de Cristo. Esta reserva, que a imperfeição humana justifica sempre a algum título, mostra, entretanto, toda a responsabilidade dos intelectuais católicos em meio à desordem de uma sociedade, onde questões essenciais são, na maioria das vezes, postas de lado, quer nos negócios correntes, quer nas decisões de alcance universal que dizem respeito à orientação política, social e cultural dos países ou dos continentes (Revista da Universidade de Campinas, Ano IV, Abril de 1957, nº 12, p. 228 – Alocução do Santo Padre, Papa Pio XII, ao movimento “Pax romana” sobre a função do intelectual católico no mundo moderno).

O Papa Pio XII chamava os intelectuais católicos à responsabilidade por meio de uma “orientação política, social e cultural”, de tal modo a influenciar os rumos que a humanidade deveria tomar. A conquista desse segmento seria fundamental para estratégia da Igreja na construção da neocristandade.

A Igreja Católica brasileira, capitaneada por D. Leme, passou a organizar instituições de caráter ideológico para atrair esses intelectuais. Como resultado dessa ação, no início da década de 1930, a Igreja Católica contava com as seguintes organizações no Rio de Janeiro, que influenciaram outras regiões do país, em particular, a cidade de Campinas, âmbito deste estudo.

O Centro Dom Vital, para intelectuais; A Associação dos Professores Católicos, para o Magistério Secundário; A Ação Universitária Católica, para estudantes universitários; O Instituto de Estudos Superiores, para professores universitários e estudiosos em geral; A Confederação Nacional dos Operários Católicos; A Instituição Social do Operário e os Círculos de Estudos para Operários, que congregavam os trabalhadores católicos; a Confederação Nacional de Imprensa Católica; A Associação de Bibliotecas Católicas; a

⁸ “Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político. /.../ Pode-se observar que os intelectuais “orgânicos” que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo, são, no mais das vezes, “especializações” de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz. /.../ Todos os homens são intelectuais; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de um intelectual. /.../ A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis”.(GRAMSCI, 1988, p. 3-5).

Revista de Cultura “A ordem”; O Secretariado de Ação social Católica, como parte integrante destas associações, surge a Liga Católica Eleitoral. (SILVA, 1980, p. 91).

O objetivo dessas instituições, além de atrair os membros das elites representados pelas classes médias, era construir uma neocristandade, rompendo com a crise que se instalara no mundo ocidental e, em particular, no Brasil. A articulação entre essas várias organizações dava-se por intermédio de publicações em que se buscava transmitir os ideais de construção de uma sociedade sob a orientação dos princípios cristãos católicos bem definidos. Tratava-se da formação de uma comunidade que teria ramificações em todo o mundo na denúncia dos malefícios da modernidade:

Eis por que, em resposta a este desejo filial, propomo-nos lançar convosco um olhar sobre a comunidade mundial em formação a fim de lembrar o que deve ser ela aos olhos da razão e da fé, e deduzir com maior clareza a atitude que vos convêm. Principalmente de alguns anos para cá, os homens e os povos assistem, não sem surpresa e angústia à evolução acelerada das estruturas internacionais. E se os maravilhosos progressos das relações humanas em numerosos domínios, material, intelectual e social, lhes causa prazer, não podem deixar, algumas vezes, de temer que a unificação, para a qual o mundo caminha a grandes passos, se efetue na violência e que os grupos mais poderosos pretendam impor à humanidade inteira a sua hegemonia e sua concepção de mundo. (Revista da Universidade de Campinas, Ano IV, Abril de 1957, nº 12, p. 227).

O medo do Papa era o medo de todos os membros da Igreja Católica nesse momento – o avanço do liberalismo e do laicismo presente em suas propostas e do comunismo ateu. Dessa forma, a sociedade estadunidense era responsabilizada pelo alastramento, por todo o mundo no decorrer do século XIX, de uma mentalidade laicista, individualista e protestante, contribuindo assim para o enfraquecimento da espiritualidade e, particularmente, do catolicismo. O liberalismo norte-americano era visto como continuação do protestantismo e antecipação do comunismo, encarnando o pior dos mundos nos dois aspectos. De um lado um rompimento da unidade cristã, do outro, a própria negação da religião. A pregação pelo consumismo, pelo individualismo e rompimento com os valores cristãos trazia em si o rompimento da unidade cristã e a própria negação da religião como valor universal da humanidade. Neste aspecto, a negação da filosofia de Dewey era fator determinante na luta contra a imposição desses valores ao mundo.

Em 1931, os professores das escolas americanas foram advertidos por um dos seus chefes que a pedagogia de Dewey estava formando uma geração de criaturas moralmente taradas /.../. O culto ao individualismo que só encontra uma autoridade nas suas próprias necessidades e satisfações é responsável pelo excessivo número de delitos, pelo número de divórcios e pelo relaxamento moral familiar. (Revista Universidade de Campinas, 1958, nº 15, p. 159).

Por outro lado, com a fundação do PCB, aumentou ainda mais o medo do Comunismo materialista soviético e ateu, que começava a ganhar enorme espaço no mundo pós-revolução bolchevique. Tornava-se essencial uma ação mais direta dos membros da Igreja para conter esses modelos de sociedade, que se contrapunham aos valores cristãos católicos.

O cristão estará, portanto, pronto para trabalhar pelo alívio de todas as misérias materiais, pela expansão universal de um ensinamento básico, numa palavra, por todos os empreendimentos que visam diretamente à melhoria da condição dos pobres e deserdados, certo de que, assim fazendo, cumprirá um dever de caridade coletiva, preparará o acesso de maior número de homens a uma vida pessoal digna desse nome, favorecendo assim sua entrada espontânea no grande concerto de esforços que os encaminha para melhor condição, e permite-lhes olhar para o alto, acolher a luz e aderir à única verdade que os tornará verdadeiramente livres. (Revista da Universidade de Campinas, Ano IV, Abril de 1957, nº 12, p. 228 – Alocução do Santo Padre, Papa Pio XII, ao movimento “Pax romana” sobre a função do intelectual católico no mundo moderno).

Os valores pregados pelo Santo Padre, tais como: “trabalhar pelo alívio de todas as misérias materiais, caridade coletiva, única verdade”, eram ensinamentos que se chocavam com os valores pregados por esses grupos mais poderosos, que pretendiam “impor à humanidade sua hegemonia e sua concepção de mundo”. Ao se referir a “grupos poderosos”, o Papa Pio XII fazia alusão ao liberalismo estadunidense e ao comunismo soviético que disputavam a hegemonia mundial nesse momento de Guerra Fria. Neste aspecto, a ação da Igreja deveria ser a de recolocar valores que estavam sendo suprimidos.

No Brasil, uma das formas de realizar tal tarefa foi a criação, em 1935, da Ação Católica, com a finalidade de “dilatara o reino de Jesus Cristo” (SILVA, 1980, p. 93). Essa e outras medidas foram tomadas para realizar tal objetivo, além de uma maior aproximação com o Estado, para melhor defender os interesses da Igreja Católica na esfera pública. Essa aproximação contemplava a visão católica, expressa principalmente na Encíclica *Divini Illus Magistri*⁹, fortemente influenciada por uma idéia de crise geral na sociedade decorrente das inovações produzidas pela modernidade.

A construção desta “mentalidade católica” estava associada a uma interpretação da contemporaneidade, pela qual se entendia que essa tinha rompido os laços do homem com Deus, desviando o “indivíduo de seus deveres”. Para a Igreja, essa situação “não se

⁹ Trata-se de uma carta circular pontifícia, lançada em 31 de dezembro de 1929, pelo Papa Pio XI, no ano oitavo do Pontificado.

autogerou”, mas resultou das ações humanas de caráter individualista, racionalista, antropocêntrico e hedonista. Em outras palavras, resultou das forças políticas engendradas no decorrer dos séculos XVIII e XIX, e com a imposição de uma visão liberal e a desconstrução dos valores cristãos, tais como a honra, justiça, fraternidade e “estrutura hierárquica da ordem das coisas”, sobre as quais a Igreja se sustentou por quase dois mil anos. Mesmo com o rompimento entre Estado e Igreja, em decorrência de uma nova ordem, a maioria dos cidadãos permaneceram sob a influência da segunda, o que permitiu-lhe elaborar o seguinte pensamento: na hipótese de haver uma contenda entre os poderes em uma nação cristã, a posição da Igreja deveria se sobrepor em função dessa ser a representante de Deus, fonte de todos os poderes e regulador da vontade humana.

Pensando nessa relação, a Encíclica *Divini* retomou e direcionou a relação entre o Estado e Igreja.

Tudo o que dissemos até agora da acção do Estado na Educação, baseia-se no fundamento seguríssimo e imutável da doutrina católica *De Civitatum constitutione christiana*, tão egregiamente exposta pelo Nosso Predecessor Leão XIII, especialmente nas encíclicas *Immortale Dei* e *Sapientiae christiana*, da seguinte forma: “Deus dividiu entre dois poderes o governo do gênero humano, o eclesiástico e o civil, um para prover às coisas divinas e outro às humanas: ambos supremos, cada um na sua esfera; ambos têm confins determinados, que lha limitam, e marcados pela própria natureza e fim próximo de cada um; de modo que chega a descrever-se como que uma esfera dentro da qual se exerce, com exclusivo direito, a ação de cada um. Mas como a estes dois poderes estão sujeitos os mesmo súditos, podendo dar-se que a mesma matéria, embora sob aspectos diversos pertença à competência e juízo de cada um deles, Deus providentíssimo, de Quem ambos dimanam, deve ter marcado a cada um os seus caminhos. Os poderes que existem são regulados por Deus” (Pio XI. Carta Encíclica *Divini Illus Magistri*.1929. p. 11).

A Ação Católica constituiu um dos principais mecanismos de intervenção da Igreja Católica no campo social. Seu objetivo era atuar de maneira consistente no processo de evangelização da sociedade brasileira, pois considerava que a Igreja deveria ditar os rumos do ensino, uma vez que a maioria da população era de orientação católica, e um modelo de ensino que não respeitasse esse preceito se tornaria “uma violência à consciência católica” (HORTA. 1994. p. 94). A Ação Católica, ponta de lança na expansão do ideário católico, mantinha órgãos de imprensa que, para o Papa Pio XI, eram instrumentos de enorme valia e difusão desse ideário. A imprensa católica, figurando como uma das mais importantes atividades da expansão da Ação Católica, não deveria ser apenas uma grande auxiliar, e sim, alastrar-se por toda a sociedade,

devendo ser veiculada também em jornais acatólicos não-materialistas. Essa visão fica evidente nas palavras de Romeu Dale:

Recomendamos aos jornalistas católicos, com louvável apostolado, a inclusão, em jornais acatólicos, de artigos e noticiários, para que a todos alcancem a boa nova do Evangelho. Abram-se os lares cristãos a boa imprensa que orienta a opinião pública com elevado espírito do catolicismo /.../. Oponha-se ao contrário, sistemática e energicamente à entrada de folhetos, jornais e revistas ou livros escandalosos e hostis a igreja, lembrando que qualquer colaboração, ainda que apenas financeira, pode envolver grave traição a causa sagrada (DALE, 1939, p. 64).

A fim de que os jovens incorporassem o ideário cristão de moralidade, Pio XI alertava para o perigo da vida moderna, principalmente nos centros urbanos, denominando-os “males urbanos”. O progresso da cultura e da industrialização poderiam ajudar a impingir ao povo inúmeros malefícios, como incentivar uma desmoralização social e uma liberalização dos costumes.

Na verdade, nos nossos tempos, torna-se necessária uma vigilância tanto mais extensa e cuidadosa, quanto mais têm aumentado as ocasiões de naufrágio moral e religioso para a juventude inexperiente, especialmente nos livros ímpios e licenciosos, muitos dos quais diabolicamente espalhados, a preço ridículo e desprezível, nos espetáculos cinematográficos, e agora também nas audições radiofônicas, que multiplicam e facilitam toda a espécie de leituras, como o cinematógrafo toda a sorte de espetáculos (Pio XI. Carta Encíclica *Divini Illus Magistri*. 1929, p. 19)

A forma encontrada para combater esses males seria a reintrodução do ensino religioso nas escolas oficiais. Tal medida era plenamente justificada em função de a maior parte da população brasileira ser católica. Dessa forma, reintroduzir o ensino religioso nas escolas públicas foi a principal bandeira dos católicos na elaboração da Constituição de 1934. Essa ação era vista como uma atitude democrática e saneadora dos males morais de que sociedade brasileira estava acometida. Para efetivar tal proposta, foi preciso uma ação mais direta dos membros do clero. Foi necessário conquistar formadores de opinião e divulgar esse ideário. Daí a importância dos intelectuais católicos, principalmente aqueles provenientes das classes médias.

Pode-se afirmar que, em termos ideais, o projeto último da Igreja era o de recuperar a posição privilegiada e quase monopólica por ela desfrutada no universo cultural e educacional da Colônia. Segundo sua ótica, esse era o papel que lhe cabia, por direito sobrenatural, retirado com a Constituição de 1891. Na perspectiva da liderança católica, reconquistar essa influência significaria, a um só tempo, disseminar seu poder de influência na nova conjuntura e solucionar os impasses que afligiam à Nação.

Pautada nessas premissas, a Igreja formulou, no período, um programa deliberado para recristianizar a sociedade e a própria instituição do Estado - tarefa que se viabilizaria, basicamente, através da ressocialização das elites dirigentes segundo os princípios cristãos.

O povo brasileiro já não suporta mais o peso de uma política agnóstica sem princípios, sem fé e sem ideal. Que o Senhor dos milagres ilumine a consciência dos nossos homens, que o Senhor conserve e suscite os homens sérios, os homens retos, os homens de juízo, que de nada mais precisa o Brasil para ser uma nação mais rica e mais poderosa do mundo. (CASALI, 1995, p. 82)

A ressocialização se daria por meio da educação influenciada pela religião. No entanto, as pretensões pedagógicas católicas esbarraram em propostas educacionais alternativas e mesmo antagônicas às suas que se articulavam com maior nitidez nesse momento. O contexto dos anos 30 presenciou, sobretudo até 1937, uma agudização dos debates pedagógicos nos quais se destacou como o principal concorrente e opositor aos católicos, o grupo dos "educadores profissionais" identificados com o movimento da Escola Nova. O Estado recém-implantado, sem uma diretriz educacional definida e buscando sempre soluções conciliatórias, oscilava entre as duas tendências, atendendo às reivindicações ora de um, ora do outro grupo em litígio. Podemos dizer que é a versão do "Estado de Compromisso" varguista na área da educação. (FAUSTO, 1991, p. 104)

Aprofundando a concepção já elaborada no decênio anterior, a década de 30 conferiu à escola o papel de agente de primeira ordem para modificações sociais mais profundas. Em outras palavras, veiculava-se a crença de que a reforma educacional constituía a peça-chave para a reconstrução nacional. Essa supervalorização ideológica do processo educacional, compartilhada tanto pelos católicos quanto pelos escolanovistas, reforçava a percepção do sistema escolar como um valioso recurso de poder. Por conseguinte, a disputa pelo controle desse sistema deveria ser interpretada também como uma disputa política: o confronto entre as diversas filosofias pedagógicas em pauta evidenciava, em última instância, a concorrência entre projetos alternativos de reconstrução nacional, na ótica dos membros da Igreja Católica.

A primeira grande vitória dos católicos foi a promulgação do Decreto 19.941, de 30 de abril, que tornava o ensino religioso facultativo nas escolas públicas, pondo fim a quase meio século de laicidade. Essa importante vitória pode ser creditada à ação

articulada que os membros da Igreja promoveram na década de 1920. Podemos dizer que a articulação da Igreja estava começando a se encaminhar no rumo desejado.

A intelectualidade católica reiterava a importância da revolução espiritual como a base verdadeira de qualquer progresso e como a única capaz de gerar o consenso necessário para o restabelecimento da ordem no país, rompendo com a visão laicista presente, principalmente em função dos evolucionistas, dos positivistas e do próprio desenvolvimento material decorrente do desenvolvimento das forças capitalistas no Brasil. Portanto, influenciar a dinâmica do país significava intervir na formação da elite nacional. Dessa forma, o investimento na educação superior¹⁰ e a criação de um estabelecimento próprio de ensino constituíram metas prioritárias do movimento de reação católica. Os ensinos primário e secundário já estavam em pleno desenvolvimento; caberia, portanto, intervir nesse campo de ação. O programa deliberado de cooptação e doutrinação de elites foi assumindo uma importância e uma especificidade cada vez maiores.

A pulverização do Centro D. Vital¹¹ em diferentes frentes de trabalho de leigos, subordinadas à Coligação Católica Brasileira, a educação e, em especial, a educação superior se converteu em um domínio especializado do movimento. Surgiu a Associação dos Universitários Católicos em 1929. Em Porto Alegre, em 1931, D. João Becker inaugurou a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, núcleo inicial da Universidade Católica. Em São Paulo, também em 1931, as Irmãs Cônegas de S. Agostinho fundaram o Instituto Sedes Sapientiae. No Rio de Janeiro, em 1932, foi inaugurado o Instituto Católico de Estudos Superiores, e, em 1938, as irmãs Ursulinas

¹⁰ Casali nos informa que “a idéia de formar universidades católicas surgiu no dia em que as universidades existentes não somente suprimiram a Igreja e sua doutrina, eliminando as cadeiras de ciências religiosas, mas passaram a oferecer um ensino mais hostil a essa doutrina, descartando o espiritualismo cristão”. (CASALI, 1995, p. 94).

¹¹ O centro D. Vital explicitava em seus Estatutos objetivos inicialmente despretensiosos:
 Artigo 1º - O Centro D. Vital é uma associação civil com sede na Capital da República, e tem por fim cooperar com o movimento social católico no Brasil, realizando o seguinte programa:
 Parágrafo 1º - Fundação de uma Biblioteca dotada de um serviço de informações bibliográficas;
 Parágrafo 2º - Propagar a leitura de obras católicas, promovendo, do modo que sua Diretoria achar mais conveniente, a edição de uma coleção de livros de todos os gêneros, julgados úteis à Religião e ao Brasil, e de uma Revista que será o órgão oficial da Associação.
 Pouco tempo depois, já sob a orientação de Alceu Amoroso, é feita uma modificação importante:
 Artigo 2º - O centro D. Vital do Rio de Janeiro tem por fim desenvolver, por todos os meios intelectuais legítimos, a cultura católica superior entre nós, realizando o seguinte programa:
 Parágrafo 1º - Organização de cursos de Teologia, Filosofia, Ciências, História da Igreja etc., que sejam o núcleo da nossa futura Universidade Católica.
 Essa virada com Alceu Amoroso nos objetivos foi fundamental para a criação da Universidade Católica no Brasil e uma nova perspectiva de ação.

inauguraram o Instituto Santa Úrsula, com uma faculdade de Pedagogia, Ciências e Letras. Embora com sentidos bastante distintos, foram as entidades geradas para uma atuação da Igreja no domínio universitário até a fundação das Faculdades Católicas a partir de 1941, aspiração de D. Leme desde 1916.

A nós católicos /.../ se impõe o dever de darmos os passos necessários para que à mocidade estudiosa se abram Escolas Superiores francamente católicas. Temos exemplo das nações mais civilizadas do mundo /.../. Por que não as temos no Brasil /.../ quem nos dera ver levantar-se no Brasil uma irmã da Universidade de Louvanina!(CASALI, 1995, p. 80)

D. Leme era figura central no movimento de reação católica e tornou-se também na organização da Universidade Católica no Brasil.

Parece ser traço comum a forte relação entre o aparecimento de uma Universidade Católica e a presença de alguma forte personalidade empreendedora, que levou em frente o projeto de fundação. Tanto foi assim que a maioria delas não se desvinculou de seu fundador antes que este morresse. (CASALI, 1995, p. 100)

Independentemente da importância de D. Leme na elaboração e idealização das Universidades Católicas no Brasil, é preciso destacar que, já no segundo Congresso Católico Brasileiro em 1908, o destaque para o tema educacional era central. Combatendo a visão do ensino leigo, neutro, da recém-inaugurada República brasileira, o relator, Dr. Carlos Laet, seguindo as decisões do Concílio Plenário Latino-Americano, discursou:

Conheceis o mal: qual o remédio? A Escola Católica, repetida, disseminada, multiplicada por toda parte em frente da escola do Governo e onde não têm escola /.../ a escola primária católica, o Ginásio ou Liceu Católico, a Faculdade Católica, a Universidade Católica – eis a solução. Preparemos, senhores, a escola católica. Ardentíssimos votos faz o Congresso para que em nossa Pátria se institua uma Universidade Católica, à semelhança das que existem na Europa e notadamente a de Louvain; e como preparo para se atingir tal desideratum entende que se poderia começar pela fundação de faculdades especiais, dando-se preferência às de filosofia, de letras e jurídicas. (CASALI, 1995, p. 105)

Construir escolas, ginásios e universidades foi uma forma de interferir na organização da sociedade de maneira prática e objetiva. Foi nesse clima que, em 1931, entre os dias 17 e 25 de outubro, realizou-se em São Paulo o Primeiro Congresso de Educação do Centro D. Vital. Tratava-se, segundo Casali, do primeiro resultado da “*Divini Illius Magistri*”. Logo em seguida, em 1934, foi realizado o Primeiro Congresso Católico de Educação, a que “Amoroso Lima chamou de triunfo católico”, em função das teses aprovadas na Constituição de 1934, como já foi mencionado anteriormente.

Os conferencistas abordaram a necessidade da organização de universidades católicas para superar o momento crítico por que a educação passava, em especial, a perda dos valores cristãos em função da difusão de valores materialistas, denunciada pelo Papa Pio XI em sua encíclica “*Divini Illius Magistri*”. Dessa forma, o Congresso “submeteu a aprovação de 13 itens de suas Conclusões Gerais”:

- I. Deve ser quanto antes criada a Universidade Católica Brasileira com âmbito nacional e para a qual concorram todos os católicos do Brasil.
- II. A universidade Católica visa a pesquisa científica e o ensino superior; em todos os seus ramos, num ambiente religioso e à luz da doutrina da Igreja, trazendo a colaboração dos católicos aos progresso cultural do país.
- III. Essa Universidade deve ser inteiramente subordinada às determinações doutrinárias e práticas da Santa Sé, sendo orientada, na sua organização e direção, pelo Episcopado Brasileiro.
- IV. Nas suas relações com o Estado, deve essa Universidade ser independente, mas com direito a fiscalização federal e à concessão oficial de diplomas de habilitação em seus cursos.
- V. Não sendo possível fundar, desde logo, uma Universidade completa, como os grandes modelos que se nos oferecem em Louvaina, Milão, Paris ou Washington, deve essa Universidade obedecer a uma formação gradativa, começando pelos cursos especiais e menos onerosos, incorporando os já existentes e alargando, pouco a pouco, o seu âmbito de ação.
- VI. O espírito dessa Universidade deve ser, ao mesmo tempo, especulativo e prático, de modo a ter como base os estudos superiores da religião, filosofia e letras, que darão à nossa Universidade o seu espírito católico, preparando, ao mesmo tempo, novas elites para as várias carreiras liberais e profissionais.
- VII. As faculdades que parecem mais urgentes e exequíveis, devendo por elas ser iniciada a organização da Universidade, são uma Faculdade de Direito, uma de educação, para formação de professores, e uma de Religião, Filosofia e Letras, com os cursos necessários possíveis, sendo desejável também, quanto antes, a fundação de uma escola de Jornalismo.
- VIII. Que se aconselhe aos católicos das localidades onde existam faculdades superiores, a organização, onde já não o tenham realizado, de faculdades ou cursos superiores de Teologia, Filosofia e Letras que possam anular os males causados pelo ensino leigo.
- IX. Para a obtenção de fundos necessários às despesas de instalação e à constituição de um patrimônio, devem ser empreendidas subscrições de caráter nacional, diretamente encaminhadas por S. E. o Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro e todo o Venerando Episcopado Nacional.
- X. A seleção do corpo docente da Universidade deve obedecer ao máximo rigor, evitando-se todo favorecimento indevido por motivos parciais e adotando-se, concomitantemente o tríplice critério: do valor científico e didático; da probidade moral; da espiritualidade católica.
- XI. Devem ser criados, concomitantemente com a Universidade, cursos de preparação pré-universitária.
- XII. Não havendo na legislação constitucional nenhum dispositivo que impeça a organização de uma Universidade Católica e, ao contrário, sendo garantida, em todos os graus, a liberdade de ensino, mas existindo na atual legislação ordinária, que deve ser reformada, exigências que a dificultam, é de toda

conveniência que os católicos acompanhem de perto a elaboração do Plano Nacional de Educação e a votação das leis ordinárias, no Congresso, relativas ao problema educacional, impedindo que essas leis, regulamentos e planos venham a dificultar a fundação e existência da Universidade Católica.

- XIII. MOÇÃO – A Comissão propõe que o Congresso, para secundar o projeto do Episcopado Brasileiro, solicite de S.E. o Sr. Cardeal a designação de uma Comissão Permanente encarregada de estudar o problema da Universidade Católica. Essa comissão se encarregará também de providenciar no sentido de se dar ampla publicidade, nos meios católicos, às conclusões do Congresso quanto ao problema da Universidade Católica, de modo a criar um ambiente favorável à mesma em todo o país. (CASALI, 1995, pp. 115-16)

Os conferencistas tinham a preocupação de construir uma Universidade que pudesse ao mesmo tempo formar um indivíduo, católico “à luz da doutrina da igreja” e que pudesse colaborar com o progresso cultural do país. Dessa forma seria possível influenciar a condução da organização da sociedade brasileira de tal forma a dar continuidade à obra de recristianização do país.

Queremos dizer: vossa cultura não é mero ornato da inteligência, brinco da vaidade ou fatuidade de filósofo, mas na aquisição dela tivestes a mira na vossa elevação espiritual. /.../ Haveis de influir diretamente na reformação do nosso estilo de vida, e nem se põe em dúvida que o vosso patriotismo, e o vosso senso de solidariedade com o próximo, se desinteressem do mais alto e dos mais graves problemas da comunidade nacional. O comodismo, o desencanto dos homens, e a falsa virtude que se narcisa (sic) inativa e ociosa, são responsáveis por um dos grandes males do Brasil: a ausência dos católicos, sobretudo dos intelectuais católicos, na vida social, moral, na orientação da opinião pública e na formação moral da nossa gente /.../. (Revista das Faculdades Campineiras. Março de 1954. nº 01. p. 41)

Outro aspecto importante era a relação com o Estado. Dadas as leis brasileiras sobre educação, as Universidades Católicas deveriam manter a independência, mas não deixar de lado a questão formal, isto é, garantir “fiscalização federal e a concessão oficial de diplomas de habilitação em seus cursos”. Essa preocupação pode ser explicada como uma forma de garantir aos formandos uma entrada no mercado de trabalho em suas respectivas áreas, de modo a influir como formadores de opinião. Os cursos prioritários eram aqueles de maior destaque neste quesito, isto é, aqueles que poderiam colaborar mais diretamente na tarefa de influenciar a sociedade.

A formação de professores tinha uma tarefa particular. Eram eles que formariam a alma das crianças e, portanto, aqueles que iriam influir mais diretamente na organização da sociedade. Assim, formar educadores cristãos tornou-se fundamental no projeto societário da Igreja.

”Mestre” é aquele que consegue tecer relações de intimidade entre sua própria alma e a da criança: é aquele que se empenha pessoalmente a si mesmo a fim de dirigir para a verdade e para o bem a vida inexperiente do discípulo; numa palavra é aquele que plasma a inteligência e a vontade desta para, nos limites do possível, tirar daí um ser de perfeição humana e cristã. /.../ Como educadores católicos, enfim, deveis fazer todo o esforço para que todos sejam bons cristãos, e muitos tentem mesmo a escalada do monte santo de Deus, incentivados e sustentados por vós, além de pelo sacerdote. (Revista da Universidade de Campinas. Ano III. Dezembro de 1955 e Março de 1956. n° 08/09).

No entanto, a preocupação não era apenas com os educadores. Os bacharéis em Direito tiveram especial atenção por parte do clero católico, em função de sua tarefa particular, seja no âmbito jurídico, na interpretação das leis, no questionamento destas em favor do projeto cristão na sua relação com o Estado, ou participando na formação destas leis no parlamento¹². Outro aspecto importante é a preocupação com a formação de uma faculdade de jornalismo, porque esse profissional teria em suas mãos um meio de divulgar e influir um número cada vez mais amplo de pessoas. Vale a pena ressaltar que na “seleção do corpo” docente, o critério era estarem de acordo com os princípios cristãos católicos, dado o objetivo das Universidades. Não se tratava de uma disputa de mercado, e sim de uma organização capaz de influir nos rumos da sociedade brasileira.

Em 1939, por ocasião do Concílio Plenário Brasileiro, a idéia de uma Universidade Católica já estava amadurecida e sua execução era questão prioritária, dadas as transformações que o país vivia naquele momento.

De nossas escolas e colégios tratamos como de um fato: da nossa Universidade só nos é permitido falar como de uma esperança. Esperança, ainda, mas que se quer imediatamente realizar. Ao Brasil católico já não é possível viver sem esta artéria vital de seu organismo religioso. Por sua natureza a Universidade é o centro onde se elaboram as grandes sínteses do saber, o seminário de formação dos sábios que impulsionam os progressos do conhecimento, o laboratório em que se preparam os elementos superiores da administração e da vida profissional do país, numa palavra, o órgão conservador e transmissor de todo o patrimônio de uma civilização. Reconhecer-lhes esta influência soberana nos destinos de um povo é afirmar, ao mesmo tempo, que para a Igreja, a necessidade inadiável de possuir a sua “Alma Mater”. Como expressão cultural superior do Catolicismo e como instrumento imprescindível de sua irradiação ampla e benfazeja em todas as esferas sociais, a Universidade Católica é, para o Brasil, penhor de vida no presente e promessa do mais seguro porvir. A realização deste ideal exigirá, como todas as obras de Deus, grandes sacrifícios, dedicações puras e generosas inesgotáveis. Mas o Brasil não mentirá às nossas esperanças, nem se mostrará surdo à confiança do nosso apelo. A fundação da Universidade Católica será a glória da nossa geração. (Carta Pastoral do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro (Legado Pontifício) e dos Arcebispos do Brasil, por ocasião do Concílio Plenário Brasileiro, Rio de Janeiro de 1939)

¹² Alguns dos principais nomes católicos que participam direta ou indiretamente na elaboração da Constituição de 1934 eram bacharéis em Direito, tais como: Antunes Maciel, Salgado Filho, Pedro Ernesto, Lima Cavalcanti, Gustavo Capanema.

A “esperança” tornou-se realidade. A fundação do Instituto Católico de Estudos Superiores, em 1932, foi o germen que deu início à formação da Universidade Católica do Brasil. Sob o comando acadêmico e administrativo do Externato Santo Inácio, dos Jesuítas, formou-se uma comissão, tendo à frente Leonel Franca e Alceu Amoroso Lima, e organizou-se uma grande campanha para arrecadar fundos para a Universidade.

No dia 21 de junho de 1940, foram fundadas as “Faculdades Católicas”. Foi oficialmente fundada a Universidade Católica do Brasil, que começou a funcionar com o nome provisório de Associação das Faculdades Católicas. Pelo Decreto nº 6.409, de 30 de outubro de 1940, Vargas autorizou o funcionamento dos Cursos de Bacharelado de Direito e dos Cursos de Filosofia: Filosofia, Letras Clássicas, Letras NeoLatinas, Letras Anglo-Germânicas, Geografia, História, Ciências Sociais e Pedagogia. Em 15 de março de 1941, deu-se a Sessão Inaugural das Faculdades Católicas. Em seu discurso, Alceu Amoroso Lima sintetiza os objetivos dessa empreitada: “Nesta data começa alguma coisa que, com a graça de Deus, há de marcar, não só a História da inteligência em nossa terra, mas ainda, a História de Deus em nosso povo” (CASALI, 1995, p. 139). Em 15 de janeiro de 1946, pelo Decreto-Lei nº 8.681 reconhecia-se que as Faculdades Católicas preenchiam os requisitos exigidos para se transformarem em Universidade.

Nesse longo caminho que foi traçado desde a Proclamação da República com a separação do Estado da Igreja, a reação católica e o objetivo de restituir o ensino religioso no currículo escolar até a fundação das Universidades Católicas, demonstraram-se a força e os objetivos da Igreja, que, por meio de uma atuação eficiente, cooptou segmentos do Estado para erigir a sua Universidade, projetando em tal instituição a função de formar novos intelectuais afinados à doutrina cristã, a fim de influir no projeto educacional nacional, difundindo os valores cristãos.

Capítulo II – Da Fundação das Faculdades Campineiras

2.1 – A Cidade de Campinas

Os motivos para a criação de um pólo universitário na cidade de Campinas são bastante intrigantes, visto não se tratar de uma capital, como ocorreu em outras regiões do Brasil. Nesse aspecto é importante compreender a trajetória da cidade de Campinas desde a segunda metade do século XIX, momento em que a cidade começou a se transformar e se desenvolver economicamente em função da produção de café nessa região.

Em 1900, Campinas era considerada capital da “Republica do café com leite”¹³ em função da forte presença de políticos da região em cargos importantes no cenário nacional. O primeiro Presidente Civil, Prudente de Morais (1894-1898), era proveniente da região de Itu, que com Campinas compunha um forte centro de poder político e econômico para a região. Em 1898, assumiu o poder Campos Sales, que realizou toda a sua trajetória política na cidade de Campinas. Foi vereador, deputado, Ministro da Justiça no Governo Provisório (1889-1891) e posteriormente Presidente da República. Outro personagem de destaque na República café com leite foi Francisco Glicério de Cerqueira Leite, também membro do primeiro governo republicano, como Ministro da Agricultura. Esses dois últimos personagens foram legítimos representantes da camada dos cafeicultores da região, a maior beneficiada com o movimento que levou à Proclamação da República. Essa força política só foi possível em razão de a região ter

¹³Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, seguiu-se o governo de transição do Marechal Deodoro da Fonseca e, posteriormente, do Marechal Floriano Peixoto. Depois vieram governos, em sua maioria civis, dirigidos por políticos paulistas e mineiros. Por isso, o período que vai da Proclamação da República à Revolução de 1930 foi chamado de “república café com leite”. Politicamente, a República continuou as práticas centralizadoras do império, através da política dos governadores, que controlavam de um lado o poder local através dos coronéis e de outro davam sustentação aos presidentes. As eleições eram feitas na base do “bico de pena”, ou seja, através de listas de votação, que podiam ter as assinaturas e os votos falsificados. A política era toda amarrada em torno dos interesses dos governantes e das classes dominantes, assim era quase impossível aos governistas perderem eleição. Os coronéis eram donos dos chamados “currais eleitorais”, que reuniam eleitores. Eles usavam seus votos em troca de favores. Da mesma forma, trocavam seu apoio ao governador por nomeações e verbas. O governador, por sua vez, transacionava seu apoio nas duas direções, dos coronéis e do presidente, cadeia de trocas de favores políticos que ganhou o nome de clientelismo. A política “café com leite” era de cartas marcadas. A eleição dos representantes do povo e dos governantes era precedida de intensas consultas e negociações que selavam as alianças. O esquema era dominado pelos governadores de Minas e de S. Paulo e, como no Império, garantiu por quase quarenta anos a estabilidade e o imobilismo político, que favoreceu o setor agrícola e boicotou os interesses das indústrias e das cidades. (Fausto. 2004)

se tornado, na segunda metade do século XIX, um pólo irradiador de idéias republicanas.

Esse pólo foi formado em Campinas, pois, além do desenvolvimento proporcionado pela cultura cafeeira, houve também a influência das idéias positivistas de Augusto Comte¹⁴. Campos Sales, admirador e estudioso do Positivismo, foi um dos fundadores do Colégio Culto à Ciência, inaugurado a 12 de janeiro de 1874, que recebeu esse nome como um tributo às idéias do filósofo positivista.

No início do século XX, Campinas¹⁵ estava no centro do poder político e econômico do Brasil. O aumento populacional entre 1836 e 1920 foi de aproximadamente 1800%. Esse aumento populacional foi resultado principalmente da pujante economia cafeeira. O capital acumulado pelo setor proporcionou a instalação em Campinas e região da principal rede ferroviária no Brasil. Projetada inicialmente para facilitar o escoamento do café para exportação, contribuiu de maneira fundamental para favorecer a expansão da indústria nas regiões Sul e Sudeste, sob a liderança de São Paulo.

No entanto, nem toda essa riqueza foi capaz de evitar uma catástrofe na região, - uma epidemia de febre amarela que dizimou, entre 1889 e 1900, aproximadamente 6% de sua população (aproximadamente 2.500 pessoas), associada a uma crescente crise no setor cafeeiro, fez com que a cidade buscasse outras formas de organização econômica capazes de superar a crise e formar um novo horizonte. Apesar do predomínio quase absoluto do café, já estava em gestação na cidade um incipiente complexo industrial, que, ao lado de atividades comerciais e de serviços igualmente em crescimento possibilitou vislumbrar uma nova etapa para a cidade.

Impulsionadas pela sua força política, foram tomadas medidas de modernização para a formação de um núcleo urbano condizente com sua posição. Assim, Campinas começou a deixar para trás a sua condição de cidade provinciana, eminentemente ligada à agricultura para se transformar em uma metrópole dinâmica e moderna. Nesse

¹⁴ O positivismo no Brasil não era mera reprodução da filosofia de COMTE, com esta se desenvolveu no cenário francês d sua origem, e sim uma visão temperada pelo clima de ecletismo que marcou os pensamentos intelectuais da segunda metade do século XIX, formadores de opinião dentro dos partidos políticos e das famílias de prestígios da época. PAIXÃO, Carlos Jorge. O Positivismo Ilustrado no Brasil. São Paulo. 2000. Disponível em:

<http://www.nead.unama.br/bibliotecavirtual/revista/trilhas/pdf/trilhas2_art3.pdf>.

¹⁵ MARTINS. José Pedro Soares. (2000). Campinas, 100 anos de História. Rede Anhangüera de Comunicação.

processo, os “barões do café” tiveram um papel fundamental para alavancar o desenvolvimento da cidade. Em contato constante com a Europa, esses barões atuaram e influenciaram na formação de hábitos aristocráticos na região. A cidade de Campinas recebeu obras que mudaram sua paisagem, como mansões, um matadouro municipal, a Catedral e outras obras que foram concebidas e assinadas pelo renomado arquiteto, responsável por grandes projetos arquitetônicos de “modernização” da cidade de São Paulo, Francisco de Paula Ramos de Azevedo.

Na questão da higiene, por influência do Presidente Campos Sales, importantes obras de saneamento foram realizadas na cidade, que ajudaram no combate à febre amarela. No aspecto cultural, a efervescência na cidade era muito grande. Havia publicações que se multiplicavam, grandes teatros, cinema. Jornais como *O Correio de Campinas*, *A Cidade de Campinas*, *O Diário de Campinas* e *O Comércio de Campinas* foram alguns dos mais importantes que circularam no final do século XIX e início do século XX. No aspecto social, deu-se a influência do imigrante europeu na formação de uma classe média letrada que, com a formação da classe operária campineira, contribuiu para criar um público e um ambiente de certa curiosidade intelectual e científica, capaz de influenciar na formação de uma tradição cultural.

Em Campinas da virada de século proliferaram instituições de ensino e difusão cultural, quer oficiais, empresariais ou filantrópicas. Surgiram o Colégio Florence, em 1863, o Colégio Culto à Ciência, em 1874, o Colégio Internacional, em 1872. Em 1900, foi fundado o Colégio Progresso Campineiro, por empresários e políticos como Joaquim Álvaro de Sousa Camargo, Luis de Campos Sales, Artur Leite de Barros e Orosimbo Maia. Uma nova etapa fora inaugurada, com forte presença do espírito liberal.

Na primeira década do século XX, o Ginásio do Estado e o Instituto Agrônômico congregaram-se para fundar o Centro de Ciências, Letras e Artes, e lançaram uma revista, - a Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes (CCLA), que alcançou repercussão internacional. O Centro, do qual a Revista ecoava suas idéias, foi fundado em 31 de outubro de 1901 por um núcleo de intelectuais de Campinas, com o propósito de ser um espaço para a discussão livre das grandes questões locais e nacionais. Entre os participantes de sua criação, esteve presente o médico Ângelo Simões, João Cesar Bierrenbach e Coelho Neto¹⁶.

¹⁶Disponível em: < www.pro-memoria-de-campinas-sp.blogspot.com>.

Outras instituições importantes de ensino e difusão da produção científica e cultural foram o Centro de Cultura Intelectual, local de debates, exposições e conferências, a Escola Complementar, inaugurada em 1903, e, a partir de 1936, chamada “Carlos Gomes”; o Colégio São Benedito, de 1902; o Externato Tiradentes, de 1904; o Colégio Sagrado Coração de Jesus, de 1908; o Externato São João, de 1909; a Escola Técnica de Comércio Bento Quirino, de 1910.

Em 1927, Emilia Meira, que então dirigia o Colégio Progresso Campineiro, criou a Sociedade Brasileira de Instrução e Educação de Campinas, que visava à construção de uma intelectualidade que pudesse influir nos rumos da sociedade brasileira. Nesse aspecto, a criação de uma universidade seria importante na composição desse ambiente intelectual e político. Como foi visto, a “tradição cultural” da cidade permitiu tais empreendimentos. Todas essas instituições educacionais, que remontam o final do século XIX e início do século XX, deram ambiência necessária para a criação de uma escola de nível superior.

2.2 – As Faculdades Campineiras

Em 20 de maio de 1941, o Bispo de Campinas, D. Francisco de Campos Barreto, fundou a “Sociedade Campineira de Educação e Instrução”. Associação civil, sem fins lucrativos, que tomou a seu cargo criar, administrar e manter as escolas superiores, Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e outros cursos que as necessidades culturais ou profissionais do meio viessem a aconselhar para a constituição de um projeto de Universidade Católica em Campinas.

Em 20 de maio, foi fundada a Sociedade Campineira de Educação e Instrução, pelo Exmo Sr Bispo Diocesano, D. Francisco de Campos Barreto. Destina-se a Sociedade à alta administração dos Estabelecimentos de Ensino pertencentes à Diocese. Constituição do Patrimônio para Manutenção das Faculdades de Filosofia, Ciências e a Sociedade de Educação e Instrução, para a referida manutenção. Em 27 de junho temos a eleição e posse da Diretoria da Sociedade Campineira de Educação e Instrução. Em 7 de julho é registrado os Estatutos da Sociedade Campineira de Educação e Instrução no Cartório da 1ª Circunscrição do Registro de Imóveis, sob o n. 345, em 10 de julho de 1941. Em 15 de julho é assinado o contrato de locação do prédio “Barão de Itapura” à rua Marechal Deodoro, n 1099, para o funcionamento das Faculdades de Filosofia e de Ciências Econômicas (Revista das Faculdades Campineiras, 1954. Ano I. nº 1. p. 03)

Esse rápido encaminhamento atendia a dois propósitos: o primeiro estava diretamente ligado aos interesses da Igreja Católica de expandir sua influência no campo educacional.

A grande importância da Universidade católica está em que nela se forjam os futuros líderes católicos. É nesse fato que repousa a grandiosidade da visão do saudoso Dom Francisco de Campos Barreto, que sonhou com uma Universidade Católica em Campinas. (Revista das Faculdades Campineiras, 1957. Ano IV. nº 12. p. 247)

O segundo motivo estava ligado aos interesses da comunidade campineira de expandir e consolidar nos meios acadêmicos, políticos e cultural do país, sua influência e contribuir nos rumos da sociedade brasileira.

Em 16 de julho de 1941, o Presidente da Sociedade Campineira de Educação e Instrução, D. Francisco Campos Barreto, nomeou como Diretor das Faculdades o Cônego Emílio José Salim, que, dois dias após, em concurso de títulos para preenchimento do quadro docente da Faculdade de Filosofia, nomeou os seguintes professores catedráticos, aprovados depois pelo Conselho Nacional de Educação:

Cônego Dr. Emilio José Salim – Sociologia.

Padre Agnelo Rossi – Filosofia.

Padre Dr. Ludovico Kauling – Historia da Filosofia.

Padre Paulo Sozzi – Língua e Literatura Italiana.

Padre Francisco Silva – Geografia Física

Padre Dr. Alcionilio Bruzzi Alves da Silva – Filosofia da Educação e Estatística Educacional.

Dr. Renne Penna Chaves – Psicologia

Dr. Horácio Montenegro – Estatística Geral e Aplicada.

Dr. Antonio F. Cesário Jr. Política

Dr. Paulo S. Pinheiro – Crítica dos Princípios Complementares de Matemática

Dr. André Tosello - Análise Matemática e Análise Superior

Dr. Lourenço Martyr A. Prado – Geometria

Dr. Armando Foá – Mecânica Racional Celeste

Professor Annibal de Freitas – Física Geral e Experimental

Dr. Alfredo Ribeiro Nogueira – Geografia do Brasil

Dr. Coriolano R. Alves Antropologia e Etnografia.

Dr. Eduardo E. Badaró – Geografia humana

Professor Sebastião Pagano – História Antiga e Medieval.

Dr. José C. Ataliba Nogueira – História Moderna e Contemporânea.

Dr. Sebastião Otranto - História da Civilização Americana.

Dr. Milton Noronha Gustavo – História da Civilização Brasileira.

DR. Décio Ferraz Alvim – Economia Política.

Professor Miguel H. Pinto de Carvalho – Língua e Literatura Latina.

Professor Francisco R. Sampaio – Filosofia e Língua portuguesa

Frei Evaristo de Santa Ursula – Língua e Literatura Grega.

Professor George Raeders – Língua e Literatura Francesa

Professor Benedito Sampaio – Literatura Portuguesa

Professor Nelson Omegna – Literatura Brasileira

Professor Higino Aliandro – Língua e Literatura Inglesa e Americana

Dr. Max Kaufmann – Língua e Literatura Alemã

Professor Ciro Rocha Prado – Psicologia Educacional

Professor João Guimarães – Administrador Escolar

Professor João B. Damasco Penna – História da Educação e Educação Comparada

(Revista das Faculdades Campineiras. 1954. nº 01. pp. 65-6)

Em 8 de agosto, foi entregue ao Ministério da Educação o pedido de prévia autorização para organizar e fazer funcionar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, com nove cursos: Filosofia, Ciências Políticas e Sociais, Geografia, História, Pedagogia, Letras Clássicas, Letras Neo-Latinas e Letras Anglo-Germânicas e Matemática. Obteve-se a autorização do Presidente da República para funcionamento de outro curso com o Decreto-Lei nº 8.232, de 18 de novembro de 1941. Pela Portaria ministerial nº 202, de 08 de Agosto de 1942, obteve a Faculdade de Ciências Econômicas autorização para funcionar. Depois de dois anos, pelo Decreto nº 15.523, de 26 de Maio de 1944, do Presidente da República, houve o reconhecimento definitivo dos Cursos de Filosofia, Pedagogia, Geografia, História, Letras Clássicas, Matemática, Letras Neo-Latinas, Letras Anglo-Germânicas e Ciências Sociais. A partir de 1945, começaram a funcionar os cursos de Química e Didática, sendo reconhecidos em 1946.

A 13 de Agosto de 1946, criou-se a Universidade Católica de São Paulo, figurando as Faculdades Campineiras como instituições agregadas. Em virtude do Decreto-Lei nº 9.632 de 22 de Agosto de 1946, que deu à Universidade Católica as prerrogativas de universidade livre equiparada, começaram as Faculdades de Campinas a gozar também de regalias peculiares às unidades universitárias. Em 1949, dando prosseguimento a sua ampliação, foi solicitada autorização para organizar e fazer funcionar uma Faculdade de Odontologia. Em 1951, foi criada a Faculdade de Direito, que iniciou em 1952 o seu funcionamento. A mudança de Faculdades Campineiras para

Universidade foi realizada oficialmente em 19 de Dezembro de 1955, pelo Presidente da República, por meio do decreto 38.327, que concedeu as prerrogativas de universidade livre equiparada. A Instalação Solene da Universidade de Campinas se deu no dia 14 de Março 1956, e, em 8 de Outubro de 1957, foi erigida canonicamente pela Santa Sé.

Às 8 horas em ponto, estando a Igreja Catedral de Campinas, ornamentada como em seus grandes dias e literalmente tomada pelo Cabido, Clero e Povo da Cidade, o Exmo. Núncio Apostólico, em Campinas desde as vésperas, iniciou a Santa Missa de Ação de Graças pela Instalação da Universidade. Ao Evangelho s. Excia. se dirigiu aos presentes, congratulando-se pela vitória da Diocese e daqueles que vieram dirigindo, com dedicação exemplar, desde 1941, o desenvolvimento das Faculdades de Campinas. S. Excia acentuou que o universitário jamais deve perder de vista, que seu ideal é o serviço da Pátria, da Cultura e da Religião. (Revista da Universidade de Campinas. n. 8. 1955)

Por decreto da Sagrada Congregação de Seminários e Universidades de Estudos da Santa Sé, de 07 de setembro de 1956, a Universidade campineira foi erigida canonicamente em “Universidade Católica”. Por decreto dessa mesma Congregação, foram nomeados a 2 de outubro de 1957, Grão-Chanceler da Universidade o Senhor Arcebispo Metropolitano de Campinas e, a 8 do mesmo mês e ano, Reitor o Monsenhor Emilio José Salim. Em 1958, a Universidade foi admitida na Federação das Universidades Católicas, sediada em Roma. Em fins de 1972, por ato de Sua Santidade o Papa Paulo VI, a Universidade Católica de Campinas foi galardoada com o honroso título de **Pontifícia**, suma distinção (Matos, 1988, p. 188). Todo esse processo de transformação de Faculdades Associadas em Universidade, dessa, em reconhecimento de Universidade Católica e, posteriormente, em Pontifícia Universidade Católica, seguiu um roteiro de importância e serviços prestados à Igreja Católica.

Entre 1942 e 1953, ano que teve início a primeira publicação da Revista das Faculdades Campineiras, foram matriculados 8.480 alunos, sendo que 2.528 foram diplomados em oito cursos oferecidos pelas Faculdades, dispostos da seguinte forma:

Tabela 1: Matrículas de Alunos¹⁷

Curso	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954
Faculdade de Filosofia	240	291	298	252	218	194	242	376	380	460	440	465	510
Fac. de Ciências econômicas	40	72	104	74	67	60	45	53	57	58	59	60	66
Faculdade de Odontologia	-	-	-	-	-	-	-	-	65	125	197	239	257
Faculdade de Direito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	107	230	343
Escola de Biblioteconomia	-	-	-	83	60	26	16	12	11	11	19	27	13
Curso de Orient. Educacional	-	-	-	-	-	-	38	42	43	52	69	73	55
Curso Econ. Dom. e Trab. Manual	-	-	-	-	-	47	48	20	30	36	56	57	37
Cons. Canto Orfeônico	-	-	-	-	-	50	89	74	59	70	108	146	116
Total	280	363	402	409	345	421	478	577	645	812	1054	1297	1397

Tabela 2: Alunos Diplomados¹⁸

Curso	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	Total
Faculdade de Filosofia	112	85	26	6	47	60	71	91	78	576
Fac. de Ciências econômicas	17	20	10	-	12	15	6	12	9	101
Faculdade de Odontologia	-	-	-	-	-	-	-	65	59	124
Escola de Biblioteconomia	-	48	9	13	7	7	9	16	21	130
Cons. Canto Orfeônico	-	-	-	38	20	25	27	25	67	202
Curso Econ. Dom. e Trab. Manual	-	-	20	18	11	10	28	14	30	131
Total	129	153	65	75	97	117	141	223	264	1264

Nota-se que o número de alunos matriculados entre 1942 e 1953 praticamente dobrou. Esse rápido crescimento expressa-se especialmente na Faculdade de Filosofia, que habilitava formandos para o magistério, o que se explica tanto pelo crescimento da

¹⁷ Revista das Faculdades Campineiras. Ano I. Março de 1954. 1º. p. 85.

¹⁸ Idem.

demanda por professores secundários em todo o estado, em que este grau de ensino encontrava-se em franca expansão, como pela expectativa de difusão, pelos professores nela formados, do ideário católico junto à sociedade, como indicam os discursos dos paraninfos.

E, pois, quem há aí, considerando em vós que se não persuada que os tempos vão mudar, e que tudo há de ir de bem em melhor no dia em que a mocidade, toda do vosso estofo moral, empreender a santa cruzada pela regeneração dos nossos costumes?

E é esta a palavra de confiança e fé na vossa atuação social em benefício do maior e do mais belo dos torrões natais, a mensagem que vos enviam pela minha fala, à honra em vos separais delas, as vossas Faculdades Católicas de Campinas.

Haveis de influir diretamente na reformação do nosso estilo de vida e nem se põe em dúvida que o vosso patriotismo, e o vosso sendo de solidariedade com o próximo, se desinteressem do mais alto e dos mais graves problemas da comunidade nacional. (Revista das Faculdades Campineiras. Ano I. Março de 1954. nº 01. p. 40)

Outro aspecto importante está relacionado ao segundo curso de maior procura, o de Ciências Econômicas. Os formandos desse curso eram preparados para atuar principalmente na burocracia do Estado, e nesse posto deveriam contribuir para a expansão do espírito cristão e o combate a segmentos infiltrados, como veremos a seguir. Do mesmo modo, o curso de Direito, que teve a sua aprovação para funcionamento em 1952, rapidamente triplicou o número de alunos. Trata-se do curso que mais forneceu mão de obra para os setores burocráticos do Estado.

2.3 – A Origem e os Objetivos da Revista das Faculdades Campineiras

As Faculdades Campineiras, fundadas a partir da criação da “Sociedade Campineira de Educação e Instrução” em maio de 1941, tiveram como primeiro órgão de imprensa para divulgação de suas ações o *Anuário*, publicado até 1947.

A falar com precisão não é esta Revista uma publicação periódica das Faculdades Campineiras, de todo nova, que se inaugure com o presente número. Acertadamente podemos sim afirmar que constitui (sic) esta Revista, conquanto muito mais completa e variada, uma segunda fase, de outra publicação – O Anuário das nossas Faculdades, que veio a lume até 1947. (Revista das Faculdades Campineiras. Ano I. março de 1954. n. 1. p. 2).

Em seu primeiro número, em março de 1954, a Revista das Faculdades Campineiras propunha uma retrospectiva a fim de oferecer ao leitor uma visão dos cursos desde a criação das Faculdades Campineiras em 1941. Dessa forma, era elaborada uma crônica das Faculdades Campineiras (Anexo I)

A Revista, segundo Monsenhor Emilio José Salim, Reitor das Faculdades Campineiras, deveria assumir os mesmos compromissos e objetivos de uma universidade, isto é:

- 1º proporcionar o conhecimento puro e desinteressado, o saber pelo saber, a ciência, o ensino ou se quiser a cultura, sem um fim imediatista ou “utilitarista”;
- 2º proceder à pesquisa de investigações em todo o imensurável campo do conhecimento humano;
- 3º formar profissionais de acordo com a função específica de cada uma de suas escolas;
- 4º formar os grupos dirigentes das comunidades humanas, ou para assim dizer, as chamadas “elites” ou grupos de escól. (Revista das Faculdades Campineiras. Ano I. março de 1954. n. 1. p. 2)

Dessa forma, a Revista era um órgão para divulgar e compartilhar o conhecimento produzido de forma “desinteressada” e não “utilitarista”. Tratava-se de um instrumento de divulgação que deveria atingir diretores, professores, alunos e ex-alunos. Para os alunos, o objetivo era bem definido: “modelar o caráter, a consciência, a personalidade na formação dos futuros dirigentes dos grupos sociais”. Já estava previsto o caminho a ser seguido pelos alunos, de acordo com o padrão estabelecido na Universidade Católica.

Mas não apenas alunos, também ex-alunos, já que esses “pertencem ainda à nossa Família Universitária: para eles, pois estão abertas também as páginas da Revista, laço espiritual que, sobre conservá-los unidos à sua Faculdade, continuará a espargir seus benefícios influxos. (Revista das Faculdades Campineiras. Ano I. março de 1954. n. 1. p. 2)

A Revista deveria trazer em suas páginas material que pudesse interessar e moldar a vida profissional, científica e espiritual. Dessa forma, ela era dividida em secções para atender a vários cursos que as Faculdades Campineiras ofereciam a seus alunos, dentre eles:

- 1) Vida Universitária – acompanharemos os acontecimentos de real importância da vida acadêmica doméstica e os ecos da vida universitária brasileira e universal, em tudo que nos respeita de perto
- 2) A relação dos livros e publicações entradas na biblioteca, assim como o sumário de algumas revistas e periódicos que se encontram na sala de leitura, servirá para lembrar a todos, professores e alunos, novos e oportunos adminículos para seu trabalho intelectual.
- 3) No “Documentário” arrolaremos duas classes de elementos que a todos beneficiarão: a doutrina dos nossos guias espirituais, e as leis, decretos e portarias que se relacionam com o ensino superior em geral e especificamente o ministrando nas nossas Escolas.

No “Registro” procuraremos arquivar fatos e idéias que se relacionam de qualquer maneira com os fins supremos universitários, que timbraremos em trazer sempre vivos. (Revista das Faculdades Campineiras. Ano I. março de 1954. n. 1. p. 3)

Esses elementos arrolados deveriam difundir o clima de uma Universidade de autêntico humanismo cristão, isto é, um espaço de formação que se diferenciava de outros estabelecimentos de mesma ordem, ou seja, de outras faculdades e universidades, em especial, as públicas: “O que as Faculdades Campineiras têm sim de singular, que não possuem as Faculdades e Universidades oficiais do Estado ou da União, é o seu espírito universitário próprio, uniforme, coerente e integral” (Revista das Faculdades Campineiras. Ano I. março de 1954. n. 1. p. 2).

A idéia de ser uma Universidade integral diz respeito ao conceito de educação proposto pelos educadores cristãos, isto é, uma formação científica e moral do indivíduo de tal forma a não se perder neste mundo, marcado pelo individualismo e o materialismo ateu. “*Pro Aris et Focis*”, Pela Pátria e Pelo Altar, esse era o “santo-esenha” da Revista das Faculdades Campineiras. Mais que um lema, tratava-se de uma disputa que estava se colocando naquele momento e que pretendia definir os rumos da educação no Brasil. “Ora, em nenhuma quadra histórica como nestes dias, a sorte da Pátria tanto se identificou como a causas dos Altares, que toca às Universidades

custodiar fumegantes e impertéritos” (Revista das Faculdades Campineiras. Ano I. março de 1954. n. 1. p. 4)

A preocupação era doutrinar a comunidade universitária com os objetivos do clero eclesiástico, isto é, formar os segmentos sociais influentes que viessem a contribuir na disputa que se avizinhava em função das transformações sociais que o país estava vivendo.

Pelas páginas da Revista das Faculdades continuaram doutrinando os nossos Mestres, preparando as vocações e os profissionais para as mais altas esferas da vida social, como delas também se aproveitaram nossos alunos para as conquistas do apostolado do Bem e da Verdade no afã de viver aquilo de Pio XI: “*Dilatentur spatia veritatis*”. (Revista das Faculdades Campineiras. Ano I. março de 1954. n. 1. p. 4)

Influir na organização da sociedade era um objetivo não apenas identificado nos membros do Clero, mas também entre os professores. Tal conjunção se dava fundamentalmente em função da leitura que faziam da sociedade brasileira naquele momento. De formação cristã, os professores das Faculdades Campineiras deveriam primar pela ordem moral de seus alunos nos mais diversos campos de atuação, em especial, na formação daqueles que iriam influir diretamente na formação da consciência da coletividade.

Meus caros licenciados. Hoje formai - vós professores. Eu sou a dizer – vós que, de todas as profissões, a vossa é a que mais se pode fundar sem falta a esperança do mundo. Porque muito maior do que à primeira vista pode parecê-lo, é o raio de ação do professor. Sua missão, dizendo apenas com a infância e adolescência, importa realmente à felicidade e à própria inteireza da família do lar e da pátria, cuja mesma solidez se assenta na educação moral da juventude. (Revista das Faculdades Campineiras. Ano I. março de 1954. n. 1. p. 41)

Para eles, a sociedade mundial, mas, em especial a brasileira, passava por um momento de ruptura de seus valores básicos, como os da família, da crença na infalibilidade da Igreja e dos seus membros, do sentimento nacional, da confiança na Pátria, enfim, dos valores que norteavam a organização social naquele momento histórico de confronto ideológico. Acreditavam que deveriam atuar na condução da sociedade para um porto seguro. As faculdades, não importando a sua denominação, tinham como principal missão formar um indivíduo cômico de seu papel social. Mas as Faculdades Católicas, cujo papel era de “totalizar e hierarquizar o saber, fundir numa unidade orgânica” deveriam ter um destaque especial: “Jovens, /.../ Haveis de influir diretamente na formação do nosso estilo de vida, e nem se põe em dúvida que o vosso patriotismo, e vosso sendo de solidariedade com o próximo, se desinteressem dos mais

altos e dos mais graves problemas da comunidade nacional. (Revista das Faculdades Campineiras. Ano I. março de 1954. n. 1. p. 42)

Assim, a Revista teve um papel definido, acordar do torpor e da passividade em que viviam os jovens e, de maneira geral, todos os católicos, pois, com a sua formação integral e com o entusiasmo deveriam moldar os costumes na condução de um povo civilizado.

Meus caros licenciados, jovens pela idade e, o que mais ainda vale, jovens pelo entusiasmo sadio e contagiante que se irradia da pureza dos vossos corações. E tiveste a suprema ventura, nas vossas Faculdades, de uma educação integral. Queremos dizer: vossa cultura não é mero ornato da inteligência, brinco da vaidade ou fatuidade de filósofo, mas aquisição dela tiveste a mira na vossa elevação espiritual. Nisto consiste a verdadeira prudência, nisto é que esta a reta ciência do homem de bom saber.

E, pois, há quem há, considerando em vós que se não persuada que os tempos vão mudar, e que tudo há de ir de bem em melhor no dia em a mocidade, toda do vosso estofos moral, empreender a santa cruzada pela regeneração dos nossos costumes? (Revista das Faculdades Campineiras. Ano I. março de 1954. n. 1. p. 43)

Eram esses os jovens que tinham “estofos moral” para influir na condução da sociedade, para imprimir o “primado dos valores morais” em perdição no mundo moderno, marcado pela ciência, pela técnica e pelo progresso. Em outras palavras, era um insurgimento contra a pregação dos valores “capitalistas e comunistas” tão em voga naquele momento. Ambos “pecam por sua base doutrinal”, isto é, a defesa do materialismo. Esse materialismo objetivava-se nas ciências, uma vez que esta se destinava à negação da existência do espírito cristão, base da “decadência moral do nosso tempo”

As ciências não de ser más e desumanas, a técnica há de ser por fim fatal à humanidade, o progresso e o conforto não de restringir-se a fornecer estofos moles para a nossa concupiscência, porque lhes damos a todos uma destinação e um uso que apenas se coaduna com o nosso egoísmo e com a decadência moral do nosso tempo. (Revista das Faculdades Campineiras. Ano I. março de 1954. n. 1. p. 41)

Uma obra de regeneração deveria ocorrer encampada por alunos e ex-alunos, “com estofos moral” para “influir diretamente na reformação do nosso estilo de vida”, de tal forma a recompor a ordem das coisas, isto é, acabar com “o doloroso espetáculo” do mundo moderno, que tirou do homem “o seu endereço e baralhou os seus valores”.

Tanto os diretores como os professores, alunos e ex-alunos das nossas Faculdades terão na Revista um dos mais adequados instrumentos para a efetivação do ensino, pesquisa, da habilitação profissional e, coroando tudo isto que é sem dúvida secundário, também os princípios e normas que modelando o caráter, a consciência, a personalidade de cada

aluno, contribuem para formar os futuros dirigentes dos grupos sociais. (Revista das Faculdades Campineiras. Ano I. março de 1954. n. 1. pp. 2-3)

Essas abordagens, do âmbito da moral, eram uma característica comum da revista até 1958, quando o enfoque mudou. Na Revista de número 15, de 1958, com “A Declaração dos Cardeais, Arcebispos e Bispos do Brasil”, começou a aparecer a discussão que envolvia a Leis de Diretrizes e Bases da Educação. Retomando a idéia de um momento confuso, a Declaração dos Bispos e Arcebispos se propunha a definir o seu campo de atuação.

Uma das missões mais importantes da Igreja, em todos os tempos – e especialmente em horas confusas e agitadas como a atual – é a de firmar diretrizes, recordar princípios, salvaguardar a hierarquia de valores. É de tal relevância esta função orientadora que dela se beneficiam até não-católicos ou espíritos afastados da preocupação religiosa, mas bem intencionadas e retas, desejosas de acertar. (Revista da Universidade de Campinas. Ano V. 1958. n. 15. p. 148)

Quatro temas foram elencados na “Declaração” para o esclarecimento do povo brasileiro. O primeiro dizia respeito à educação; o segundo discutia os problemas sociais; o terceiro analisava a política nacional e seus desdobramentos; o quarto discutia a questão do divórcio no país. Nessa discussão, pretendiam desfazer os equívocos que acreditavam estar sendo cometidos. A sua leitura do tema educacional era praticamente a mesma de outras abordagens da época – a educação encontrava-se em crise. A novidade estava na razão dessa crise: a República e o monopólio do Estado sobre este campo. Dessa forma, a crítica tinha endereço ainda não bem explícito: “Não tememos em dizer que a intervenção estatal é, em grande parte, responsável pela mediocridade da nossa escola secundária”. (Revista da Universidade de Campinas. Ano V. 1958. n. 15. p. 150).

Um segundo passo era deslocar a educação de uma função precípua do Estado para a Família. Dessa forma, a Família passaria a ser o centro da decisão na questão educacional. Essa idéia vinha sendo organizada desde a Encíclica *Divini illius magistri* de 1929.

A educação é obra necessariamente social e não singular. Ora, são três as sociedades necessárias, distintas e também unidas harmonicamente por Deus, no meio das quais nasce o homem: duas sociedades de ordem natural, que são a família e a sociedade civil; a terceira, a Igreja, de ordem sobrenatural. Primeiramente a família, instituída imediatamente por Deus para o seu fim próprio que é a procriação e a educação da prole, a qual por isso tem a prioridade de natureza, e, portanto uma prioridade de direitos relativamente à sociedade civil.

Não obstante, a família é uma sociedade imperfeita, porque não possui em si todos os meios para o próprio aperfeiçoamento, ao passo que a sociedade civil é uma sociedade perfeita, tendo em si todos os meios para o próprio fim que é o bem comum temporal, pelo que, sob este aspecto, isto é, em ordem ao bem comum, ela tem a preeminência sobre a família que atinge precisamente na sociedade civil a sua conveniente perfeição temporal.

A terceira sociedade em que nasce o homem, mediante o Batismo, para a vida divina da graça, é a Igreja, sociedade de ordem sobrenatural e universal, sociedade perfeita, porque reúne em si todos os meios para o seu fim que é a salvação eterna dos homens, e, portanto suprema na sua ordem. (Revista da Universidade de Campinas. Ano V. 1958. n. 15. p. 149)

O Estado era reconhecido como uma instituição “fonte de todos os direitos”; no entanto, na questão educacional, cabia à Família o direito supremo de decidir sobre a orientação a ser dada aos seus filhos. Qualquer interferência nesse campo deveria ser denunciada como abuso por parte do Estado.

Educar é obra da Família cuja função primordial não se cinge apenas à procriação, mas se completa na educação, que é o desenvolvimento pleno de todas as virtualidades pessoais, sociais, naturais e sobrenaturais do homem, integrando-o dentro do ciclo histórico e social em que é chamado a viver. A escola é, em toda a verdade, a extensão da família. É por ela que a família completa a obra de amor que lhe cabe realizar. (Revista da Universidade de Campinas. Ano V. 1958. n. 15. p. 151)

Essa idéia se completava com o direito da Família em escolher a educação de sua prole de acordo com a comunidade social à qual ela pertencesse, isto é, a sua formação religiosa. Tendo em vista que a maioria da população brasileira era católica, caberia então o direito da Igreja Católica interferir nos rumos da educação do país na preservação dos costumes e da tradição da Família. Dessa forma, uma terceira idéia se completava, que era o dever do Estado de subsidiar as escolas católicas para atender à vontade da família.

Devemos ter a coragem de defender o ensino particular decente e honesto, sem no acumplicarmos com os que mercadejam e venalizam a escola. /.../ Num regime de honestidade, a subvenção não é um favor. Ao Estado cabe assegurar meios materiais para que a escola pública ou particular atinja aos seus fins (Revista da Universidade de Campinas. Ano V. 1958. n. 15. p. 150)

Uma quarta idéia defendida neste documento era a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas: “A religião viva dentro do lar deve continuar viva na escola, sem hiatos e sem mutilações”. (Revista da Universidade de Campinas. Ano V. 1958. n. 15. p. 151). Esse havia sido amplamente abordado na elaboração da Constituição de 1934, cujo principal instrumento era a Liga Católica. Com a imposição do Estado Novo, em 1937, as relações entre Estado e Igreja ficaram num campo de cumplicidade, isto é, de favores de parte a parte (RODRIGUES, 2005). No entanto, no

hiato das ditaduras, isto é, entre 1945 e 1964, as disputas democráticas tomaram forma e impor um programa hegemônico tornou-se muito mais difícil, principalmente porque nesse momento vivíamos uma experiência política bastante singular – o Populismo¹⁹. A Igreja Católica, percebendo o panorama político, buscou uma linha própria de ação, capaz de atrair setores da sociedade não comprometidos com programas radicais, fossem eles liberais ou marxistas. Sua posição era buscar a “harmonia das classes” capaz de garantir a paz social. Com relação à democracia, ela criticava a falta de programas partidários definidos, capazes de permitir uma participação das massas populares de maneira saudável e honesta.

Ao lado do princípio correto da pluralidade partidária, lamentamos que a multiplicidade de partidos sem programas definidos, como simples pretexto para salvaguarda de interesses pessoais, seja uma fonte de debilidade de nossa organização política. /.../. Sofremos igualmente /.../ com o triste espetáculo do voto negociado à base de ofertas ostensivas /.../. A democracia deve saber defender-se contra as infiltrações espúrias de candidatos que apenas servem do voto atual para fins subversivos e totalitários no futuro /.../ que nossos votos não conduzam ou reconduzam ao legislativo nem ao executivo os inimigos dos princípios cristãos e democráticos. Poderão inimigos do regime infiltrar-se nos partidos e ocupar, com já ocupam lugares de responsabilidade e relevo na vida pública. (Revista da Universidade de Campinas. Ano V. 1958. n. 15. pp. 153-4)

O tema da “infiltração” passava a ser uma constante nas páginas da Revista. A necessidade de denunciar as supostas infiltrações de inimigos dos valores cristãos em órgãos do governo tornava-se uma necessidade para demonstrar o perigo comunista, tão em voga nesse momento.

Na medida em que o debate em torno da LDB na Câmara dos Deputados tornava-se mais intenso, a Revista das Faculdades Campineiras também assumia uma postura de defesa dos princípios cristãos com maior ênfase. Em artigo publicado em abril de 1959, intitulado “Declaração em Defesa da Educação Democrática”, podemos ler a seguinte manifestação em relação à LDB:

¹⁹ Podemos definir como populistas as fórmulas políticas cuja fonte principal de inspiração e termo constante de referência é o povo, considerado como agregado social homogêneo e como exclusivo depositário de valores positivos, específicos e permanentes (BOBBIO. 2000. p. 980). Francisco Weffort, analisando esse fenômeno na política brasileira, irá esmiuçar as suas particularidades de ação. “O crescimento das cidades e do proletariado lança à vida política amplos contingentes da população e o processo de absorção das massas passa a constituir uma dimensão política essencial do novo período”. A participação na vida política dessas massas traz uma preocupação maior aos setores conservadores da sociedade em função de suas ligações umbilicais com movimentos de caráter personalistas, como o getulismo, janguismo e janismo, liderados por personalidades que desprezavam as instituições em nome de uma ação direta com as massas. No entanto, a maior preocupação estava com a democracia de massas, isto é, a impossibilidade de controle do voto, como ocorria na primeira República. “Desnecessário mencionar que nesta repulsa diante da democracia de massa está uma ponta de nostalgia dos tempos ‘austeros’ da República Velha, onde o suborno e a corrupção eram apenas individuais” (WEFFORT, 1980).

Duas concepções especialmente disputam o predomínio sobre a educação: o liberalismo agnóstico e o totalitarismo ateu. Disputam entre si essas correntes, que não se excluem, e que acabam por se aliar contra uma terceira: a humanística democrática. (Revista da Universidade de Campinas. Ano V. 1959. n. 17. p. 200).

Retomando os objetivos da Revista, fica evidente o desejo de difundir a idéia de um projeto de educação atrelado aos interesses da Igreja Católica. Tratava-se, segundo os propositores de uma “posição não sectária, mas ecumênica”.

Concebemos a educação como um processo de formação do homem, ligado à sua natureza e ao seu destino; entendemos que não se pode dissociá-lo de uma filosofia da vida e das próprias contingências históricas. Afirmamos o homem **sujeito** e não **objeto** da educação. (Revista Universidade de Campinas. Ano V. 1958. n. 17. pp. 153-4)

A “filosofia de vida” aludida neste artigo era aquela que a comunidade adotava, isto é, os princípios cristãos de organização de sua vida. Não caberia, portanto, aos legisladores, qualquer manifestação que viesse a contrariar esta posição.

O que nos importa, aos que pensam assim, é que os legisladores, investidos de imensa responsabilidade de elaborar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, após tantos anos de tergiversações, recuos e protelações, dêem ao povo um lei fundada nas tradições da formação brasileira. Revista da Universidade de Campinas. Ano V. 1958. n. 17. p. 200)

A tradição brasileira sustentava-se nos seguintes princípios, segundo os autores:

Primeiro: Na suprema dignidade do homem e o exercício de sua consciência livre. Esta só vive e escapa da autodestruição quando institucionalmente protegida pelos grupos naturais da comunidade, capazes de orientá-la para o bem comum e a solidariedade. Portanto, é indispensável que no processo educativo tenham a proeminência os grupos que se interpõem entre a pessoa e o Estado.

Segundo: A educação é um processo intimamente ligado à formação e à existência de tais grupos. Atua como fator de integração dos seus membros naturais e constitui o princípio dinâmico do aperfeiçoamento deste. Portanto a liberdade de ensino, é sobretudo a possibilidade de se exprimirem em experiências pedagógicas, tipos de educação que atendam, na sua flexibilidade e variedade, à diversidade dos grupos humanos, conforme deixou dito Rui Barbosa, nessa obra de maturidade, que é a Oração aos Moços. “Tratar com desigualdade a iguais ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real”.

Terceiro: A família é o grupo fundamental e modelar dos demais grupos e dos processos educacionais./.../ A escola tem de ser instituição com características assemelhadas à família e não à repartição pública.

Quarto: Ao Estado incumbe a função de fazer convergir para o Bem Comum toda a múltipla e diferenciada atividade educacional. (Revista da Universidade de Campinas. Ano V. 1959. n. 17. p. 201)

Novamente o tema da Família, como centro organizador e regulador da sociedade e em particular da educação, era retomado pelos membros do clero católico. A sua idéia era demonstrar a proeminência da Igreja sobre o Estado e também reafirmar que esse deveria ser a extensão da vontade do núcleo regulador e, dessa forma, indicar

que não deveria haver nenhum tipo de tensão no seu interior, para não romper com a tradição da comunidade.

Em um artigo intitulado “A verdade sobre o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação”, escrito por Dom Candido Padin, oito pontos foram levantados para rebater as insinuações que o projeto estava recebendo. A principal crítica ao projeto era o de seu caráter pouco democrático e de laicização do ensino. Dos oito pontos, três são mais oportunos para a discussão até aqui desenvolvida:

- 1- **Afirmações dos que combatem o projeto:** O projeto não faz nenhuma referência explícita aos princípios da educação democrática, nem preceitua o dever do Estado de assegurar a igualdade de oportunidades educacionais
- 1- **Resposta do texto e da boa razão:** O art. 1 do projeto diz: “A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim: a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana e do cidadão, do Estado, bem como da família e demais grupos que compõem a comunidade; b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem; c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional; d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum; e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos, que lhe permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio; f) a preservação e expansão, do patrimônio cultural”. Esse texto reproduz, literalmente ou por outras palavras, as normas da “Declaração universal dos direitos do homem”, especialmente as dos arts. 2, 16, 18, 26,27 e 29, aprovada pelas nações democráticas da ONU e subscrita pelo Brasil.
A obrigação do Estado “de fornecer recursos... de modo a que sejam asseguradas iguais oportunidades a todos”, acha-se explicita no projeto, em seu art. 3º, item II
- 2- **Afirmações dos que combatem o projeto:** Dá o projeto à família (parágrafo único, do art. 2º), uma ingerência e primazia em matéria de educação, que só é própria de Estados corporativos e não democráticos.
- 2- **Resposta do texto e da boa razão:** Eis o texto desse parágrafo: “ A família cabe escolher com prioridade o gênero de educação que deve dar a seus filhos”. Tal texto reproduz simplesmente a norma do item 3, do art. 26 da “Declaração” da ONU, já referida, a qual só não foi aprovada pelos Estados componentes do “bloco soviético”! Opor-se, portanto, a essa norma jurídica significa rejeitar princípio aceito pelas nações democráticas do mundo! A Bélgica, país de indiscutíveis tradições democráticas, foi mais longe do que o projeto brasileiro, prescrevendo no art. 4 da sua recente lei escolar: “O direito dos pais de escolher o gênero de educação para seus filhos implica na possibilidade de dispor, dentro de uma razoável distância, de uma escola que corresponde à sua escolha”
- 3- **Afirmações dos que combatem o projeto:** A educação democrática, conforme as tendências mais modernas deve dar maior importância à escola pública, como fator de laicização do ensino. É essa uma exigência fundamental de uma filosofia oficial de educação democrática.
- 3- **Resposta do texto e da boa razão:** Laicizar o ensino significa torná-lo neutro em matéria de moral religiosa. Significa retirar da escola toda a função de formação da consciência do educando segundo a sua crença.

Ora, os deletérios princípios do laicismo, ao invés de constituírem uma tendência moderna, já são obsoletos e forma superados pelas conquistas democráticas consagradas pela “Declaração” da ONU: “A educação deve visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e ao esforço do respeito aos direitos do homem e as liberdades fundamentais. Deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais e religiosos”. Como poderia ser **pleno** o desenvolvimento da personalidade do educando se fosse mutilado em um dos seus aspectos fundamentais, como o ideal moral e religioso da sua crença. O laicismo já foi repudiado pela nossa própria Constituição Federal, quando reconhece a necessidade da escola pública incluir o ensino religioso no seu currículo regular, para os alunos que o solicitarem por si, ou por seus pais (art. 108, V). Vê-se, portanto, que essa campanha contra o projeto é movida por um espírito anti-religioso, preocupado em afastar a juventude da tradição religiosa da família brasileira. (Revista da Universidade de Campinas. Ano VI. 1960. n. 18. pp. 192-3)

Tais afirmações contribuíram para a difusão entre alunos, ex-alunos e professores de um modelo educacional integral, laicizante e anticomunista. Em artigo reproduzido da Ação Católica, intitulado “À Família Brasileira”, onde se pretendia esclarecer as mudanças decorrentes da nova Lei Diretrizes e Bases da Educação, foram reafirmadas as posições anteriores.

Fica, pois, bem claro que não se cogita a Lei da extinção da Escola Pública como fazem crer os partidários da “Campanha em Prol da Escola Pública”, obedecendo a origens diversas e muitas e muitas vezes inconfessável, ou baseando-se numa falsa interpretação do lado bom da Lei, que visa ampliar e favorecer a educação do Brasil.

É preciso que fiquemos alerta porque da “Campanha” em questão faz parte o plano de um Congresso de Apoio à Escola Pública que servirá para mobilizar todas as forças laicas e anticlericais disponíveis, e articular a ofensiva cultural e anti-religiosa comunista. (Revista das Faculdades Campineiras. Ano VII. 1961. n. 19. p. 173)

Nessa disputa para convencer o público da validade de sua campanha, a Igreja precisava de um ícone capaz de absorver toda a crítica necessária. A personalidade que preenchia esses atributos era Anísio Teixeira, presidente do INEP, com longa carreira de defesa da escola pública, que se tornara um alvo destacado desde 1958. A campanha contra as suas idéias transformou-o de liberal em “comunista infiltrado” para denegrir a imagem da Igreja e, principalmente, para impedir um projeto de educação integral, humanista e cristão. Entre os seus detratores estava Dom Vicente Scherer, que, em missa rezada na Catedral Metropolitana de Porto Alegre, fez um discurso violentíssimo contra Anísio Teixeira.

Queremos hoje, referir-nos a um grupo poderoso que, - impõe-se-nos a renovada denúncia à consciência católica e cristã do País - instalados no Ministério da Educação e Cultura do Rio de Janeiro, está promovendo não só o laicismo do ensino mas também a laicização e o materialismo da vista. Sistemáticamente procura-se realizar um plano de orientação materialista e ateuista do ensino nacional e se move uma campanha ardilosa contra as escolas particulares, em favor do monopólio estatal do ensino. Os

patrocinadores desse programa de ação apresentam e defendem uma doutrina de desenvolvimento nacional inspirada e baseada na mesma filosofia em que se abeberou Carlos Marx para elaborar as teses fundamentais da sua interpretação materialista da história e sua teoria econômica, viga-mestra do comunismo. (Revista das Faculdades Campineiras. Ano IV. 1958. n. 17. p. 207)

Na mesma revista, Anísio Teixeira fez sua defesa a título de “Esclarecimento”, onde se pronunciava a respeito da acusação de defender o monopólio estatal:

/.../ devo dizer que propugno a escola pública como dever do Estado, acentuando, entretanto, que “não advogo o monopólio da educação pelo Estado”, mas que julgamos que todos têm o direito à educação pública, e somente os que o quiserem é que poderão procurar a educação privada.

A escola particular não só é livre na democracia brasileira, como altamente subvencionada e amparada por recursos públicos. (Revista das Faculdades Campineiras. Ano IV. 1958. n. 17. p. 210)

Essa defesa expôs o principal motivo da campanha contra os defensores da escola pública – a escola privada deveria buscar seus próprios recursos para a sua manutenção e não deveria receber subvenção do Estado. É interessante notar que essa foi a única defesa existente no período analisado pelo outro lado, isto é, por parte daqueles que defendiam um outro modelo de escola, que não a confessional. Dessa forma, podemos confirmar a hipótese de que o objetivo principal da Revista das Faculdades Campineiras era difundir o ideário cristão entre aqueles que formavam a opinião pública na região de Campinas e arredores.

Capítulo III – Educação, Comunismo e Missão dos Católicos pela Ótica da Revista

O tema educação faz parte do núcleo central desta pesquisa. No entanto, a Revista das Faculdades Campineiras não era uma publicação especializada apenas nos temas educacionais. Tratava-se de uma publicação que se propunha, como Revista de Cursos Superiores, a atender os interesses de seus professores, alunos e ex-alunos, no tocante à sua vida profissional, científica e espiritual, ou seja, orientar a formação e a informação a lhes serem dadas. Essas informações iam além das questões profissionais e acadêmicas, tinham também um cunho moral cristão católico: “doutrinar os nossos Mestres, preparando as vocações e os profissionais para as mais altas esferas da vida social /.../ conquistando também o apostolado do Bem e da Verdade” (Revista das Faculdades Campineiras. Ano I 1954. nº 01. p. 3). A missão era o combate às doutrinas que negavam, segundo sua ótica, os princípios cristãos.

/.../ queremos realizar no Brasil uma presença vital da Igreja, que salvará as almas, salvará a Nação de todas as ameaças que, contra ela, se levantam: como o comunismo ateu e demolidor dos valores mais autênticos do homem; concepções destruidoras da dignidade da família e reiteradas tentativas divorcistas com as quais jamais se poderá se conformar a consciência cristã. (Revista da Universidade Católica de Campinas. ano VIII. Novembro de 1962. nº 21. p. 150)

Assim, a Igreja parte para a ação, e uma das frentes em que se deu esta disputa foi a educacional, na tramitação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em que dois grupos -- católicos e liberais -- disputavam a sua hegemonia. Membros deste último grupo foram denunciados como “comunistas”, termo que ao longo das últimas décadas antes do processo de tramitação da LDB, e especialmente naquele momento, em razão da Guerra Fria, era desabonador. Dessa forma, a escolha dos subtemas sobre o “Debate em torno da LDB” e “Comunismo” busca dar uma dimensão objetiva dos interesses que estavam sendo disputados.

3.1 – O debate em Torno da LDB

Em 20 de dezembro 1961, depois de intensos debates, finalmente a nova Lei de Diretrizes de Bases da Educação sob o nº 4024/61 foi sancionada. A LDB foi resultado de um longo debate que envolveu vários setores da sociedade brasileira: Igreja, empresários, educadores liberais, católicos, ateus, comunistas, imprensa, estudantes, enfim, tornou-se um fato social que envolveu grande parcela da sociedade brasileira.

O ponto inicial dessa discussão foi o envio ao Congresso, na forma de Mensagem, do texto do executivo sobre o tema como definia o disposto do art. 5º, inciso XV, alínea d, da Constituição de 1946.

Mensagem nº 605 da Presidência da República de 29 de outubro de 1948 encaminhou à Câmara Federal o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional subscrita pelo Ministro da Educação e Saúde Clemente Mariani. Esse projeto foi resultado do disposto no artigo 5º, inciso XV, da alínea d, da Constituição de 18 de setembro de 1946, em que deu à União competência para legislar sobre as diretrizes bases da educação nacional. (VILLALOBOS, 1969, p. 23)

O projeto encaminhado era composto de dois textos. O primeiro projeto foi elaborado por uma comissão de educadores, de tendência liberal, que teve como eixo central um caráter descentralizador. Segundo Buffa, essa “orientação liberal fica explícita no Título II que trata dos fins da educação (BUFFA, 1979, p. 19). O art. 2º desse título afirma que “a educação nacional inspira-se nos princípios de liberdade e nas idéias de solidariedade humana” A razão deste segundo texto, segundo o Ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani, em palestra pronunciada em Salvador, Bahia, era demonstrar as intervenções governamentais no projeto da comissão

A razão do envio de dois projetos, aludindo às modificações por eles introduzidas na realidade, elas haviam sido mesmo aceitas pela Comissão em duas reuniões realizadas sob a minha presidência, mas consideramos preferível, por uma questão de lealdade, submeter ao Congresso os dois textos, antes e depois de minha colaboração direta, a fim de que os legisladores pudessem, com inteiro conhecimento de causa, saber até onde fora a Comissão por si mesma e até onde se exercera a influência do governo na elaboração do Projeto. (VILLALOBOS, 1969, p. 23)

A intervenção do Ministro Clemente Mariani pode ser descrita em duas linhas. A primeira sem grandes conseqüências para o todo do projeto, alterava aspectos que atendiam às aspirações de grupos empenhados em dar à lei rumos mais condizentes com os interesses particulares. Já no seu segundo aspecto, o projeto ministerial buscava dar maior poder ao Ministério com a diminuição das competências do Conselho Nacional de Educação.

As alterações mais decisivas relacionavam-se ao Conselho Nacional de Educação, que, no anteprojeto, aparecia como o órgão central e de maior importância, com amplas atribuições consultivas e deliberativas, sob a restrição de que suas deliberações comportavam recurso para o Ministério da Educação. O projeto governamental robusteceu a posição do Ministério, definindo-o em título novo (Da Administração da Educação), como órgão que exercia as “atribuições da União, em matéria de educação e cultura, ressalvados os estabelecimentos de ensino militar”, e isto, antes que fizessem qualquer menção ao Conselho (art. 4º). No artigo seguinte, para que não pairasse

dúvida, incumbia-se ao ministro “como responsável pela administração do ensino”, velar pela observância da Lei de Diretrizes e Bases e promover a realização de seus objetivos “coadjuvado pelo Conselho Nacional de Educação e pelos departamentos e serviços instituídos para esse fim” (VILLALOBOS, 1969, p. 41)

Por outro lado, o projeto da comissão, diversamente do projeto ministerial:

Refletia uma orientação geral que acabara por predominar no seio da Comissão de estudos de diretrizes e bases que visava um equilíbrio entre as diversas tendências que se representaram durante os trabalhos, e que traziam consigo, em linhas gerais os mesmos problemas a propósito da Constituição de 1934. (VILLALOBOS, 1969, p. 21)

As “tendências” poderiam então ser agrupadas em dois segmentos: os adeptos da centralização e os adeptos da descentralização:

Duas posições extremas se defrontavam, revelando ambas duas filosofias que, se não eram praticamente inconciliáveis pelos propósitos expressos, divergiam principalmente quanto aos meios utilizados para a consecução dos objetivos a que se deveria visar a educação nacional. De um lado, os adeptos da centralização rígida, do ponto de vista normativo e fiscal, que pretendiam transformar a Lei de Diretrizes e Bases num minucioso código de educação, nele incluídas também as regras de caráter regulamentar a que haveriam de submeter-se todos os sistemas locais, reservadas às unidades da federação apenas a competência para fundar e manter escolas e administrar os respectivos sistemas. Do outro lado, os autonomistas, que por defenderem posições muito semelhantes às dos educadores da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1934, posições novamente expressas na Carta de Educação Democrática, da mesma Associação, em 1945, reclamavam ampla liberdade de iniciativa para os poderes locais, ficando a União limitada a traçar diretrizes gerais, assim deixando aos Estados a possibilidade de adaptar o ensino às condições e exigências peculiares de suas respectivas regiões, mediante a legislação supletiva ou complementar. (VILLALOBOS, 1969, p. 24)

O debate que se seguiu dizia respeito às condições da centralização e descentralização do sistema educacional brasileiro. No entanto, com o parecer preliminar do relator, deputado Gustavo Capanema, da Comissão Mista de Leis Complementares publicado no Diário Oficial no dia 24 de setembro de 1949, foi dada uma “orientação inteiramente diversa da que fora adotada pelos organizadores do projeto”, com um espírito centralizador, “e pelo desejo de resguardar, antes de todos, os interesses de ordem nacional”

Com isso, contrariavam-se não apenas os princípios que vinham sendo defendidos, por diferentes razões, pelos educadores liberais adeptos da descentralização radical, e pelos representantes dos interesses particulares e confessionais, como também a solução de equilíbrio e da moderação, preconizadas pelo relator geral da Comissão de estudos,

Almeida Junior. /.../ Argumentos de ordem constitucional, histórica e pedagógica levaram Capanema a fulminar, em erudito parecer, a idéia de descentralização dos sistemas educativos, da variedade de cursos e flexibilidade de currículos, e de autonomia estadual em matéria de legislação complementar de ensino (VILLALOBOS, 1969, p. 47)

Depois desse parecer, houve uma paralisação por quase dois anos. No retorno às discussões, o debate centralização *versus* descentralização começou a tomar outro rumo, em razão da apresentação de um anteprojeto-sugestão, elaborado pela ABE.

As sugestões da Associação Brasileira de Educação, chegadas à Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal em 1952, marcam o momento, na tramitação do projeto, em que as idéias de descentralização administrativa, e mesmo normativa, em certos casos, e da autonomia dos órgãos de direção do ensino começavam a combinar-se com as expectativas da iniciativa privada. A redução da competência do Estado e do seu papel de agente fiscalizador, antes defendida por motivos de caráter pedagógico, social e político, passaria agora, como idéia, a ganhar outro significado, bem distinto do lhe fora atribuído pelos documentos da ABE relativos a constituição de 1934. Efetivamente, não era o Estado autoritário que representava o maior perigo para os interesses dos estabelecimentos particulares e sim o papel que o poder público pudesse vir a exercer na expansão da rede de escolas gratuitas, o que significaria uma incomoda concorrência, encarada a educação na sua feição comercial (VILLALOBOS, 1969, p. 58).

Esse aspecto “da expansão da rede de escolas gratuitas, o que significaria uma incomoda concorrência”, transformou-se no principal foco do debate em torno da elaboração da LDB. O questionamento que se passou a fazer girava em torno dos deveres do Estado, do papel reservado à iniciativa pública e à particular, da destinação de recursos, a forma de administração do ensino, os objetivos da educação, o conceito de liberdade.

Essa discussão começou a tomar forma nas páginas da Revista das Faculdades Católicas a partir de 1958. No entanto, uma alocução do Papa Pio XII ao movimento “PAX ROMANA”, sobre a função do intelectual católico no mundo moderno, apresenta algumas passagens que podem elucidar a posição da Igreja nas questões educacionais no Brasil.

Aqueles que gozam de certa notoriedade e podem, portanto, influir sobre o espírito público, sentem-se encarregados de tarefa muito mais considerável, pois a verdade não tolera, de si mesma, nem mistura nem impureza e sua participação a empreendimentos duvidosos poderia ter a aparência de adesão a um sistema político ou social inadmissível, ainda aí há um vasto domínio sobre o qual os espíritos libertos de preconceitos e paixões podem ficar de acordo e auxiliar-se mutuamente em prol de um bem comum real e válido, pois a sã razão basta para estabelecer as bases do direito das

gentes, e reconhecer o caráter inviolável da pessoa, da dignidade da família, as prerrogativas e os limites da autoridade pública.

Eis por que a cooperação dos católicos é desejável em todas as instituições que respeitam, na teoria e na prática, os dados das leis naturais. (Revista da Universidade de Campinas. Ano IV. abril de 1957. nº 12. pp. 228-9).

A preocupação do Papa Pio XII é com uma participação mais efetiva das pessoas que “gozam de certa notoriedade” na defesa das “leis naturais”, isto é, do primado da Igreja e da família. Essas duas instituições deveriam permanecer à frente de qualquer transformação, como forma de evitar danos à coletividade. Dessa forma, caberia aos intelectuais a defesa desses valores. No caso brasileiro, a discussão em torno do ensino público e laico deveria ter uma participação efetiva desse segmento como forma de aplacar o interesse do Estado em promover o laicismo na educação. Portanto, a defesa pré-estabelecida era da garantia de funcionamento das escolas confessionais de forma livre e do ensino religioso nas escolas públicas.

A primeira manifestação contra a condução dos rumos da educação brasileira foi do padre e deputado Fonseca e Silva atacando Anísio Teixeira, diretor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP - e relator do anteprojeto original de 1948, por “ser contra os interesses das escolas confessionais, agnóstico e cripocomunista” (BUFFA, 1979, p. 21). Essa manifestação teve por mérito, segundo Ester Buffa, “obrigar os interesses conflitantes a se manifestarem num jogo político aberto”.

O ponto de conflito estava “nos fins da educação”, principalmente. Os segmentos católicos acusavam os membros do Ministério da Educação e Cultura, de tendenciosa, principalmente os membros do INEP. Dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre referiu-se a esse grupo como sendo “um grupo poderoso que, /.../ está promovendo não só o laicismo do ensino, mas também a laicização e o materialismo da vida”. (Revista da Universidade de Campinas. Ano IV. abril de 1958. nº 14. p. 207).

Na visão de Dom Vicente Scherer, não havia respeito “às leis naturais”, isto é, o respeito à superioridade natural da Igreja, pois entendiam que o Estado, em última instância, deveria promover o bem comum, mas na hipótese de haver uma contenda entre os poderes, como a que estava ocorrendo, o poder da Igreja, representante de Deus, deveria sobressair, pois Ele é ao mesmo tempo fonte de todos os poderes e regulador da vontade humana. Mais do que isso, “educar é obra da Família” e a escola extensão natural da família e neste aspecto, os ideais de vida, as suas concepções morais e religiosas, o lastro de tradições que assegura a continuidade humana dentro da história, tudo isso deveria ser preservado e transmitido pela escola. Não caberia,

portanto, ao poder público romper com essa tradição sob a ameaça de criar um ambiente de imoralidades, de embaralhamento dos valores éticos, enfim “seria um pernicioso atrofiamento da obra educacional, uma subnutrição afetiva, depauperamento espiritual da criança e do jovem, o caminho para o bolchevismo econômico e moral”

Dessa foram, na visão desse segmento católico, a nova LDB deveria contemplar esse valores, sob pena de criar uma sociedade subversiva. Neste sentido, o ataque que é feito aos diretores do INEP, aos defensores da escola pública, toma um sentido. Mesmo negando qualquer tipo de filiação aos valores socialistas e comunistas, Anísio Teixeira continuava sendo atacado insistentemente, sob a acusação de comunista, marxista, inimigo das escolas privadas, favorável à idéia de que o Estado fosse o responsável único pela educação.

A idéia de que todo ensino deve emanar do Estado não é nova, mas é certamente alheia à tradição brasileira e à mesma Constituição do Brasil.

/.../ Trágico, porém, é que, fora das concepções utópicas dos filósofos, a idéia, cuja realização se persegue, entre nós com tal pertinência, é, já hoje, um dos postulados do socialismo militante e, em termos de execução, preparação necessária à gradativa implantação deste. Escreveu, a propósito, um destacado escritor nacional “Os extremistas pretendem que só pela desapareição dos elementos constitutivos das classes se poderá realizar a unidade dos tipos de escolas. A escola única sé se faria como consequência. Seria improfícuo tentar-se a acessibilidade da escola por toda a população, e a unidade de escola, antes de se nivelarem, violentamente todos. A revolução causa; a escola efeito. Fora daí, tudo é ilusório. Não é isso que pensam os socialistas. Querem a escola única com preparatória e executora da Revolução Social”. (Pontes de Miranda, Direito à Educação. Rio de Janeiro, 1933. p. 84). (Revista da Universidade de Campinas. Ano IV. 1958. nº 14. p. 219).

Nessa passagem, a idéia de escola pública como estatizante foi reforçada, mesmo sob a negação daqueles que eram acusados de tal procedimento, em especial, Anísio Teixeira.

/.../ devo dizer que propugno a escola pública como dever do Estado, acentuando, entretanto, que “não advogo o monopólio da educação pelo Estado”, mas julgamos que todos têm direito à educação pública, e somente os que o quiserem é que poderão procurar a educação privada.

A escola particular não só é livre na democracia brasileira, como altamente subvencionada e amparada com recursos públicos.

Isto, porém a meu ver, não dispensa o Estado do cumprimento do seu dever de oferecer escola pública a todos os brasileiros e, ao mesmo tempo, não lhe dá o **direito** de impor a obrigação de freqüentar a escola pública. A obrigação é de educar-se na escola pública ou na particular. Como esta não é, nem pode ser universal, cabe ao Estado o **dever** de oferecer a escola pública a todos. (Revista da Universidade de Campinas. Ano IV. 1958. nº 14. p. 210).

Anísio Teixeira não apenas negava a acusação, como esclarecia o modelo de sistema educacional que estava sendo proposto. Uma escola que tivesse autonomia no seu gerenciamento

Dentro do espírito de escola como instituição profissional, a escola quando pública, faz-se uma instituição pública especial, gozando de autonomia diversa da de qualquer pura e simples repartição oficial, pois dirigem e servem profissionais específicos, que são mais profissionais do que funcionários públicos” (Revista da Universidade de Campinas. Ano IV. 1958. nº 14. p. 211).

A aludida questão comunista, ao que parece, era mais um jogo de cena do que fato em si. No momento dessa discussão, o medo da infiltração comunista estava no auge, por conta da Guerra Fria, e se agravou ainda mais com a Revolução Cubana. A proximidade dessa revolução com o Brasil trouxe uma certeza ainda maior do perigo vermelho. O medo do comunismo e a preocupação de perder espaço para a escola pública fizeram com que o clero católico se aproximasse do setor empresarial da educação e passasse a defender as mesmas propostas. O substitutivo Lacerda coroou essa aproximação na defesa da subvenção pública à educação privada. Essa questão estava no centro da discussão, sendo mascarada pela inclusão do direito da família em escolher o tipo de escola.

Uma análise séria dos fundamentos históricos e filosóficos da educação demonstra claramente que a missão da escola vem não do Estado só, mas antes de tudo, da família e, depois da comunidade social à qual ela pertence. De fato, a formação da personalidade humana cabe primordialmente à família e, como numa grande proporção a escola visa à mesma finalidade, ela simplesmente prolonga a ação da família e dela recebe a autoridade necessária para este fim. (Revista da Universidade de Campinas. Ano IV. 1958. nº 15. p. 150).

A idéia de subvenção pública para a escola privada destacava-se no corpo da nova LDB. No título II, art. 2º dizia “A educação é um direito de todos e será dada no lar e na escola”. No Parágrafo único completava-se a idéia: “À família cabe escolher o gênero de educação que deve dar a seus filhos”. Dessa forma, a proposta de um capitalismo sem risco, que mantinha os privilégios de determinados grupos permanecia no corpo da própria LDB.

O texto dessa lei foi aceito de imediato por organizações católicas como a Ação Católica, que, em um artigo intitulado “À Família Brasileira”, discutia os novos rumos da educação. O primeiro item debatia a educação gratuita.

Cabe ao Estado o dever de assegurar educação gratuita para todos e garantir a livre escolha também aos economicamente mais fracos. Ninguém ousa negar esse direito, mas tem ele seus falsos defensores: aqueles que concedem ao pobre o direito apenas ao

ensino que a escola pública impõe: dentro desse critério, “o pobre fica na dependência total da Escola Oficial: somente onde e quando existir Escola Oficial, terá condições para exercer esse direito.

O ensino gratuito das escolas é pago com a contribuição do povo através dos impostos. O aluno da Escola Oficial representa uma despesa sempre maior do que a mais elevada unidade dos estabelecimentos particulares (conclusão a que chegaram os parlamentares após um inquérito realizado em 1955, sobre o custo do ensino). Daí se conclui ser muito mais razoável e econômico o ensino particular. (Revista da Universidade de Campinas. Ano IV. 1961. nº 19. p. 171).

Era notório o esforço para desqualificar o ensino público. Aliás, esse esforço pôde ser visto nos anos anteriores, quando os Bispos reunidos em Goiânia justificaram as péssimas condições do ensino em razão da escola pública. Como a lei passou a atender a sua principal reivindicação, - a subvenção pública ao ensino privado -, coube a eles uma justificativa econômica: o custo seria menor da escola privada em relação aos gastos com a escola pública. Mas a justificativa nesse caso ainda era tímida. No segundo item deste artigo, os membros da Ação Católica foram mais contundentes.

Dizem que, pela Lei de Diretrizes e Bases, os dinheiros públicos (sic) são desviados para os grupos privilegiados. Não é verdade. A Lei não consagra situações concretas, reprováveis, hoje existente. A Lei disciplina, apenas com maior rigor e escrúpulo, as modalidades do auxílio do poder público à escola particular, que já existe, em tese, atualmente.

Maior número de escolas e com rapidez será proporcionado aos estudantes com este auxílio ao ensino privado, pois apenas uma percentagem será gasta com escolas particulares ao passo que, se se trata de escola mantida pelo governo, as despesas são totais. (Revista da Universidade de Campinas. Ano IV. 1961. nº 19. p. 172).

Não se discutia, por exemplo, qual a relação entre os alunos que recebiam a subvenção do governo e aqueles que pagavam mensalidades. As questões pedagógicas não eram contempladas também nessa discussão, apenas o interesse pela subvenção. Segundo o artigo, qualquer estudante tinha o direito de escolher livremente a escola que mais lhe agradasse, pois, se o pai não tivesse condições de pagar poderia pedir uma bolsa, que poderia ser integral, para os mais necessitados, parcial, ou ainda utilizar um financiamento reembolsável.

Essa proposta vencedora foi a que apareceu nas páginas da Revista das Faculdades Campineiras desde o momento em que o debate começou a ser travado. Portanto, de certa forma, poderíamos dizer se tratar de uma vitória que a Revista ajudou a construir, por meio de uma intensa propaganda, influenciando seus leitores, em especial, alunos e ex-alunos, que exerciam um papel de educadores na sociedade brasileira.

3.2 – Educação

Buscando se posicionar e responder às mudanças aceleradas pelas quais o mundo vinha passando, ao menos desde os primeiros efeitos sociais do advento do capitalismo industrial, que afetaram diretamente as bases da organização cristã, o Papa Pio XI emite uma Carta Encíclica 1929, denominada *Divini Illius Magistri*, “acerca da educação da juventude”. Essa preocupação fazia-se necessária devido ao avanço do doloroso espetáculo de “decadência moral” inspirado nos ideais materialistas do capitalismo e do comunismo. Esse documento tornou-se o eixo central na defesa de uma educação cristã no mundo, e foi ao longo das décadas seguintes introduzido nas discussões educacionais do país.

Deste modo, fazendo-nos eco do Divino Mestre, temos dirigido salutares palavras, ora de advertência, ora de incitamento, ora de direção, não só aos jovens e aos educadores, mas também aos pais e mães de família, acerca de vários problemas da educação cristã, com aquela solicitude que convém ao Pai comum de todos os fiéis, e com a oportuna e importuna insistência que é própria do ofício pastoral, recomendada pelo Apóstolo: Insiste no tempo quer oportuno quer inoportuno : repreende, exorta, admoesta, com grande paciência e doutrina , reclamada pelos nossos tempos em que infelizmente se deplora uma tão grande falta de claros e sãos princípios, até acerca dos mais fundamentais problemas. (Pio XI. Carta Encíclica *Divini Illus Magistri*. p. 22)

As palavras do Papa Pio XI passaram a ser “princípios” da luta e da defesa de uma visão de mundo em que as leis de Deus deveriam ser levadas em conta na organização das sociedades. Dessa forma, os órgãos de imprensa vinculados ao ideário cristão passaram a difundir esses valores em suas páginas, e não foi diferente com relação ao periódico em exame neste trabalho.

Nas páginas da Revista das Faculdades Campineiras, desde o seu primeiro número, pode-se observar essa preocupação em doutrinar, principalmente os alunos do curso de licenciatura, para os valores defendidos pela Igreja Católica. O discurso do Prof. Francisco Ribeiro Sampaio, Paraninfo em 1953, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, evidenciou tal intento.

Jovens sois, meus caros licenciados, jovens pela idade e, o que mais ainda vale, jovens pelo entusiasmo sadio e contagiante que se irradia da pureza de vossos corações. E tivestes suprema ventura, nas vossas Faculdades, de uma educação integral. Queremos dizer: vossa cultura não é mero ornato da inteligência, brinco da vaidade ou fatuidade de filósofo, mas na aquisição dela tivestes a mira na vossa elevação espiritual. /.../ Haveis

de influir diretamente na re formação do nosso estilo de vida, e nem se põe em dúvida que o vosso patriotismo, e o vosso senso de solidariedade com o próximo, se desinteressem do mais alto e dos mais graves problemas da comunidade nacional. O comodismo, o desencanto dos homens, e a falsa virtude que se narcisa (sic) inativa e ociosa, são responsáveis por um dos grandes males do Brasil: a ausência dos católicos, sobretudo dos intelectuais católicos, na vida social, moral, na orientação da opinião pública e na formação moral da nossa gente /.../. (Revista das Faculdades Campineiras. Ano I. Março de 1954. nº 01. pp. 41-2)

A formação desses “licenciados” deveria estar em comunhão com os valores que a Igreja gostaria de disseminar na sociedade brasileira. A idéia de uma “re formação do nosso estilo de vida” dizia respeito a um passado não longínquo em que a Igreja exercia uma influência direta na formação da sociedade brasileira. Houve, porém, uma reestruturação na sociedade a Igreja e seus valores e princípios perderam espaço para uma vida mais ligada aos valores materiais. No entanto, membros do clero denunciaram o “comodismo” de segmentos sociais católicos que permitiram essa drástica alteração. Os “intelectuais católicos”, principalmente, deveriam ter contribuído de maneira mais efetiva para evitar que esses “grandes males” atingissem a sociedade brasileira como atingiram. Dessa forma, cabia aos futuros educadores “influir diretamente na re formação do nosso estilo de vida” para atuar novamente na “orientação da opinião pública e na formação moral da nossa gente”. Uma “formação moral” construída a partir de uma educação integral

Precisamos, meus caros licenciados, que tivestes a suprema ventura, em vossa Faculdade, de uma educação integral, lutar, pela palavra e sobretudo pelo exemplo, contra o equívoco, a concepção meramente utilitarista da escola e do diploma, a fim de que as regras velhas substituam novamente as falsas máximas da época e as consciências advertidas não confundam o caminho da moralidade com a dos êxitos momentaneamente que conferem a riqueza. (Revista das Faculdades Campineiras Ano II Março de 1955. nº 05)

Para superar esses “equívocos, a concepção meramente utilitarista”, a escola deveria traçar um novo caminho pelas “regras velhas”. Assim, caberia ao educador concentrar-se nos pontos essenciais de uma educação, que se preocuparia em solucionar os “graves problemas da comunidade nacional”, agregando os seguintes aspectos:

A educação deverá ser **moralizante**, pois sem moralidade, que é a disciplina de si mesmo, não pode existir personalidade harmoniosa, nem coerente ou bem ajustada. É certo que o materialismo invadiu os espíritos e a atmosfera social contemporânea de tal maneira que a educação se acha comprometida desde a idade mais tenra, pois o ambiente mesmo que será intoxicado; e o materialismo não tanto teórico, concepção de vida que resulta de uma metafísica negadora dos valores morais e espirituais, quanto prático, mamonismo ou concepção mercantil das relações sociais, aumento desmedido das preocupações econômicas sob o efeito de necessidades vitais exacerbadas. (Revista das Faculdades Campineiras Ano II Março de 1955. nº 05)

Esse “materialismo que invadiu os espíritos e a atmosfera social contemporânea” deveria ser combatido. O “exemplo moral” do educador integrado aos valores cristãos deveria prevalecer sobre esse “ambiente intoxicado” e, por meio da educação, seriam construídas “personalidades harmoniosas, coerentes e bem ajustadas” para servir a “Deus, sustentado pela sua Graça”. A escola deveria ser capaz de induzir a criança a uma nova atitude moral frente ao “mundo em decomposição”. Deveria fazer frente às “preocupações econômicas” exacerbadas por uma visão utilitarista de mundo. Assim, caberia ao educador, formado de maneira integral, ser o condutor deste mundo em decomposição.

A nossa atividade militante e doutrinária, na sociedade civil e na vigilância do Estado, é um imperativo da nossa consciência religiosa. /.../ e vede o mundo moderno: como o homem perdeu o seu endereço e baralhou os valores /.../ o que falta ao nosso século o primado dos valores morais /.../ por isso a tarefa precípua do educador há de ser a de mostrar aos meninos a verdadeira hierarquia dos valores (Revista das Faculdades Campineiras. Ano I Março de 1954. nº 01. 1954)

A época moderna era vista como razão do “embaralhamento” de valores, da perda do sentido de “hierarquia dos valores” e, principalmente, como construtora de um mundo em que os valores econômicos e o espírito do lucro se sobrepujam a todos os outros, aniquilando a plena realização do homem.

Alimenta e favorece o erro. Se a escola transige, não tenho dúvida de afirmar que se equipara a certas fábricas clandestinas que, burlando a lei, abarrotam a cidade de mercadorias avariadas e de contrabando, sob a figuração de préstimos e de utilidade /.../ não se esqueçais de que, no rio do tempo, a única coisa que sobrenada nas ondas e nos vórtices abissais em que tudo se afunda e se aniquila, é a sinceridade do nosso proceder. (Revista das Faculdades Campineiras. Ano I Março de 1954. nº 01. 1954)

Portanto, o educador deveria ser um exemplo de retidão para conduzir os homens a sua plena realização, pois “falta ao nosso século o primado dos valores morais”. E, sobre os alicerces, poder-se-ia construir uma pátria gloriosa. No entanto, o perigo poderia estar dentro das escolas, quando esquecem sua missão, equiparando-se a “fábricas clandestinas” que poluem o ambiente. Essa crítica estava direcionada às pedagogias “modernas de tendências progressivas” que transigiam a sua missão. “Em virtude das modernas tendências progressivas, a disciplina e o trabalho na escola, que formam sempre a essência da educação, desde os primórdios da história, devem ser substituídos pela liberdade e pelos divertimentos”. (Revista da Universidade de Campinas. Ano V – abril de 1958. nº 15. p. 156).

A escola baseada na liberdade “num conjunto da diversão na educação”, segundo eles, trouxe conseqüências devastadoras para o processo educativo. Em “As minhas aventuras de professora”, matéria publicada em 1951, em uma revista católica²⁰, uma professora denunciava:

Uma série de incidentes quase inacreditáveis são o pão nosso de cada dia dos pobres professores de escolas improvisadas, segundo o método progressivo. Um dia, os estudantes vieram para a escola com um aparelho de rádio portátil e fizeram questão de ouvir a transmissão dum jogo de base-ball durante a aula de História; a professora teve de ceder. Noutra ocasião, repreendi uma menina irrequieta que tagarelava sem descanso. Respondeu-me: “a senhora está perdendo o seu tempo, mandando-me calar, porque eu estou resolvida a continuar”. Educação progressiva! (Revista da Universidade de Campinas. Ano V – abril de 1958. nº 15. pp. 156-7)

Dessa forma, a escola também teria dado sua parcela contributiva ao “embaralhamento moral” que entendiam viver naquela época. Nessa perspectiva, as funções das faculdades foram-se delineando e, em particular, o papel a ser desempenhado pelas Faculdades Campineiras que tinha em sua essência o projeto de uma educação integral. Com essa formação, caberia aos formandos das Faculdades Campineiras, na sua ação como educadores, o papel de retomar o caminho que fora desviado em matéria de valores humanos.

Compreender a grandeza e a importância desta missão para a qual fostes escolhidos, preparados e aprovados. Compreendestes também que educar não é apenas instruir, pois a instrução não é senão um meio que conduz a um fim: o desenvolvimento, em todo indivíduo, que uma personalidade a mais harmoniosa e original possível e ao mesmo tempo, o sentimento de que ele é um elo na continuidade de uma família e de uma civilização: qual, em palavras, a plena realização do homem como pessoa humana. /.../ Precisamos, meus caros licenciados, que tivestes a suprema ventura, em vossa Faculdade, de uma educação integral, lutar, pela palavra e, sobretudo pelo exemplo, contra o equívoco, a concepção meramente utilitarista da escola e do diploma, a fim de que as regras velhas e autênticas substituam novamente as falsas máximas da época e as consciências advertidas não confundam o caminho da moralidade com dos êxitos momentâneos que conferem a riquezas. (Revista das Faculdades Campineiras Ano II Março de 1955. nº 05)

Deixar de lado uma educação moderna que rompia com os “valores morais, na orientação da opinião pública e na formação moral da nossa gente” é o compromisso que os formandos deveriam assumir, ou seja, eles deveriam garantir e expandir os valores de uma educação integral. Dessa forma, enumeraram quatro aspectos da educação, como forma de alcançar “a plena realização do homem como pessoa humana”. Um deles já foi discutido, a “educação moralizante”.

²⁰ R. Rewland. em *The sign*, Union City. Outubro de 1951. p. 34.

A educação deverá ser **espiritualizante**, ensinando aos indivíduos a classificarem os elementos da atividade individual e social segundo uma boa escala de valores, em que o nível mais alto cabe às coisas do espírito no sentido mais amplo. Sobe esta primazia do espiritual, reclamada continuamente. (Revista das Faculdades Campineiras Ano II Março de 1955. nº 05)

O indivíduo tornava-se responsável pelas suas ações, a partir da introspecção e dos valores passados ao longo de seu aprendizado. Nesse aspecto, o valor da formação era fundamental na execução desse conceito educacional.

A educação deverá ser **diversificante**, pois um dos caracteres essenciais da civilização humana é a extrema diversidade dos homens. Nascidos com aptidões psicofiológicas diversas, crescidos em ambientes diversos, tendo interesses diversos, os homens chegam a realizar personalidades absolutamente únicas sob o ponto de vista existencial, personalidades irrepetíveis, inconfundíveis, cada uma das quais pode constituir uma contribuição original para a civilização. (Revista das Faculdades Campineiras Ano II Março de 1955. nº 05)

Tratava-se, segundo Enzo Azzi, de uma visão humanista que rompia com a padronização existente de uma “pseudo-civilização” que, segundo ele, poderia ser classificada como humanitarismo. Essa forma de agir possibilitaria a formação de um indivíduo responsável por seus atos e compreensivo das necessidades da humanidade. Em outras palavras, o que se buscava era romper com a visão individualista em que o ser humano fecha-se em seu próprio mundo sem se preocupar com o todo, com o destino da humanidade. Assim a educação apresentava-se como a forma ideal para recuperar essa visão de educação concatenante.

A educação deverá ser **concatenante**, integrando-se na tradição a qual, transmitindo-nos o dinamismo do passado, nos impele para o futuro. /.../ A verdadeira liberdade é moral e sabe proporcionar ao indivíduo a consciência de que ele é e deve ser um anel na cadeia na qual seus pais o precederam e seus filhos o seguirão. O indivíduo, integrando-se na vida de seu ambiente cultural e de sua Pátria, não prejudicará em nada a sua originalidade própria, pois nada impede, a um anel, de se adornar de brilhantes e rubis. (Revista das Faculdades Campineiras Ano II Março de 1955. nº 05)

A “liberdade moral” representava um avanço e uma forma de recuperar o sentido original da educação a partir de uma visão cristã católica. Assim, caberia ao educador essa missão e as Faculdades Campineiras deveriam encaminhar este processo, pois “nasce sob os melhores auspícios e tem à sua frente uma urgente missão a realizar – dar a seus alunos uma formação completa e integral, adaptada às realidades brasileiras e informada nos princípios cristãos e nas diretrizes pontifícias”

O Papa Pio XII, em audiência com os membros da Associação Italiana de Mestres Católicos, em comemoração ao primeiro decênio do sodalício, fez a seguinte manifestação em relação à educação e o papel do educador:

Mestre é aquele que consegue tecer relações de intimidade entre sua própria alma e a da criança; é aquele que se empenha pessoalmente a si mesmo a fim de dirigir para a verdade e para o bem a vida inexperiente do discípulo, numa palavra, é aquele que plasma a inteligência e a vontade para, nos limites do possível, tirar daí um ser de perfeição humana e cristã. /.../ Os verdadeiros mestres devem ser homens completos e integralmente cristãos. (Revista da Universidade de Campinas. Ano III. Dezembro de 1955 e Março de 1956. nº 08).

Ser “integralmente cristão” significaria assumir o papel de evangelizador no mundo em transformação por meio da ação educacional e garantir a manutenção da ordem. A “ausência de católicos, sobretudo dos intelectuais católicos, na vida social, na orientação da opinião pública e na formação da consciência moral da nossa gente” fizera com que as pessoas se desviassem do rumo de uma sociedade harmoniosa. Os formandos das Faculdades Campineiras, futuros professores, eram aqueles que “podem fundar sem falta a esperança do mundo”, pois eram vistos como os ministros de uma nova ordem e assim deveriam se portar.

Como ensinantes, deveis preocupar-se com que as crianças adquiram todas as noções absolutamente indispensáveis à vida. /.../ Como ensinantes católicos, preocupar-vos-eis particularmente com que a religião seja por elas aprendida de modo claro, orgânico e, portanto, vivo, sobretudo, “vivo”, não só isto significa, interesse pelo seu conhecimento, mas no sentido de que a religião é vida, isto é, fator indispensável para viver, quer como solução das incertezas e das dúvidas, quer como auxílio para vencer as lutas. /.../ Como educadores católicos, enfim, deveis fazer todo o esforço para que todos sejam bons cristãos, e muitos tentem mesmo a escalada do monte santo de Deus, incentivados e sustentados por vós, além de pelo sacerdote. (Revista da Universidade de Campinas. Ano III. Dezembro de 1955 e Março de 1956. nº 08/09).

A religião, elemento indispensável na vida do indivíduo, seria capaz de lhe promover o bem estar. Ela deveria viver “dentro do lar, deve continuar viva na escola, sem hiatos, e sem mutilações”. Dessa forma, o professor, sabedor de sua função, não deveria ser “tutelado com imposições burocráticas”, mas ter sua liberdade garantida. No entanto,

/.../ Não vos deixeis iludir pelos motivos que os adversários da educação cristã freqüentemente apresentam, como, por exemplo, a tutela da cultura, da liberdade, ou simplesmente da economia pública. Quão infundados sejam esses motivos, demonstra-o o fato de que nunca a cultura, a verdadeira liberdade e a economia nunca estiveram mais bem tuteladas do que quando as escolas particulares ou públicas tiveram a possibilidade de desenvolver-se conformemente aos princípios e às finalidades naturais, e aos desejos das próprias famílias. (Revista da Universidade de Campinas. Ano III. Dezembro de 1955 e Março de 1956. nº 08/09).

A tutela aqui defendida pelo Papa Pio XII era aquela que interessa a família, entendida como centro organizador da sociedade. Assim, não caberia ao Estado

determinar o tipo de educação a ser ministrada às crianças, esta era função precípua da família.

Uma análise séria dos fundamentos históricos e filosóficos da educação que demonstra claramente que a missão da escola lhe vem, não do Estado só, mas ante de tudo, da família e, depois, da comunidade social à qual ela pertence. De fato, a formação da personalidade humana cabe primordialmente à família e, como numa grande proporção a escola visa à mesma finalidade, ela simplesmente prolonga a ação da família e dela recebe a autoridade para este fim. (Revista da Universidade de Campinas. Ano V. Dezembro de 1958 e. nº 15. p. 150).

Esse era sentido principal da defesa dos católicos na questão educacional. A função do Estado era a de garantir esse direito à família.

Não vamos afirmar que o Estado deva ignorar a obra educativa ou dela desinteressar-se. Pelo contrário. O seu dever de vigilância, de estimulação, de orientação, para com todas as coisas que digam com o progresso das atividades da comunidade, faz do Estado a grande força supletiva na obra da educação. (Revista da Universidade de Campinas. Ano V. Dezembro de 1958 e. nº 15. p. 150).

Duas passagens devem ser destacadas. A primeira é sobre o “dever” do Estado. Nesse ponto, os católicos eram categóricos ao afirmar que se tratava de “vigilância, estimulação, orientação”, sem interferir diretamente nesta atividade. A segunda e mais importante tratava da ação “supletiva” que o Estado deveria ter na questão educacional. A questão colocada diz respeito a não criar concorrência com as instituições católicas que já atuavam neste ramo. “A escola do Estado deve ser criada onde não pode existir a escola particular”. Essa atitude era justificada na livre escolha da família do tipo de ensino que desejava para os seus filhos.

O Estado deve oferecer os meios materiais para que a família possa cumprir a sua missão educativa, o equipamento técnico mais adequado pra a escola realizar-se. Nunca, porém tomar o lugar da família, comandando-a ou impondo-lhe concepções de vida. Seria um abuso e uma extrapolação. /.../ não pode, porém contrariar as tradições da família e a sua filosofia de vida. (Revista da Universidade de Campinas. Ano V. Dezembro de 1958 e. nº 15. p. 152).

Essa defesa enfática dos direitos da família, da manutenção das “tradições”, era largamente usada pelos católicos para reivindicar “subvenção” às escolas que cumpriam o seu papel na organização da educação no país. Antes, porém, acusavam a “intervenção estatal de ser responsável pela mediocridade da nossa escola secundária”.

As escolas particulares podem funcionar uma vez que recebam outorga do Estado, a qual lhes é dada pelo preço de sua subordinação aos padrões oficiais. O Estado brasileiro torna impossível experiências novas: nenhum colégio pode alterar os programas que lhe chegam prontos. O artigo 167, da Constituição federal, declara que é

livre a iniciativa particular, respeitadas as leis que regulam o ensino. (Revista da Universidade de Campinas. Ano V. Dezembro de 1958 e. nº 15. p. 152).

A rigidez das leis, segundo os católicos, inviabilizava a liberdade da iniciativa particular. Tal idéia de liberdade programática defendida era bastante peculiar, uma vez que a família era a única que poderia e deveria decidir o tipo de educação que desejava para os seus filhos. A escolha deveria ser uma decisão de acordo com a consciência familiar, isto é, com os seus princípios e valores morais. Portanto, em sua visão, oferecer uma única forma de escola é antidemocrático porque propiciaria a monopolização do Estado sobre a Educação, caminho extremamente perigoso na formação de Estados totalitários.

Dessa forma, a escola pública só poderia existir na forma supletiva e o Estado deveria dar liberdade de cátedra às escolas particulares (católicas) para garantir o padrão de qualidade e principalmente o direito de escolha das famílias. Em outras palavras, caberia ao Estado apenas a “vigilância” das instituições para separar o joio do trigo, isto é, determinar as boas e más escolas para lhes garantir subvenções públicas. “Devemos ter a coragem de defender o ensino particular decente e honesto sem nos acumplicarmos com os que mercadejam e venalizam a escola”. Esse projeto fora defendido como sendo adequado ao Estado para garantir um padrão de educação de qualidade.

Num regime de honestidade, a subvenção não é um favor. Ao Estado cabe assegurar meios materiais para que a escola pública ou particular atinja aos seus fins. A distribuição dos auxílios deve obedecer a critérios objetivos de verificação de serviços. Critérios impessoais, não ligados a prestígios, nem outros interesses inconfessáveis. (Revista da Universidade de Campinas. Ano V. Dezembro de 1958 e. nº 15. p. 153).

Além da subvenção às escolas honestas, o ensino religioso deveria ser ministrado como forma de garantir uma educação integral. Esses aspectos da educação foram discutidos intensamente, a partir de 1930, em função das reformas educacionais. E foi nessa perspectiva que a Religião foi defendida para a escola pública. Essa seria, na visão da Igreja, a salvação para a crise moral vivida. No entanto, dada a sua atuação incompleta, não era capaz ainda de operar tal ação porque:

/.../ veio apenas como matéria de ensino, mais ou menos inócua porque desligada da “vivência” que só uma educação integral poderia garantir, isto é, formar o homem. A escola, porque é do Estado, não tem o direito de destruir a tábua dos valores familiares; pelo contrario, a escola só educará se completar pelo esclarecimento e pela formação de hábitos. A religião viva dentro do lar deve continuar viva na escola, sem

hiatos e sem mutilações. Além de matéria de ensino, a Religião precisa ser vida vivida. (Revista da Universidade de Campinas. Ano V. Dezembro de 1958 e. nº 15. p. 151).

Com isso, completava-se a visão que os católicos tinham sobre a forma de ministrar a educação. O ensino religioso deveria ser ministrado nas escolas públicas, de acordo com a tradição das comunidades à qual ela pertencia. Segundo, o Estado deveria garantir a subvenção das escolas privadas como forma de garantir o acesso de todos a esse ensino, que era considerado como superior aos das escolas públicas. Terceiro, o Estado deveria garantir a liberdade curricular das escolas. Essas propostas da Igreja Católica tiveram um peso muito grande dada a magnitude das instituições por ela controladas.

Em 1947, a Igreja mantinha um total de 3095 escolas dirigidas por leigos, divididas da seguinte forma: 594 Ginásios (1º ciclo secundário), 294 Escolas Normais, (sendo 15 rurais), 170 Colégios (2º Ciclo secundário), 218 Seminários Menores e Escolas Apostólicas, 50 Escolas Profissionais, 83 escolas de Comércio, 20 Escolas Agrícolas, 65 Escolas Domésticas, 79 Patronatos, 17 Escolas de Enfermagem, 137 Orfanatos, 6 Escolas familiares, 1101 Escolas Primárias, 155 Pré-Seminários e Aspirantes, 369 Jardins de Infância, 19 Institutos de Reeducação, 71 Escolas de Alfabetização de Adultos. Não estão incluídos nesta lista 285 Noviciados. (Revista das Faculdades Campineiras Ano IV. Abril de 1957. nº 12. p. 245). Nesse mesmo período, o Brasil possuía um total de 23 Universidades e 191 Faculdades isoladas, com um total de 385 unidades oficiais de ensino superior (católicas e leigas). Desse total, havia 54 Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, sendo que 35 dessas Faculdades, nas quais se formavam professores para todo o Brasil, eram Católicas.

Todo esse empenho na formação de professores tinha uma razão de ser: influir na construção ideológica do país. O professor deveria ter como missão levar ao povo brasileiro mais do que o ensinamento, ele deveria levar a espiritualidade.

É a esse povo, meus caros licenciados, que vós fostes chamados a servir através daquela missão, a mais bela e mais nobre entre todas, a qual é a de ensinar e guiar a mocidade. A nobreza desta missão é transcendente, porque sua ação se exerce sobre o espírito e não sobre a matéria. Por isso, é que o trabalho do professor não representa uma tarefa: é um apostolado. Aquele que se impõe ou a aceita, o faz porque sente vocação e necessidade de contribuir para o aperfeiçoamento do seu próximo; o faz porque, num impulso generoso, quer repartir os tesouros de sua inteligência e do seu coração e cooperar para que possa haver melhor atendimento entre os homens e uma vida mais bela e mais feliz. E nesse nobre propósito, o mestre, o professor realiza o milagre de poder da incessantemente, em abundância, sem que fique diminuída a sua riqueza, por ser esta de essência divina, na hierarquia dos valores do espírito sobre a matéria. (Revista da Universidade de Campinas. Ano II. Março de 1955 e. nº 5. p.26).

Mais do que servi-los, educá-los dentro de uma concepção de mundo que pudesse resgatar o valor maior da Igreja Católica perdido com as transformações pelas quais a sociedade havia passado. Evitar que esse “povo trabalhador, gentil e manso” fosse tragado “pelo avanço do doloroso espetáculo de decadência moral”.

3.3 – Comunismo

“Assim como não podemos parar no mero anticomunismo simplista e contraproducente, não podemos ser ingênuos a ponto de entregarmos a grandiosos planos de recuperação econômico-social dos meios rurais, esquecidos da retaguarda e dos flancos, invadidos pelos guerrilheiros. Em cada Diocese, caberá à perspicácia do Pastor descobrir os meios práticos de defender o rebanho”. (Revista da Universidade Católica de Campinas. Ano VIII. nº 21 e 22. novembro 1962. p. 153).

O anticomunismo foi uma das bandeiras de luta mais importantes dos segmentos católicos para impor sua visão de mundo, principalmente na questão educacional no Brasil. Na falta de um termo mais adequado, ou simplesmente por pura estratégia de embate ideológico, nomear um adversário como comunista era a forma mais prática e fácil para desacreditá-lo. Dessa forma, busco nesta unidade demonstrar como foi a utilização desse conceito nas páginas da Revista das Faculdades Campineiras.

A principal característica desse conceito é a idéia de justiça social e igualdade. Tais idéias surgem no momento em que se manifesta a desigualdade. Segundo Rousseau, a desigualdade entre os homens nasceu no exato momento em que alguém disse: “Isto é meu”²¹, ou seja, com o nascimento da propriedade privada, fonte de toda a miséria humana. Homens e mulheres têm lutado incansavelmente para suprimir a injustiça entre os seres humanos. Houve momentos em que essa luta se tornou mais aguda em razão da intensa opressão social, econômica, política e cultural. Nesses

²¹ Jean-Jacques Rousseau. O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer *isto é meu* e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quanto crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não poupou ao gênero humano aquele, que arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: “Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém!”. (ROUSSEAU, 1999, p. 87)

momentos, buscando dar resposta a essas situações, também apareceram homens e mulheres que se destacaram por sua luta contra esse reino de opressão, mas que quase sempre foram consumidos pelo próprio jogo da opressão.

O cristianismo nasceu de um desses momentos. Em Mateus, VI, 19-21 lê-se que os pobres são os únicos que poderão entrar no reino de Deus. Em Lucas VI 20, que é preciso despojar-se de tudo aquilo que possui e dá-los aos pobres. Em Marcos X, 21-25, complementando a idéia de Lucas, afirma-se que é mais fácil um camelo passar pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no reino de Deus. Por que tais críticas? Porque são momentos de intensa opressão e esses homens buscavam um alento para o seu sofrimento. No entanto, nenhuma crítica cristã à desigualdade é mais incisiva e contundente do que em Santo Ambrósio, citado por Norberto Bobbio: “A natureza colocou tudo em comum para uso de todos; ela criou o direito comum; a usurpação criou o direito privado” (BOBBIO, 2000, p. 205).

No decorrer da Idade Média surgiram algumas ordens e seitas que pregavam a pobreza como forma de alcançar o Reino de Deus. No entanto, com a desagregação da ordem feudal e o início das relações capitalistas, uma nova maneira de pensar começou a tomar forma.

Mas a conexão entre espiritualidade cristã e reivindicações sociais em perspectiva comunista não percorre somente a Idade Média, mas chega até a época moderna: basta pensar no papel desempenhado pelos anabatistas na guerra dos camponeses (1524/1525) e na pregação de Thomas Münzer para um retorno à comunhão e à igualdade do cristianismo das origens. (BOBBIO, 2000, p. 205).

O uso da razão como forma de explicar o mundo impeliu o homem a ver na desigualdade não apenas um desvirtuamento da ordem divina, mas uma ação humana que deveria ser corrigida.

Na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, momento de progressiva decadência dos sistemas econômicos pré-burgueses e do firmar-se das classes burguesas, o processo de agudização se intensificou, causando grandes movimentos sociais que buscavam uma solução para a crise. Esses movimentos eram basicamente de duas ordens: os políticos, que buscavam romper com a estrutura medieval, com destaque para a Guerra Civil inglesa de 1642-1649, e da participação dos Niveladores, e

os religiosos, com certo grau de messianismo, como foram as guerras camponesas na Alemanha ou as jacqueries²².

Todo esse processo de luta por uma sociedade justa e igualitária contribuiu para o surgimento de idéias e pensadores que começaram a questionar a ordem das coisas com maior intensidade, dando origem a um movimento de caráter intelectual burguês denominado Iluminismo. Esse movimento se transformou no programa das camadas burguesas na busca da transformação da sociedade moderna, exigindo liberdade, igualdade e felicidade. No decorrer do século XVIII, essas reivindicações se transformaram em movimentos revolucionários, dando origem às “Revoluções burguesas”, denominação para os acontecimentos que ocorreram entre 1770 e 1850, que transformaram a sociedade ocidental aristocrática e feudal em burguesa.

Essas revoluções transformaram a face do mundo, como afirma o historiador Eric Hobsbawm.

Se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da Revolução Industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa. A Grã-Bretanha forneceu o modelo para as ferrovias e fábricas, o explosivo econômico que rompeu com as estruturas sócio-econômicas tradicionais do mundo não europeu; mas foi a França que fez suas revoluções e a elas deu suas idéias, a ponto de bandeiras tricolores de um tipo ou de outro terem se tornado emblema de praticamente todas as nações emergentes, e a política européia (ou mesmo mundial) entre 1789 e 1917 foi em grande parte a luta a favor e contra os princípios de 1789, ou ainda mais incendiários de 1793. A França forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo. (HOBSBAWM, 1981, p. 103).

Essas mudanças econômicas foram as responsáveis pela mudança de comportamento dos trabalhadores. Engels, intelectual e amigo de Marx, fez um relato contundente das condições dos trabalhadores na Inglaterra em seu livro “A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”. Posteriormente Marx na sua obra principal, “O Capital” no capítulo XXIX, fez uma descrição do processo de expropriação dos

²² Colheitas ruins, escassez de alimentos, alta dos preços, fome, medo das guerras, aumento dos impostos, rigidez da fiscalização: era esse o cenário das revoltas camponesas no séc. XIV.. Elas ocorreram em diferentes regiões da Europa e em varias delas se alastraram com grande ímpeto e rapidez, levando o pânico as vilas e cidades. Na França, na metade do século, toda a região próxima a Paris foi convulsionada pela revolta dos camponeses e aldeões -- chamados de Jacques -- contra os nobres proprietários que, além de não defendê-los da devastação da guerra, ainda os sobrecarregavam com novos impostos. Na Inglaterra, pouco mais tarde, camponeses, artesãos e pequenos comerciantes também se levantaram contra seus senhores e o poder real, denunciando a exploração que dominava os campo e as cidades. Por toda parte, a pobreza e a descrença dos mais atingidos pela guerra e pela exploração secular vinham à tona na forma de explosões sociais violentas, que só uma repressão brutal podia controlar.

trabalhadores na edificação de sua condição de mercadoria do novo sistema econômico que estava se afirmando.

Após fazer a leitura da obra de Engels, Marx passou a situar a os trabalhadores como sendo a classe responsável pela transformação desta sociedade e a construção de uma sociedade baseada na verdadeira igualdade – a sociedade comunista. “De todas as classes que hoje se defrontam com a burguesia só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. /.../ a burguesia produz seus próprios coveiros. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis” (MARX, 1990, pp. 87-8).

Ao atribuir à classe trabalhadora o papel de agente transformador da nova sociedade, Marx atraiu para si e contra o movimento comunista, que nasceu naquele momento, a ira das novas classes dominantes, notadamente a camada dos proprietários e setores da Igreja, que passaram a ser dominados pela burguesia. O movimento comunista, desde seu nascimento, tornou-se o principal inimigo da Igreja. Já nos seus primeiro escritos, Marx anunciava:

A verdadeira felicidade do povo implica que a religião seja suprimida, enquanto felicidade ilusória do povo. A exigência de abandonar as ilusões sobre sua condição é a exigência de abandonar uma condição que necessita de ilusões. Por conseguinte, a crítica da religião é o germe da crítica do vale de lágrimas que a religião envolve numa auréola de santidade. (MARX, 1991, p. 106).

Esse posicionamento contundente de Marx contra a religião levou a Igreja Católica em especial, a realizar uma cruzada contra os valores defendidos pelo comunismo, particularmente após a vitória da Revolução Russa, em 1917, pelos bolcheviques. A Revolução Russa de 1917 foi um marco na institucionalização da luta contra o comunismo ateu. Até então, a proposta de uma sociedade baseada nesses valores era apenas uma possibilidade. A partir deste momento, o inimigo passava a ter um corpo, um rosto e um nome. O combate deveria ocorrer em todas as instâncias da vida social, sob pena da religião ser abatida por esse inimigo.

No caso brasileiro, desde a década de 1920 já se fazia referência ao “perigo vermelho”, ações contra a “bolchevização” da sociedade, contra os “agitadores vermelhos”, enfim, toda a referência crítica ao capitalismo era vista como sendo a de um pretense comunista. No entanto o clima nos anos 1950 e 1960 do século XX foram particularmente anticomunistas na sociedade ocidental, por conta da Guerra Fria. O Brasil, principalmente no governo do General Eurico Gaspar Dutra, teve uma política

externa de alinhamento aos interesses estadunidenses, e combateu severamente o comunismo. O medo do fantasma vermelho era difundido nos vários órgãos de imprensa, criando certa histeria coletiva.

O ambiente já vinha sendo preparado para a infiltração comunista em vários setores da vida pública, inclusive no exercício de cargos oficiais de responsabilidade. Até instituições da mais alta finalidade, nascidas como orientadoras das soluções de problemas nacionais não se acham isentas de influência soviética. (Revista da Universidade Católica de Campinas. 14. 1958. p. 217).

Na Declaração sobre a “Situação Nacional”, em 5 de Janeiro de 1962, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil destacava o papel do cristão católico:

“/.../ no esclarecimento da opinião pública em torno de grandes problemas nacionais, como a família, a doutrina social da Igreja, retiros especializados orientados para uma presença atual e atuante da Igreja no dias que correm. /.../ Sabemos que a hora é grave. (Revista da Universidade Católica de Campinas. Ano VIII. nº 21 e 22 novembro de 1962. p. 150).

Essa situação de gravidade vista pelos membros do clero católico brasileiro dizia respeito às intensas transformações que ocorriam no Brasil no final da década de 1950 e início dos anos 1960, mais precisamente a partir da posse de João Goulart. A denúncia da Igreja não se limitava aos governantes, mas também aos membros da sociedade que tinham responsabilidade pela situação de perigo que se vivenciava.

Nestes últimos anos a situação do País tem se agravado, tornando-se generalizada e como que sistemática a irresponsabilidade, a ganância, a frouxidão moral dos que procuram desfibrar o caráter das pessoas e a estabilidade sagrada da família. Estes três pontos de desagregação das forças vitais da Nação têm sua origem remota na fragilidade humana, mas ultimamente são objeto de planejamento cuidadoso de ideologias anticristãs e anti-humanas como meio eficaz e quase irresistível de derribar as barreiras do bom senso da honestidade, da moralidade particular e pública e abrir, desse modo, o caminho da vitória do materialismo nas suas diferentes formas. (Revista da Universidade Católica de Campinas. Ano VIII. nº 21 e 22. novembro de 1962. p. 150).

No campo, a situação de turbulência era intensa, principalmente com a formação das Ligas Camponesas²³, especialmente no Nordeste, sob a liderança de Francisco

²³ As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas, inicialmente, no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil. Exerceram intensas atividades (luta pela distribuição de terras e garantia de direitos para os camponeses) no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964.

Julião²⁴. Neste aspecto, e tentando combater as “infiltrações”, segmentos católicos começaram a competir pela liderança dos movimentos. No entanto, para a concretização de suas ações era necessário o apoio das dioceses para ampliar sua rede atuação.

Ação Católica Rural. A Juventude Agrária Católica (JAC) e a Liga Agrária Católica (LAC) são dignas de apoio prioritário, traduzido em tempo, interesse e sacrifício. São por excelência, a presença de Cristo entre os trabalhadores do campo. Ajudar a afirmar a Ação Católica Rural é assegurar ao meio rural mística bastante forte para contrabalançar e superar a mística comunista. (Revista da Universidade Católica de Campinas. Ano VIII. novembro de 1962. nº 21/22. p. 156).

Outro movimento que passou a se estruturar no campo foi o dos sindicatos ligados à Igreja Católica, cujo objetivo era a formação de líderes comprometidos com os valores cristãos católicos no combate as “infiltrações” comunistas.

Sindicalização rural. A experiência, iniciada no Nordeste, de formação de líderes para a sindicalização rural, é digna de ser estendida a todos os centros rurais, sobretudo quando agitados por reivindicações justas, mas conduzidas com segundas intenções. (Revista da Universidade Católica de Campinas. Ano VIII. novembro de 1962. nº 21/22. p. 156).

Essas reivindicações eram consideradas justas pelos católicos, em razão da ganância cega de alguns setores do campo onde o “interesse imoderado de lucro” aumentava a desigualdade entre os membros da sociedade. Assim, a Igreja propunha como forma de deter o avanço comunista, uma moderação nos abusos, detendo assim a ganância e os interesses mesquinhos de alguns membros.

Que os órgãos supremos das Classes Produtoras – industrial, comercial e rural – tomem a iniciativa de tentar coibir, dentro dos próprios quadros, abusos que importam em atitude suicida, condenada e combatida por uma minoria lúcida de industriais comerciantes e proprietários rurais. (Revista da Universidade Católica de Campinas. Ano VIII. novembro de 1962. nº 21/22. p. 153).

Com essas medidas, pretendiam evitar o avanço dos comunistas, que se apoiavam na filosofia do “quanto pior melhor”.

Mas as agitações não se restringiam apenas ao campo. Nas cidades, os fenômenos das greves alastravam-se por quase todas as capitais e centros urbanos do

²⁴ Francisco Julião Arruda de Paula, ou Francisco Julião, (Bom Jardim, 16 de fevereiro de 1915 — Cuernavaca, 10 de julho de 1999) foi um político e escritor brasileiro. Nasceu no Engenho Boa Esperança, no município de Bom Jardim, em Pernambuco. Advogado formado em 1939, em Recife, foi líder em 1955 das Ligas Camponesas (organizações cujo objetivo era lutar pela distribuição de terras e os direitos para os camponeses), no Engenho Galiléia. Julião foi deputado estadual em duas legislaturas. Eleito deputado federal por Pernambuco em 1962, foi cassado e preso em 1964. Ao ser liberado em 1965, foi incentivado a se exilar. Viajou para o México, onde permaneceu até ser anistiado em 1979. Aliado de Leonel Brizola, filiou-se ao PDT e tentou ser novamente deputado federal em 1988, quando foi derrotado.

território nacional. Dessa forma, os apelos da Igreja aos governantes eram no sentido de combater esse inimigo que já estavam infiltrados nos movimentos sociais do país.

Fazemos um caloroso apelo aos governantes e a todos quantos tem a tarefa de enfrentar os graves problemas de caráter político, social e econômico que nos afligem, a fim de que os saibam resolver com diligência e habilidade. (Revista da Universidade Católica de Campinas. Ano VIII. nº 21 e 22. novembro de 1962. p. 150).

Feito esse preâmbulo, tocavam o assunto central:

Queremos realizar no Brasil uma presença vital da Igreja, que salvará as almas e salvará a Nação de todas as ameaças que, contra ela, se levantam: como o comunismo ateu e demolidor dos valores autênticos dos homens; concepções destruidoras da dignidade da família e as reiteradas tentativas divorcistas com as quais jamais se poderá conformar a consciência dos eleitores cristãos. (Revista da Universidade Católica de Campinas. Ano VIII. nº 21 e 22. novembro de 1962. p. 150).

A difusão dos valores comunistas entre a população, principalmente a mais carente da sociedade, era um perigo para a manutenção dos valores cristãos. Dessa forma, o combate deveria ser constante, mesmo em situações aparentemente sem importância.

Convocamos, pois, todas as forças vivas para um renovado esforço pastoral que congregue sacerdotes, religiosos e leigos e atinja todas as almas /.../. Convocamos a família e a escola a defenderem o tesouro da fé e das virtudes cristãs da infância e da adolescência ameaçadas pela disseminação de doutrinas e exemplos nefastos. Convocamos os homens de todas as classes a realizarem no mundo do trabalho, dos negócios e das profissões as diretivas da doutrina social da Igreja. Fugindo do nivelamento liberticida pregado pelo marxismo, e para que não se caia no egoísmo, na cobiça e na desumana indiferença que caracterizam o capitalismo liberal. (Revista da Universidade Católica de Campinas. Ano VIII. nº 21 e 22. novembro de 1962. p. 150).

Comunismo e liberalismo, na visão de setores do clero, faziam parte de uma mesma moeda. Ambos, em sua forma, destruíam os valores seculares da Igreja Católica e subvertiam a ordem das coisas. O professor Sebastião Pagano, em seu texto sobre “A Solução Corporativa de Associação”, fez a seguinte denúncia: “o socialismo sai do liberalismo, assim como o fruto sai da flor”. Dessa forma, fazia-se necessário combater essas duas visões de mundo em todos os seus aspectos, mas fundamentalmente o comunismo.

Convocamos a consciência democrática do país para que permaneça alerta frente ao ímpeto com que continua a processar-se a infiltração comunista, mormente depois do reatamento de relações diplomáticas com a URSS, fato consumado, sobre o exame do qual não é aqui o momento de nos determos. Sob o pretexto de relações culturais ou comerciais, aproveitado a colaboração de ingênuos que se deixam envolver ou de maus brasileiros que comprometem o verdadeiro bem do país, vai o comunismo infiltrando o

vírus de sua filosofia materialista e fazendo luzir a aparente felicidade prometida pelos seus programas econômicos, sob os quais mal se pode disfarçar o ateísmo e a viga mestra de todo o sistema. Suas tentativas para levar o país ao desatino e legalizar o Partido Comunista só podem merecer nossa repulsa de Pastores e brasileiros responsáveis pela felicidade de nosso povo. Para que não se lhes enseje o pretexto de que desejam resolver o doloroso problema das populações oprimidas pelas desumanas estruturas sociais, repetimos que a solução está na doutrina social da igreja. (Revista da Universidade Católica de Campinas. Ano VIII. nº 21 e 22. novembro de 1962. p. 150).

Em “Advertência do Episcopado ao Governo Federal”, datada de 14 de julho de 1962, “chama a atenção do governo para a sua obrigação de deter a agitação vermelha que se infiltra na direção das greves de protesto que imprudentemente estão sendo estimuladas”, para desestabilizar a sociedade brasileira.

/.../ é evidente que denunciemos os exploradores da miséria, especialmente os comunistas que só tem a lucrar com o desespero, a desordem e o caos. As autoridades incumbem deter a agitação vermelha bastante hábil para infiltrar-se, através de sindicatos, na direção de greves de protesto que, imprudentemente, estão sendo estimuladas nesta hora explosiva. (Revista da Universidade Católica de Campinas. Ano VIII. nº 21 e 2. novembro de 1962. p. 153).

Os sindicatos e sindicalistas que não estavam ligados a Igreja eram considerados e denunciados como comunistas; faziam parte de um conluio para instituir uma República socialista ou sindicalista no país.

Como a República nasceu revolucionária, por isso, não tem interesse algum em pensar nos interesses dos trabalhadores, mesmo porque, ao nascer liberal e individualista, tornara-se indiferente a tudo e a todos, mas em favor dos eventuais donos do poder. Batido o liberalismo e o individualismo, foram substituídos pelo despotismo e o socialismo em que a república mergulhou. Hoje transforma-se a república em sindicalista ou social-trabalhista, continuando, porém, em todas essas transformações, revolucionárias, porque, no dia em que abjurar à revolução, desaparecerá(...) Tendo destruído o **grupo** corporativo-associativo, para tornar o individualista, hoje, a república inventa o **grupo** sindical-socialista para ficar revolucionária, mas, disso importa salientar que, recuperando a noção de **grupo**, demonstra que o Antigo Regime, grupalista, é que estava certo – e isto é importante sociologicamente. (Revista das Faculdades Campineiras. Ano II. março de 1955. nº 5. p. 41).

Despontaram duas idéias importantes: a) a relação entre liberalismo e comunismo. O comunismo, na concepção desse segmento católico, era resultado inevitável do liberalismo, ou seja, nessa visão, havia uma evolução natural entre os dois movimentos; b) o modelo de sociedade defendido por setores da Igreja – uma sociedade corporativista. De acordo com os teóricos desse segmento, essa sociedade seria construída a partir da retomada dos valores medievais, destruídos pelos acontecimentos da Idade Moderna, em especial a Revolução Francesa de 1789, que introduziu o liberalismo;

/.../ este designado como um sistema de valores e uma visão de mundo fundada sobre a afirmação dos Direitos do Homem e livres de toda a autoridade religiosa e humana. Em substituição a uma sociedade estamental, imóvel, fundada sobre corpos e princípios, estabeleceu-se uma em movimento, que pretendia oferecer um campo livre às iniciativas do indivíduo. A monarquia de direito divino, cujo fim era conduzir os homens à santidade, foi substituída por um Estado fundado na soberania popular, indiferente à religião, laico e secularizado. Contra o Estado, liberal, ateu, que pretendia retirar-lhe o domínio do que desde muito era seu, o estado civil – a assistência, a informação -, a Igreja se rebelou. O conflito que se abre entre Ela e a Revolução é um dos fios condutores da história do século XIX, e que encontraria ressonâncias mesmo no século XX. (RODRIGUES, 2005, p. 17).

O resultado do liberalismo, na visão desses mesmos setores da Igreja, foi a ampliação da miséria, uma vez que os interesses do liberalismo eram egoístas. Foi nesse ambiente de miséria, egoísmo e expansão da informação, livre de qualquer controle que nasceu o comunismo. Daí a ligação direta entre um movimento e outro. ‘A miséria cresceu cada vez mais. Frederico Engels e Carlos Marx, vendo a miséria do operariado inglês, imaginaram que o mundo inteiro estava assim, e fizeram o seu manifesto comunista que abalou os trabalhadores’. (Revista das Faculdades Campineiras. Ano II. março de 1955. nº 5. p. 43).

De acordo com a Igreja, a miséria, base da expansão do comunismo e que rapidamente tomou conta de vastas regiões do globo era onde movimentos revolucionários foram sendo formados. Com a vitória dos bolcheviques na Rússia em 1917, esse “vírus” se alastrou para outras partes do mundo. Assim, surgiram movimentos na Ásia, África e América. Tais movimentos organizaram-se, e, em algumas regiões, os comunistas conseguiram assumir o poder, como no caso da China, Coreia do Norte e Cuba. Este último causou uma imensa preocupação nos setores mais conservadores da sociedade brasileira, pois, juntamente com a China, transmitiu um exemplo de Revolução que utilizou a tática do foquismo²⁵ para alcançar os seus objetivos. Para combater tal tática, foi preciso uma ampla organização, que se alastraria por todo o território nacional.

²⁵ As guerrilhas latino-americanas, que tiveram seu apogeu de atuação entre os anos 1960 e 1970, extraíam sua estratégia da chamada teoria foquista, difundida por Che Guevara após o sucesso dos fidelistas em Cuba, onde chegaram ao poder em 1959. Tal tática se definia pela aproximação de revolucionários a camponeses, em locais de difícil acesso para forças governamentais, e passavam a conquistar a confiança deste, despertando-os para a questões a injustiças sociais, conquistando-os para as atividades revolucionárias.

Essa teoria foi defendida no século XIX pelo revolucionário francês Louis-Auguste Blanqui, um eterno rebelde, morto em 1881.

A reação da Igreja e dos setores conservadores, não deveria ser meramente “anticomunista”, isto é, propagandear os males do comunismo no mundo. Era necessário partir para uma ação eficiente de combate. No caso da Igreja, essa ação deveria ser pensada em cada Diocese de acordo com a realidade local, mas feita de forma contundente para atacar esse inimigo mortal.

Assim como não podemos parar no mero anticomunismo simplista e contraproducente, não podemos ser ingênuos a ponto de entregarmos a grandiosos planos de recuperação econômico-social dos meios rurais, esquecidos da retaguarda e dos flancos, invadidos pelos guerrilheiros. Em cada Diocese, caberá à perspicácia do Pastor descobrir os meios práticos de defender o rebanho.

Temos a confiança filial de pedir a Padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida, atenção particular para o nosso meio rural. Pedimos, sobretudo, que a omissão dos responsáveis não dê aos agitadores razão ou aparência de razão.

A hora é de orações e de sacrifícios. Cabem, quem sabe, procissões de penitencia e de preces públicas para que nossa Pátria reserva de Cristandade, se mantenha fiel a Nosso Senhor Jesus Cristo. (Revista da Universidade Católica de Campinas. Ano VIII. nº 21 e 22. novembro 1962. p. 153).

Herdeiros de uma tradição de conservadorismo tradicional, setores do clero católicos denunciavam como comunista qualquer manifestação popular de contestação à ordem vigente. A expressão comunista passou a designar e a nomear todos aqueles que eram considerados inimigos do regime e, portanto, inimigos da Igreja. Faziam, nas entrelinhas, a defesa de um sistema corporativo, controlado por uma visão conformista da organização do mundo, tal como na Idade Média.

O comunismo, nesta perspectiva, era visto como extensão do progresso da sociedade liberal. Esta, instituída nos escombros da sociedade medieval, rompeu com a ordem natural das coisas, fundamentalmente com a imutabilidade social, instituindo uma sociedade em constante movimento que tenderia a tragar toda a ordem. Caberia, portanto, a Igreja, portadora da Verdade, lutar contra essa situação.

Considerações Finais

Neste trabalho, procurou-se analisar como a Revista das Faculdades Campineiras tratou as questões educacionais no processo de tramitação do projeto de Leis e Diretrizes de Base da Educação.

Essa Revista não era um órgão de divulgação apenas de questões educacionais, portanto, daí sua particularidade. Os temas educacionais discutidos na Revista foram aqueles, que, num momento específico, estavam em pauta nos principais documentos das instituições e órgãos de divulgação católica. Neste sentido, neste trabalho, foi dada uma grande ênfase à forma como a Igreja atuou neste processo de tramitação. Suas propostas, seus adversários declarados e não declarados, as alianças formais e informais, enfim, o jogo político que a Igreja fez para garantir alguns aspectos defendidos por ela na redação final da LDB.

Os documentos publicados na Revista das Faculdades Campineiras não se constituem em um todo orgânico, tratam-se de documentos que foram sendo publicados à luz das discussões de acordo com as preocupações do momento. Dessa forma, a preocupação presente se fez em organizar esses documentos, dando-lhes uma feição de conjunto, traçando uma linha condutora. Essa linha foi os temas educacionais no contexto da ideologia da Igreja Católica.

A Igreja Católica é uma instituição com mais de dois mil anos de existência. A sua existência está condicionada à sua adaptação e mesmo à imposição de valores nas sociedades da qual ela faz parte. Dessa forma, em momentos de mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais, pode-se identificar tais ocorrências. No período tratado nesta pesquisa, o Brasil passava por uma intensa transformação, de uma sociedade quase que exclusivamente agrícola para uma sociedade urbana e industrial. Essas mudanças trouxeram um grande desconforto, fazendo com que certos segmentos sociais se sentissem inseguros e buscassem saídas fáceis, muitas vezes autoritárias. Assim, a Igreja, parte do todo social, também se sentindo insegura, buscou se adaptar a essa nova realidade, mas sem perder sua identidade. E foi a manutenção de sua identidade que lhe garantiu a sua existência ao longo do tempo. Isso pode ser observado na Reforma Católica, com o Concílio de Trento, por exemplo.

É neste jogo de mudanças e permanências que se tornou possível, neste trabalho, fazer a identificação dos valores da Igreja, a partir da Revista das Faculdades

Campineiras, entendendo-os como idéias da classe dominante são as idéias dominantes em cada época. (MARX, 2007, p. 89). Assim, a postura ideológica da Igreja estava associada a esse conjunto de idéias maiores. Portanto, a defesa de uma moralidade específica, ligada a tradição católica, significava a manutenção da ordem estabelecida. Essa ordem é explicitada no conflito entre as instituições sociais, no caso, a Igreja e o Estado.

Utilizando-se da família, como centro mediador das relações, a Igreja via nesta instituição o mecanismo de manutenção da ordem e na disputa com o Estado buscava o completo controle da ordem social. Assim, a Igreja, por meio de seus representantes e em sua defesa, afirmava:

O Estado não é fonte de todos os direitos. Nem a sua área de atribuições cobre todas as necessidades humanas. A sustentação da ordem jurídica, o equilíbrio das forças econômicas e sociais, a promoção do bem estar geral, tudo isso dirigido para o bem comum, de certo, se enquadra dentro das aspirações de um Estado democrático. Educar, porém, não é a sua tarefa própria. Pertence a outro grupo natural, que lhe é anterior: a família. (Revista da Universidade Católica de Campinas. nº15. p. 149)

Assim, segundo eles, a ordem social organizava-se em um conjunto de atribuições em que cada instituição tem um papel a desempenhar. O atropelo dessas atribuições poderia levar à desorganização e permitir que elementos estranhos a essa ordem pudessem apoderar-se do controle social, impondo idéias alienígenas.

O que devemos denunciar é a regra materialista dos que se lançam aos empreendimentos econômicos com um intuito de lucros e mais lucros a qualquer preço, tendo diante dos olhos apenas equações econômicas, estabelecendo assim, uma mentalidade que coloca o êxito econômico como critério absoluto, com a subestima das exigências morais, sociais e espirituais da comunidade humana ligada às empresas sob forma de serviço salariado. Não nos referimos à pessoas. Apontamos os erros e os perigos que se encontram na estrutura dos sistemas e os denunciaremos, com o objetivo pastoral de incentivar esforços que levem à correção dos males e implantação de formas justas de convivência humana. Interessa-nos ver estabelecida, por toda a parte, a paz no trabalho, o entendimento entre os homens do capital e do trabalho. Mas há uma exigência par que cheguemos a uma tal realidade: é que se faça em base da justiça social e da fraternidade cristã, com o pensamento de que há um Deus conduzindo os destinos dos povos e de que o equilíbrio do mundo está em que sua Lei seja respeitada.

Nisto está toda a formulação cristã de nossa posição contra o comunismo ateu que combatemos, inclusive no terreno de suas táticas /.../ (idem, p. 152)

Nisto está a convicção da ordem social. O desenvolvimento social econômico não poderia atropelá-la, sob pena de perda do controle. Essa denúncia servia como alerta àqueles que tentavam impor a sua visão, sem se aperceber de que a ordem social

dependia do equilíbrio de forças e que a Igreja jogava um papel preponderante nesta organização. Assim, a análise da Revista evidencia essa visão que a Igreja supunha deveria ser hegemônica, na qual cada grupo deveria ater-se a sua função e quando isso não ocorresse, caberia aos outros segmentos alertá-los para o perigo. Dessa forma, a Igreja procura convencer segmentos sociais dominantes de sua tarefa no campo educacional, utilizando-se de meios como a Revista das Faculdades Campineiras.

A suprema dignidade do homem é o exercício de sua consciência livre. Esta só vive e escapa da autodestruição quando institucionalmente protegida por grupos naturais da comunidade capazes de orientá-la para o bem comum e a solidariedade. Portanto, é indispensável que no processo educativo tenham os grupos que se interpõem entre a pessoa e o Estado.

A educação é um processo intimamente ligado à formação e à existência de tais grupos. Atuam como fator de integração dos seus membros naturais e constitui o princípio dinâmico do aperfeiçoamento deste. /.../ (idem, p. 201)

Tratava-se de um jogo ideológico e a Revista tinha o papel de difundi-lo entre os seus leitores, professores, alunos e ex-alunos para expandi-lo em seus respectivos espaços de atuação como meio de manter a ordem proposta por este segmento social que é a Igreja.

Essas idéias permeiam os artigos da Revista, mesmo sendo eles espaçados. As denúncias frente a um modelo que excluía a Igreja de seu papel secular no campo educacional fizeram com que os seus representantes atribuísem a antigos aliados políticos a denominação de materialistas ateus ou mesmo comunistas.

O epicentro da discórdia foi a criação de um novo sistema educacional, em que a escola pública aparecia de forma privilegiada.

Queremos hoje referir-nos a um grupo poderoso que, - impõe-se-nos a renovada denúncia à consciência católica cristã do País, - instalado no Ministério da Educação e Cultura do Rio de Janeiro, está promovendo não só o laicismo do ensino mas também a laicização e o materialismo da vida. Sistemáticamente procura-se realizar um plano de orientação materialista e ateu do ensino nacional e se move uma campanha ardilosa contra as escolas particulares, em favor do monopólio estatal do ensino. Os patrocinadores desse programa de ação apresentam e defendem uma doutrina de desenvolvimento nacional inspirada e baseada na mesma filosofia em que se abeberou Carlos Marx para elaborar as teses fundamentais da sua interpretação materialista da história e sua teoria econômica, viga-mestra do comunismo. (Revista da Universidade Católica de Campinas. 1958. p. 207).

Em 1958, o Brasil tinha um governo nacional-desenvolvimentista, de tendência liberal. Portanto, acusá-lo de comunista ou a algum de seus componentes estava muito longe da realidade. Tal afirmação baseava-se mais em suposições do que na realidade

propriamente dita. A preocupação da Igreja era demarcar o campo de atuação e ao mesmo tempo dizer a visão que a Igreja tinha de tal modelo. Essa visão estava ligada aos setores médios da sociedade, segmento em que a Igreja tinha uma maior penetração. Dessa forma, ao propor que o sistema educacional deveria privilegiar um determinado modelo de escola em detrimento de outro, estava buscando concretizar um projeto de educação que já tinha um longo percurso.

Fundemos escolas católicas, meus senhores, onde a religião de nossos pais se transmita pura e viva aos nossos filhos que serão os futuros servidores da pátria; onde /.../ os nossos filhos se façam crentes, sinceros e praticantes, e ao mesmo tempo cidadãos honestos e dedicados a Pátria como Washington, José Bonifácio, Rio Branco, Osório e Caxias /.../. Não nos iludamos. O futuro da Pátria depende da instrução e educação da mocidade /.../. Não consintamos, pela inércia que os inimigos da Igreja se apoderem estrategicamente do campo do ensino para poderem realizar seus planos. (CASALI, 1995, p. 102)

A escola católica não era simplesmente uma obra social desinteressada de influenciar os rumos da sociedade. Ao contrário, a sua disposição neste sentido era clara. Trava-se de um campo em que a sua hegemonia deveria ser mantida a qualquer preço para garantir o projeto de neocrisandade, debatido e organizado ao longo do século XIX e XX.

Essas constatações, que foram possíveis a partir da leitura dos documentos e da bibliografia sobre o tema, tornaram possível a confirmação da hipótese de que a Revista das Faculdades de Campinas e posteriormente a Revista da Universidade Católica teve como papel divulgar na sua comunidade acadêmica as idéias defendidas pela Igreja na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Mesmo não sendo em sua maioria documentos produzidos pelos professores, alunos e ex-alunos, tais documentos circulavam em outros impressos ligados à Igreja Católica, permitindo assim uma integração e comunhão de idéias.

O material específico de discussão educacional não era tão extenso como inicialmente foi imaginado, no entanto, tratava-se de um material muito rico em suas propostas. Pode-se notar, na bibliografia sobre o tema, que uma grande parcela dos documentos reproduzidos pela Revista, também o foram por outros periódicos, como por exemplo, a revista “A Ordem”. Desta forma, a bibliografia atesta a importância dos documentos utilizados em uma publicação específica como estratégia de divulgar uma ideologia, o que nos permite vislumbrar que, em um estudo mais profundo e extenso, poderíamos encontrar relações com outras áreas do conhecimento, principalmente porque a Revista das Faculdades Campineiras era um periódico que atendia todas as

Faculdades Campineiras e, portanto, expandia essas idéias para cursos como Direito, Economia, Canto Orfeônico, Biblioteconomia, Economia Doméstica e Trabalhos Manuais, Odontologia.

Assim,, podemos imaginar que a Revista teve um impacto muito mais importante do que foi possível demonstrar nessa pesquisa, fica, portanto, a possibilidade de aprofundar os estudos e investigar as interligações entre os periódicos católicos, que podem ter um caráter global das idéias católicas e seus projetos no âmbito nacional. Seguir essas pistas e vestígios poderia dar uma enorme contribuição para História da Educação.

Fontes Primárias

Revista das Faculdades Católicas. Ano I. Março de 1954. Nº 01

Discurso do Paraninfo, Professor Francisco Ribeiro Sampaio. (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas).

Discurso do Paraninfo, Monsenhor Agnelo Rossi (Faculdade de Ciências Econômicas).

Discurso do Paraninfo, Professor João Gumercindo Guimarães. (Faculdade de Odontologia de Campinas).

Discurso do Paraninfo, Professor Ernesto Manoel Zink (Escola de Biblioteconomia de Campinas).

Discurso do Paraninfo, Professor Luiz Cavaggioni. (Curso de Economia Doméstica e Trabalhos Manuais).

Discurso do Sr. Antonio Fernandes Deléo. (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas).

Crônicas das Faculdades Campineiras – retrospecto sucinto e incompleto de alguns fatos de maior vulto na vida das Faculdades (1941-1953).

Discurso do Santo Padre à Reunião Nacional dos Juristas Católicos Italianos.

Revista das Faculdades Católicas. Ano I. Setembro de 1954. Nº 03

Bilhetes para os de Casa...

Revista das Faculdades Católicas. Ano I. Dezembro de 1954. Nº 04

Bilhetes para os de Casa...

Revista das Faculdades Católicas. Ano I. Março de 1954. Nº 01

Bilhetes para os de Casa...

Aspectos Característicos da Educação (I) Enzo Azzi (Prof. De Psicologia Educacional e Orientação Educacional na Faculdade de Filosofia de Campinas).

A Solução Corporativa de Associação. Conde Sebastião Pagano. (Professor da Faculdade de Ciências Econômicas de Campinas) (Incompleto).

Revista das Faculdades Católicas. Ano II. Junho de 1955. Nº 06

Bilhetes para os de Casa...

Revista das Faculdades Católicas. Ano II. Dezembro de 1955. Nº 08 e 09

Bilhetes para os de Casa...

Exortações aos Mestres Católicos (Papa Pio XII).

Revista da Universidade de Campinas. Ano III. Março de 1956. Nº 08 e 09.

Instalação da Universidade de Campinas.

Discurso do Ministro da Educação.

Palavras do Exmo. Sr. Núncio Dom Armando Lombardi. Instalação da Universidade.

Discurso do Sr. Pedro Calmon, Reitor da Universidade do Brasil. Instalação da Universidade.

Revista da Universidade de Campinas. Ano IV. Abril de 1957. Nº 12.

Alocação do Papa Pio XII ao Movimento “Pax Romana” – A função do intelectual católico no mundo moderno.

Carta Pastoral de Dom Paulo de Tarso Campos sobre a Educação.

J. E. Martins Serra. A Igreja e o Ensino Universitário no Brasil.

Cinquentenário da Diocese de Campinas – A Universidade Católica de Campinas.
Revista da Universidade de Campinas. Ano V. 1958. Nº 14.

Discurso de Dom Vicente Scherer, sobre a Orientação Materialista e Ateísta do Ensino Nacional.

Esclarecimento do Professor Anísio Teixeira

Lição de uma Greve (reprodução de O Estado de São Paulo).

Espírito Universitário. Prof. Dr. Dalmo Belfort de Mattos.

Manifesto do Episcopado Fluminense.

Memorial dos Bispos sobre Ensino Oficial.

Discurso de paraninfo. Padre Tomas Vaquero (Faculdade de Filosofia).

Revista da Universidade de Campinas. Ano V. 1958. Nº 15.

Declaração dos Cardeais, Arcebispos e Bispos do Brasil, Reunidos em Goiânia – Julho de 1958.

A Lenda de John Dewey no Campo da Educação Americana (C. Hardon S. J) (transcrição da AEC).

Revista da Universidade de Campinas. Ano V. 1958. Nº 16/17.

Declaração em Defesa da Educação Democrática.

A Influência do Sociologismo de Dewey na Educação Americana (Charles Donavam).

Revista da Universidade de Campinas. Ano VI. 1960. Nº 18.

A verdade sobre o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Dom Candido Padin).

As Diretrizes e Bases da Educação à luz do Direito Constitucional (Antonio Carlos Otoni Soares) (Transcrito do Correio Paulistano).

Revista da Universidade de Campinas. Ano VII. 1961. Nº 19/20.

A Família Brasileira – Sobre os novos rumos da educação.

“Mater ef Magistra” Carta Encíclica do Papa João XXIII.

Revista da Universidade de Campinas. Ano VIII. 1962. Nº 21/22.

O Episcopado e a Situação Nacional.

Advertência do Episcopado ao Governo Federal.

A Igreja e a situação do meio rural brasileiro.

Mensagem da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Bibliografia

- AZEVEDO, Fernando. Introdução ao Manifesto. In. Cury. Carlos Roberto Jamil – *Os conflitos ideológicos na Reconstrução da Educação Nacional na Segunda República – 1930-1934*.
- BARROS, Roque Spencer Maciel (org) (1960). *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora.
- BOBBIO, Norberto (2000). *Dicionário de Política*. Editora Universidade de Brasília/ São Paulo Imprensa Oficial do Estado.
- BUFFA, Ester (1979). *Ideologias em conflito: Escola pública e Escola privada*. São Paulo, Cortez & Moraes.
- BRESCIANI, Maria Stella. *Metrópoles: As faces do Monstro Urbano*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 5 n°. 8/9, p. 35-68, set. 1984 abr. 1985
- BRUNEAU, Thomas (1974). *Catolicismo Brasileiro em Época de Transição*. Trad. Margarida Olívia. São Paulo, Edições Loyola.
- CAMINHA. Pero Vaz de. In. www.studioamerica.com.br/500/carta.htm. Visitado em 12 de novembro de 2007.
- CAMPOS. Francisco Luis da Silva. http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm. Visitado em 05 de Setembro de 2007.
- CASALI, Alípio (1995). *Elite Intelectual e Restauração da Igreja*. Petrópolis: Rio de Janeiro, Editora Vozes.
- CARVALHO, Marta. M. Chagas de. (2002). *O Território do consenso e a demarcação do perigo. Política e memória no debate educacional dos anos 30*. In. FREITAS. Marcos Cezar de. (Org.) *Memória Intelectual da Educação Brasileira*. 2ª. Edição. Bragança Paulista, Edusf.
- _____. (1989). *A Escola e a República*. São Paulo, Editora brasiliense.

- CATANI, Denice e /BASTOS, Maria Helena Camara.(Org.) (2002). Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo. Escrituras Editora.
- CINTRA, Sebastião Leme de Oliveira. http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm.
Visistado em 08 de junho de 2006.
- CONSTITUIÇÃO. (1824) In. [http://www. planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao).
Visitado em 03 de outubro de 2007.
- CONSTITUIÇÃO. (1934). In. [http://www. planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao).
Visitado em 03 de outubro de 2007.
- CURY, Carlos Roberto Jamil (1977). Os conflitos ideológicos na reconstrução da educação nacional na segunda república. (1930-1934). São Paulo, DM.
- _____ (1984). Ideologia e Educação Brasileira: Católicos e liberais. 2ed. São Paulo, Cortez/Autores Associados (Coleção Educação Contemporânea).
- DALE, Romeu. (1939). A Ação Católica Brasileira. São Paulo. Loyola/CEPEHIB.
- FRUTUOSO, Maria de Lourdes (1999). Mensageiros da Ordem e do Progresso. A reforma educacional realizada pelos “renovadores” e o início da estruturação do Sistema Público de Ensino no Estado de São Paulo (1930-1937). Dissertação de Mestrado. PUC-SP.
- FAVERO, Maria de Lourdes (2000). A universidade no Brasil de 1930 a 1937. In Universidade e poder: análise crítica/fundamentos históricos: 1930-45. 2ª ed. Brasília, Plano.
- GRAMSCI, Antonio (1978). Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- GROPPO, Célia Maria (2007). Ordem no céu, ordem na terra: A revista “A Ordem” e o ideário anticomunista das elites católicas (1930-1937). Dissertação de Mestrado PUC-SP.

HOBBSAWM, Eric (1981). *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.

HORTA, José Silvério Baía. (1994). *Regime Autoritário e a Educação no Brasil (1930/1945)*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ.

LIMA, Alceu Amoroso. http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm. Visistado em 08 de junho de 2006.

Manifesto dos Pioneiros da Educação. In. <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/>. Consultado em 12 de dezembro de 2007.

MARTINS, Jackson de Figueiredo. http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm. Visistado em 08 de junho de 2006.

MARTINS, José Pedro Soares. (2000). *Campinas, 100 anos de História*. Rede Anhangüera de Comunicação.

MARX, Karl. (1991). *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. In: *A Questão Judaica*. São Paulo, Editora Moraes.

_____ (1998). *O Manifesto Comunista*. São Paulo, Editora Global

MICELI, Sérgio (2001). *Intelectuais à brasileira*. São Paulo, Cia. Das Leras.

NAGLE, Jorge (1990). *Educação na Primeira República*. In *Historia Geral da Civilização Brasileira – III O Brasil republicano – 2. Sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil.

_____ (1974). *Educação e Sociedade na Primeira República*. E.P.U. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária.

PAIXÃO, Carlos Jorge. *O Positivismo Ilustrado no Brasil*. São Paulo. 2000. Disponível em: http://www.nead.unama.br/bibliotecavirtual/revista/trilhas/pdf/trilhas2_art3.pdf. Visitado em 18 de dezembro de 2007

PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice M. (1972). *Educação e Sociedade*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.

- PINHEIRO, Paulo Sergio. (1990). Classes Médias Urbanas: Formação Natureza, Intervenção na vida política. In. O Brasil Republicano – Sociedade e Instituições (1889-1930). Historia Geral da Civilização Brasileira. 4ª. Edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira
- PIO XI. (1929) Carta Enciclica Divini Illus Magistri. In. www.fsspx-brasil.com.br/Page%2006-7-Divini-illius-magistri.htm. Visitado em 18 de maio de 2007.
- ROUSSEAU, J. J. (1999). Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. São Paulo, Coleção os Pensadores, Editora Abril.
- RODRIGUES, Cândido Moreira (2005). A Ordem: uma revista de intelectuais católicos (1934-1945). Belo Horizonte. Autentica/FAPESP.
- SGARBI, Antonio Donizetti. (1997). Igreja, Educação e Modernidade na década de 30 – Escolanovismo Católico: Construído na CCBE, divulgado pela Revista Brasileira de Pedagogia (dissertação).
- SILVA, Américo de Paula. A Igreja Católica e o Estado Autoritário Brasileiro – A Liga Eleitoral Católica (1930-1950).
- TEIXEIRA, Anísio S. (1967). Pequena Introdução a filosofia da Educação: a escola progressiva ou a transformação da escola. 5ª edição. São Paulo, Editora Nacional
- _____ (1977). Educação não é privilégio. Atualidades Pedagógicas. São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- VILLALOBOS, João Eduardo R. (1969). Diretrizes e Base da Educação: Ensino e Liberdade. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo – Edusp.
- VIOTTI, Emilia (1998). Da Monarquia a República – momentos decisivos. São Paulo, Editora Unesp.

Anexos

ANEXO – 01

EDITORIAIS DA REVISTAS DAS FACULDADES CAMPINEIRAS – “BILHETES PARA OS DE CASA..”.

Revista das Faculdades Campineiras. Ano I – Março de 1954 – n.º 1

A “Revista das Faculdades Campineiras”

A falar com precisão não é esta Revista uma publicação periódica das Faculdades Campineiras, de todo nova, que se inaugure com o presente número. Acertadamente podemos sim afirmar que constitue esta Revista, conquanto muito mais completa e variada, uma segunda fase, de outra publicação – O Anuário das nossas Faculdades, que veio a lume até 1947.

Nem nos acanhamos em confessar que o motivo único dessa solução de continuidade foi a famigerada penúria de numerário. Agora que o Governo Federal começa a vir em nossa ajuda mais decisivamente incluindo a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na categoria dos estabelecimentos de ensino superior subvencionados, podemos nos atirar mais tranqüilos a esta nova aventura.

Propondo-se como Revista de Cursos Superiores é óbvio que ela deva colimar os mesmos objetivos que a vida universitária. Exorbita dos limites desta rápida apresentação, qualquer excursão sobre os fins da Universidade. Sem embargo, vamos ao menos sumariá-los, que seu conhecimento talvez seja novidade para muitos dos próprios universitários.

Estamos nisto com o pensador espanhol Jiménez de Assúa com o qual concorda a maioria dos estudiosos do assunto.

Visa a Universidade pelo conjunto dos seus cursos, e mais acentuadamente numa ou noutra de suas faculdades:

1.º - proporcionar o conhecimento puro e desinteressado, o saber pelo saber, a ciência, o ensino, ou se se quiser a cultura, sem um fim imediatista ou “utilitarista”; 2.º - proceder à pesquisa de investigações em todo o mensurável campo do conhecimento humano; 3.º - formar profissionais de acordo com a função específica de cada uma de suas escolas; 4.º formar os grupos dirigentes das comunidades humanas, ou para assim dizer, as chamadas “elites” ou grupos de escol.

Sem favor as faculdades Campineiras constituem de fato uma Universidade, atendem mesmo até às exigências da Lei vigente que regula a constituição das Universidades. Só lhes falta o ato de criação da Universidade por parte da nossa Mantenedora e o conseqüente mas indispensável instrumento legal de equiparação. O que as Faculdades Campineiras têm sim de singular, que não no possuem as Faculdades e Universidades oficiais de Estado ou da União, e que lhes dá uma feição própria, característica, é o seu espírito universitário próprio, uniforme, coerente e integral.

Tudo nas Faculdades Campineiras contribuem para aumentar esse espírito, que é a alma mesma da Universidade. Até a simultaneidade de funcionamento de alguns cursos em pavilhões distintos do mesmo edifício, como as faculdades de filosofia, de direito e de odontologia facilitam o trabalho de

formação da genuína mentalidade universitária, segundo os postulados do autêntico humanismo cristão.

Pelas cinco secções pois em que se divide a matéria da nossa Revista procuramos atender bem de perto esses objetivos da Universidade.

Tanto os diretores como os professores, aluno e ex-alunos das nossas Faculdades terão na Revista um dos mais adequados instrumentos para a efetivação do ensino, da pesquisa, da habilitação profissional e, coroando tudo isto que, é sem dúvida secundário, também, os princípios e normas que modelando o caráter, a consciência, a personalidade de cada aluno, contribuem para formar os futuros dirigentes dos grupos sociais. Em cada número da Revista os alunos de todos os Cursos e Faculdades encontrarão um pouco ao menos do que lhes diz interesse imediato para a sua vida profissional, científica e espiritual.

Os nossos ex-alunos pertencem ainda à nossa Família Universitária; para eles, pois, estão abertas também as páginas da Revista, laço espiritual que, sobre conservá-los unidos à sua faculdade, continuará a espargir seus benéficos influxos.

Para os mesmos objetivos universitários convergirão outrossim as outras secções que poderiam à primeira vista parecer de somenos importância: 1) em “Vida Universitária” acompanharemos os acontecimentos de real importância da vida acadêmica doméstica e os ecos da vida universitária brasileira e universal, em tudo o que nos respeita de perto; 2) a relação dos livros e publicações entradas na biblioteca, assim como o sumário de algumas revistas e periódicos que se encontram na sala de leitura, servirá para lembrar a todos, professores e alunos, novos e oportunos adjuvânculos para seu trabalho intelectual; 3) no “Documentário” arrolaremos duas classes de elementos que a todos beneficiarão: a doutrina dos nossos guias espirituais, e as leis, decretos e portarias que se relacionam com o ensino superior em geral e especificadamente o ministrado nas nossas Escolas. Por derradeiro, no “Registro” procuraremos arquivar fatos e idéias que se relacionam de qualquer maneira com os fins supremos universitários, que timbraremos em trazer sempre vivos. Não se estranhe a feição especial que damos a este primeiro número de nossa Revista, porquanto nos propomos oferecer com ele também uma visão retrospectiva do funcionamento dos nossos Cursos, desde sua criação em 1941.

Nenhuma bandeira se nos afigura mais aliciadora, nem mais digna de nossos empenhos, que o mote escolhido para “santo-e-senha” da Revista das Faculdades Campineiras como o foi para outras nossas publicações: “*Pro Aris Et Focis*”. Pelo Altar e pela Pátria, pugnavam os devotados Romanos. Ora, em nenhuma quadra histórica como nestes dias, a sorte da Pátria tanto se identificou como a causa dos Altares, que toca às Universidades custodiar fumegantes e impertérritos. Pelas páginas da Revista das Faculdades continuarão doutrinando os nossos Mestres, preparando as vocações e os profissionais para as mais altas esferas da vida social, como delas também se aproveitarão nossos alunos para as conquistas do apostolado do Bem e da Verdade no afã de viver aquilo de Pio XI: “*Dilatentur spatia veritatis*”.

Oxalá nos compreendam os nossos professores, alunos e ex-alunos e se disponham efetivamente a terçar armas ao nosso lado, pelo que desde agora lhes somos sumamente gratos.

Mons. Emilio José Salim

Revista das Faculdades Campineiras. Ano I – Setembro de 1954 – n.º 3.

“Bilhetes para os de Casa...”

O Reitor das Faculdades, aos seus professores e alunos

Fazendo vir a lume, em regular periodicidade, a “Revista das Faculdades Campineiras, consoante anunciávamos em seu numero inaugural, era nosso intento fazer dela, a um tempo, um oportuno e eficiente instrumento de informação científica universitária e também de formação moral. Ambiciona pois nossa “Revista” ser, tanto o prolongamento do magistério dos nossos professores, como da tarefa plasmadora da consciência e do carácter dos alunos, que, em derradeira instância, cabe ao Reitor das Faculdades.

Mercê de Deus, não nos fugiu nunca a perfeita compreensão da tremenda responsabilidade que pesa sobre nós, no tocante à formação dos estudantes que demandam os nossos Cursos. Força é confessar e se multiplicam nossos alunos, agiganta-se esmagadora ante nossa consciência, essa responsabilidade de educador.

É que antes, contando-se em poucas centenas os nossos alunos, nossos contactos sociais, através particularmente de nossa palavra imediata, podiam ser mais numerosos e daí também, quiçá, mais eficazes.

Hoje que já sobem a milhar e meio, falecem-nos as oportunidades de comunicação direta e de influencia, como é óbvio, não dispondo para atingi-los a todos, senão do processo bastante precário que é a “Revista”. Razão porque agora mais que nunca devemos contar com a cooperação mais estreita e completa dos nossos Professores. Que se não esqueçam eles, antes do mais, em nenhum pormenor de seu processo pedagógico, que servem a uma instituição criada pela Igreja Católica e que só almeja crescer e viver ao calor dos reflexos de sua Eterna Verdade.

Ampliem depois, os nossos abnegados Professores, os horizontes de seu ensino, não descurando nunca sob nenhum pretexto, do aspecto ético e da missão principalmente formadora de consciências, que cabe ao educador, que é sempre todo o Professor, não importa o grau e a natureza do ensino que ministre.

Com estes altos propósitos, no pórtico de cada numero da “Revista”, inscreveremos alguns “Bilhetes para os de casa...”, como temos direito de considerar não só os alunos e professores, mas até os ex-alunos. Versarão esses despreziosos “Bilhetes” tudo quanto entendemos ser nosso dever levar ao conhecimento dos que mourejam nesta Casa, no Magistério como no Aprendizado... rápidas rótulas sobre algum aspecto didático ... um alerta para disposições interessantes dos Poderes Públicos ... glosas singelas em torno de acontecimentos dignos de reparo... modestas normas de conduta que valham qual orientação e roteiro na vida estudantina ou profissional ... eis em sucinto escorço no que se cifrarão os “Bilhetes” ... Esperamos ciosamente, venham eles

a guardas dos “bilhetes-postais” não sua natureza precária e efêmera, mas ao menos a concisão, o colorido oportuno, a brevidade...

Será demasiado então, nesta altura, rogar a todos “os de Casa” – Professores, alunos e ex-alunos, a cujas mãos chegar nossa “Revista” que, antes mesmo de compassar com seus olhos o “Sumário” ou o “Índice”, descansem-nos, tranqüilos e complacentes, sobre estes “Bilhetes”?

* * *

Este número da “Revista” inaugura outra secção: “Sugestões bibliográficas para uso dos Alunos”. Registrarão ali nossos Professores, em poucas linhas, o aparecimento no ano em curso, de compêndios didáticos, livros ou obras de consulta em geral, que se relacionem com sua Cadeira.

Encarando aos nossos Professores mais esta forma de colaboração, entendemos oferecer-lhes um estímulo a mais para ficar sempre ao corrente da literatura sobre sua disciplina, atualizar-lhes os conhecimentos, obrigá-los a aperfeiçoar o ensino com novos instrumentos de trabalhos, evitar por fim a estereotipia enfadonha das preleções e apostilas impiedosamente invariáveis...

Não são para proclamados agora os proveitos que, dessa iniciativa hão-de auferir, Professores, alunos e ex-alunos.

* * *

Nossa escola de Biblioteconomia, que vinha funcionando regularmente desde 1945, nos moldes da Escola de Biblioteconomia da Escola de Sociologia e Política de S. Paulo, acaba de receber merecido premio do Governo do Estado de S. Paulo. Pelo decreto n.º 23.443-B os diplomas expedidos pela nossa Escola, assim como os da Escola de Biblioteconomia da Faculdade de Filosofia “Sedes Sapientiae”, de S. Paulo, serão considerados validos para ingresso nos concursos promovidos pelo Estado para preenchimento dos cargos de bibliotecário nas Repartições Públicas.

* * *

De 5 a 9 de Outubro próximo deverão realizar-se em todos os Cursos, as sabatinas regimentais. Valem por um convite imperiosos aos alunos, para cuidarem mais intensa e habitualmente dos estudos. O tempo reservado para os estudos, e já não digo as horas de aulas, deve de fazer parte obrigatória do horário quotidiano do estudante. É com indisfarçável tristeza que assistimos ao descaso criminosos com que a grande maioria dos estudantes olha para seu primeiro dever.

Não os vemos, em numero assustador, transformando os estudos em exclusiva, atarantada e superficialíssima preparação para os exames, através das vigílias noturnas, os nervos morbidamente super-excitados pelos “pervitins” que, ao final, no momento da prova os deixarão em decepcionante inibição?

Venham as sabatinas como um “alto” ao menos, na vida frívola, fútil, balofa e ociosa de tanto estudante!

* * *

Traz este numero da “Revista” seu Documentário enriquecido com uma das mais oportunas encíclicas do nosso infatigável S. Padre Pio XII. Exhaustiva e luminosa instrução sobre a virgindade e a castidade, chega a palavra do Pontífice Supremo muito a propósito neste triste quadrante de nossa história em que, graças à conjuração satânica destas três forças: a dissolução crescente dos costumes, o vezo de os corruptos e os corruptores acharem que todos os homens devem andar maculados pelas mesmas torpezas que lhes enegrecem a alma, e até a palavra criminosa de médicos desalmados e ignorantes de sua própria ciência, - recrudescer a campanha de descrédito do celibato religioso, da possibilidade da castidade em qualquer condição de vida, da sublimidade da continência perene.

Merece não apenas lida, mas meditada lento e lento essa “magna-carta” das virtudes que mais alcançaram o homem no mundo espiritual.

Revista das Faculdades Campineiras. Ano I – Dezembro de 1954 – n.º 4.

“Bilhetes para os de Casa...”

Nossos primeiro Bilhete abrindo este último número da Revista em 1954, não poderia ser senão o portador daqueles sentimentos que imperativa, mas alegremente, todos manifestamos aos nossos Caros nesta risonha e cálida quadra do ano: bilhetes – augúrios de Santas Festas de Natal e de um auspiciosos Novo Ano.

É o que de coração aberto almejamos aos nossos Caríssimos Professores, alunos, Ex-Alunos e às suas Exmas. Famílias.

Que o Divino Infante, no seu natalício, pelas súplicas onipotentes da Maternal Medianeira, replene a nossa grande e amada Família Universitária das mercês de que mais necessitam para realizarem, em paz e harmoniosos progresso, a sublime tarefa que lhes foi cometida.

* * *

Às portas de um novo ano acadêmico começa a se agitar a classe estudantina dos Cursos Superiores, em derredor do famigerado problema do “trote”.

Vários Centros Acadêmicos de conceituadas Faculdades, de algumas mesmo em que o “trote” se revestia de manifestações mais cruas e desabusadas de autêntica selvageria, manifestaram seus propósitos de suprimir o que havia de verdadeiramente desumano naquelas pretensas explosões de júbilo. O curioso até que há mais de um centro acadêmico reivindicando para si a primazia na supressão do “trote”.

A bem da verdade, vá dito sem reboços e de pronto, que foi a Reitoria das Faculdades Campineiras, já há vários anos, a primeira autoridade

universitária a propor providências enérgicas no sentido de coibir certas modalidades vexatórias do “trote”, cominando penas severas aos contraventores.

Encontrou mesmo uma repercussão desusada no meio universitário brasileiro o fato inédito da aplicação da penalidade de suspensão da assistência às aulas, por trinta dias, a cerca de 95 alunos da nossa Faculdade de Direito, que haviam assinado um termo, por que se responsabilizaram pelo “trote” infligido a muitos “calouros”, em 1954.

Quer-nos parecer que a nossa Faculdade de Direito é o primeiro Curso Superior a introduzir no seu regimento, normas formais a respeito do “trote”. Há pouco ainda foi aprovado pela Comissão de Estatutos e Regimentos do Conselho Nacional de Educação, no Regimento da nossa Faculdade de Direito, no seu Processo de Reconhecimento, este dispositivo: “são proibidas quaisquer modalidades de recepções aos novos alunos, que importem danos físicos ou morais ou humilhação e vexame à pessoa”.

Em Portaria distribuída aos nossos Alunos detivemo-nos demorado, apreciando e regulamentando devidamente o “trote” que, em nossas Faculdades, até há dois anos atrás, não passava de jocosas e interessantes mas sempre muito cordiais manifestações de regozijo dos veteranos pela entrada dos Novos na Família Universitária.

* * *

Não podemos deixar sem um registro especial a assinatura pelo Exmo. Snr. Presidente da República, do decreto n.º 36.504 que, atendendo à Lei n.º 2.229 incluindo a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas entre as faculdades subvencionadas regularmente, abriu o crédito de cinco milhões de cruzeiro, para os exercícios de 1953 e 1954. Passando assim à categoria de subvenção concedida por lei ordinária, poderemos todos os anos contar com o valioso auxílio mínimo de dois milhões e quinhentos mil cruzeiros.

Desta arte esperamos estar em condições de atender imediatamente, não só às justas e imperiosas reivindicações dos dedicados professores da nossa Faculdade de Filosofia, como também de renovar nossos equipamentos didáticos, enriquecer vários departamentos especializados e sanar várias falhas na estruturação da Faculdade, o que dependia apenas de maiores recursos financeiros.

* * *

Os nossos Ex-Alunos da Faculdade de Odontologia já estão se inscrevendo nos vários concursos instituídos para preenchimento de cargos de cirurgiões dentistas. Na Crônica da nossa Vida Universitária consignamos o nome desses Ex-alunos vitoriosos nos vários Concursos. É de se notar especialmente que todos os inscritos foram aprovados. Poderíamos por ventura silenciar um fato dessa ordem que, sobre recomendar os nossos Professores e Alunos, enche de justificado orgulho a nossa Faculdade de Odontologia?

Revista das Faculdades Campineiras. Ano II – Março de 1955 – n.º 5.

“Bilhetes para os de Casa...”

Trechos da Alocução do Reitor das Faculdades na abertura do Ano letivo de 1955.

O cenário que se oferece aos nossos alunos é o mais propício que se nos poderia ensejar para as palavras que a abertura do nosso ano acadêmico está a exigir de seu Reitor.

Nada nos falta para uma autêntica assembléia universitária: a presença confortadora e honrosa do Exmo. E Revmo. Snr. Bispo Diocesano, presidente da nossa organização de ensino superior; os diretores das faculdades e esse pugilo expressivo de professores e alunos representantes de todos os nossos Cursos, demonstrando à evidência, como já vai bem acanhado este nosso maior salão de atos, para abarcar nossa família universitária.

Para um ligeiro retrospecto às nossas atividades escolares e um escorço dos trabalhos do ano acadêmico que hoje inauguramos, é o a que vem desprentensiva palavra.

A instituição que superintende nossas Escolas-Sociedade Campineira de Educação e Instrução – entra no 14.º ano de fundação e as duas faculdades – Filosofia e Ciências Econômicas – com que iniciou suas lides, no 13.º de funcionamento regular.

Dos 46 professores e 280 alunos de 1942, chegamos na data de hoje a 165 professores e 1560 alunos.

Nem importa aliás acentuar o número de alunos, pois no sistema universitário brasileiro com a limitação legal do número de matrículas em cada série, não constitui esse fator o maior expoente da vitalidade da Escola.

O que merece sim relevo, é o crescimento das nossas Escolas: dos 9 Cursos Superiores autônomos autorizados pelo Presidente da República a funcionar em 1941, em 3 faculdades, ascendemos em 1955 à desvanecedora cifra de 14 Cursos, constituindo 5 Escolas Superiores, não já simplesmente autorizados mas com a chancela do reconhecimento definitivo.

Ajuntam-se a esses cursos federais mais três reconhecidos por Lei Estadual, já que nem existem os congêneres federais, e teremos ultrapassado as exigências legais para a constituição da nossa Universidade que, vá dito a título de informação, já contaria com mais unidades componentes, que algumas universidades do País.

Seria então sobremaneira ingrato não proclamar aqui, raso e solene, como a Providência Divina nos vem propiciando o mais auspicioso clima para a criação da Universidade de Campinas.

Não registramos porventura, o ano passado, aquela formidanda iniciativa do início dos trabalhos da Cidade Universitária, cometimento que, pela singular

originalidade da concepção, pelo arrojo do planejamento e tão esquisita quão rara e generosa forma de exequibilidade, projetando o nome prestigioso da amada Campinas além das lindes do Estado e do País, indigita todos os seus operários quando menos, à mais comovida gratidão da posteridade, que só ela saberá avaliar o vulto do empreendimento?

É do dealbar deste ano acadêmico que vimos, a alma genuflecta diante de Deus, publicar a última distinção com que fomos agraciados: o reconhecimento da Faculdade de Direito.

Não fora o receio de vos fastidiar e alongar esta expectativa justificada de ouvir a Oração de Sapiência com que nos brindará o Mestre desta noite, eu vos diria por menor o significado singular do reconhecimento da nossa Faculdade de Direito já no seu 3.º ano de vida, sem nenhum favoritismo político e ainda, alvo daquela encarniçada contradita que as Faculdades de Direito vem despertando no Brasil – paraíso dos bacharéis!

Mercê da munificência do Exmo. Snr. Bispo Diocesano enquanto não possuímos edifício próprio, está agora a nossa Faculdade de Direito sediada em prédio independente, onde esperamos, tudo nos facilitará a execução do alto, atual, vivo e bem realístico programa que nos propusemos desde a primeira hora.

No planejamento dos trabalhos para 1955 já estavam previstos e com pleno reconhecimento do Ministério da Educação, substanciais melhoramentos no aparelhamento científico e didático de todas as nossas Faculdades: o gabinete de física; reinício do funcionamento do curso de química em laboratórios completos; o equipamento de várias cátedras da faculdade de odontologia, do Conservatório de Canto Orfeônico e do Curso de Formação de Professores de Educação Doméstica e Trabalhos Manuais, a instalação do Instituto de Psicologia e Pedagogia, do Departamento de Geografia, o enriquecimento da Biblioteca e outros notáveis melhoramentos, para não falar no que está sempre em primeiro plano de nossas preocupações, como é de justiça, a remuneração condigna dos nossos professores.

Pouco ou quase nada poderemos fazer ante as disposições drásticas tomadas pela Fazenda do Estado e da União e que são do conhecimento público: o Estado sobrestando o pagamento da subvenção consignada no seu Orçamento; o Governo Federal reduzindo de início, 30% e agora há poucos dias sustando até ulterior determinação os auxílios que nos caberiam pela Lei orçamentária.

Nada direi ainda dos cinco milhões de cruzeiros de subvenções devidas pelos exercícios de 1953 e 54 exclusivamente à Faculdade de Filosofia, e que sem embargo do Decreto especial que o Snr. Presidente da República se dignou assinar na nossa presença, vêm sendo procrastinadas aflitivamente. Perdoem-me esta digressão de natureza de todo em todo extravagante e importuna para a alegria austera e a solenidade desta hora.

Era força fazê-lo, porém, para proclamar solene ao público, aos alunos e a muito professor, que ao que nos consta andam tremendamente iludidos sobre a situação econômica das nossas Faculdades, que é em extremo delicada, que os

nossos “déficits” aumentam todos os anos, que fomos forçados a reduzir a porcentagem já elevada de matrículas gratuitas e que afinal, esperamos tranquilos que os nossos alunos se desonerem em tempo hábil, sempre, dos compromissos financeiros para com a Escola. Aos desavisados e hipercríticos que se maravilharem com a irrisória majoração havida nas taxas escolares de 1955, aconselhamos que tão só atentem ao que se passa nos cursos ginasiais e até primários em nossa mesma cidade. “Ponhamos exemplos, por que exemplos declaram muito” sentenciava o mestre Vieira e, bastem-nos dois: o 1.º Ano Ginásial da maioria dos Cursos Secundários de Campinas já pede aos seus alunos taxa igual à da Faculdade de Filosofia, cujos professores percebem quatro vezes mais; e a maior contribuição nas Faculdades que é a da 1.ª Série da Faculdade de Odontologia, este ano Cr\$ 6.000,00, igual à anuidade do externato de vários Colégios e Escolas Normais.

Nada obstante a angústia econômica da conjuntura que atravessam as nossas Faculdades, mercê do espírito desinteressado e altruísta de um belo punhado de profissionais e da colaboração generosa do Exmo. Snr. Prefeito Municipal conseguiu a Reitoria das Faculdades oferecer aos seus alunos para lhes minorar as apreensões de ordem econômica, que sem dúvida se refletem penosamente nos seus estudos, conseguimos repetimos, oferecer-lhes a mais vasta Organização de Assistência e Serviço Social de que há menção no meio universitário brasileiro.

Pois é com justificado desvanecimento, que anunciamos hoje a ASSISTÊNCIA UNIVERSITÁRIA CAMPINEIRA – pessoa jurídica criada pela nossa Sociedade Mantenedora, destinada a acudir a todas as formas de precisões e interesses de nossos alunos. A Assistência Universitária Campineira colimar seus objetivos através dos seguintes Departamentos: de Assistência Espiritual e Moral; de Assistência Econômica; de Assistência Jurídica; de Assistência Médica; de Assistência Intelectual e de Assistência Recreativa.

Parece-me a mim que não demasiarei, nem cairá fora de propósito nesta hora festiva, tão oportuna como igual não sei quando poderei deparar, se bosquejar de relance as atividades de cada Departamento aos cuidados de um Diretor especial.

O Departamento de Assistência Espiritual e Moral cuidará de realizar, entre outras as seguintes formas de Assistência religiosa e moral: retiros anuais e fechados; páscoas coletivas; conferências de orientação e formação moral; a Missa do Universitário nos dias de preceito que iniciaremos aliás no próximo domingo, às 10 horas na Igreja do Rosário, a mais central da nossa cidade, para a qual vai o nosso primeiro convite.

Compete ao Departamento de Assistência Econômica: organizar e fazer funcionar o restaurante Universitário, que entrará em funcionamento dentro de poucos dias a cem passos daqui, no pavilhão que já está sendo adaptado convenientemente, procurar alojamento ou hospedagem para alunos em pensões, internatos, ou residências particulares; dirigir a Cooperativa de livros e de

material escolar; organizar um serviço de informações gerais, profissionais de colocação para os alunos.

Compete ao Departamento de Assistência Jurídica prestar aos alunos todos os serviços possíveis dessa natureza, seja pelos advogados do nosso quadro, seja encaminhado-os a outros.

O Departamento de Assistência médica cuidará de proporcionar: Assistência médica estritamente falando e de clínica geral especializada; Assistência dentária; a assistência radiográfica inclusive o serviço de roentgenfotografia pelo qual passarão todos os alunos e que assim se inaugurará em Campinas, e afinal, os serviços de ambulatório médico para aplicação de injeções, curativos, etc. O departamento de assistência intelectual cuidará do Teatro e da Orquestra Universitária; de promover sessões de cinema em geral e educativo; conferência, debates públicos, cursos de extensão universitária e de oratória, excursões científicas e de estudos; de Revista das Faculdades no que respeita á colaboração dos alunos. O departamento de assistência recreativa cuidará de proporcionar aos alunos todas as modalidades de esportes e atletismo; organizará olimpíadas, excursões no País e no Estrangeiro.

Vá dito para ilustração, que esses departamentos procurarão estabelecer a mais estrita e harmoniosa articulação possível com as organizações universitárias existentes, como os Centros Acadêmicos, a J. U. C., os Vicentinos, etc. Dentro de dois dias neste mesmo prédio, abrir-se-á para iniciar seus trabalhos o Secretariado que concentrará todos esses serviços da assistência, muitos dos quais já se encontram em pleno funcionamento.

Urge terminar, que já me alonguei demasiado e todos aguardamos a palavra do Mestre que cuidará com sua lição de nos fazer mais humanos até nos mais rígidos atos de justiça. Não sei concluir, no entanto, esta alocução de abertura do ano acadêmico do ano de 1955, sem me volver reverente àqueles que significam a força mais decisiva e eficiente na vida das nossas Faculdades – os nossos advogados e incansáveis Professores, para a um só tempo reiterar-lhes a expressão cordial e estudante do reconhecimento da nossa Sociedade Diretora e rogar-lhes continuem, assim desassombrados com têm vindo, no seu indispensável e nunca assas compreendido e reconhecido apostolado intelectual para a glória de Deus e a grandeza do Brasil.

Revista das Faculdades Campineiras. Ano II – Junho de 1955 – n.º 6.

“Bilhetes para os de Casa...”

Aos Ex- Alunos da Faculdade de Filosofia: - A primeira Turma de Licenciados pelos vários cursos da Faculdade de Filosofia, que colou grau em 1945, vai comemorar este ano o 10.º aniversário de sua formatura. Já o ano passado, na Assembléia anual da Associação dos Ex-Alunos da Faculdade de Filosofia, elementos bem representativos da Turma de 1945, haviam proposto para que a comemoração do segundo lustro de sua formatura fosse aprazada para o mesmo dia do concentração dos Ex- Alunos da Faculdade de Filosofia que por sua vez foi fixada para o dia 14 de agosto, domingo.

A vantagem também da fixação desta data está em que o dia seguinte, 15 de agosto, é um dia santificado e portanto facilitará as viagens dos Ex-Alunos que lecionam.

Não podemos deixar de aplaudir efusivamente esta expressiva iniciativa dos primeiros alunos que se diplomaram pelas nossas Faculdades. Iríamos longe, mas o faríamos com satisfação, se tivéssemos que lembrar os tantos benefícios que advirão para os Ex-Alunos, dessa visita à alma mater de sua formação. Daí o apelo cordial e veemente que endereçamos a todos os Licenciados de 1945 para nos confortarem com a alegria de sua presença no dia 14 de agosto.

Foi esboçado o seguinte programa: às 9 hs. S. Missa de Ação de Graças na própria Faculdade de Filosofia; às 10 hs. Assembléia da Associação dos Ex-Alunos para, entre outros assuntos, discussão, aprovação definitiva e registro dos respectivos estatutos. Às 12 hs. A Reitoria das Faculdades oferecerá aos Ex-Alunos e aos Professores (que todos foram convidados para esse ato), um lauto almoço no Restaurante Universitário das Faculdades.

* * *

Todos os que lidamos na formação da consciência dos jovens temos para conosco, mercê das lições da experiência, que nenhum exercício contribui tão marcadamente para esse gigantesco trabalho, como o Retiro Espiritual.

Assim é que todos os anos procuramos proporcionar aos Alunos essa rica oportunidade de um reencontro mais demorado e tranqüilo consigo mesmo. Este ano reservamos para o Retiro Espiritual os dias 13, 14 e 15 de agosto, iniciando-se os exercícios às 19,30 hs. De sexta-feira, dia 12 e encerrando-se com a S. Missa no dia 15, terça-feira. Todos os atos deverão efetuar-se no prédio da Faculdade de Filosofia, com exceção do pernoite. As refeições todas, que a Reitoria das Faculdades terá satisfação em oferecer aos retirantes, serão servidas no Restaurante Universitário.

* * *

Serenamente vamos realizando, mercê de Deus, o amplo programa cometido à nossa Assistência Universitária Campineira. Queremos destacar nesta primeira tomada de contas, os serviços do Restaurante Universitário no primeiro mês de seu funcionamento regular.

Foram servidos exclusivamente para os nossos alunos 3.722 refeições. A Reitoria auxiliou aos alunos com a importância de Cr\$ 1,50 e Cr\$ 2,50 respectivamente para cada refeição avulsa ou dos portadores de vales mensais.

Foram ultimados, outrossim, todos os trabalhos preliminares para a criação da Cooperativa Universitária Cultural e de Material Escolar.

Com esta organização não foi exclusivamente a ajuda econômica para os nossos alunos o que visamos; entendemos também despertar o interesse de todos para com os propósitos fundamentalmente educativos do cooperativismo.

* * *

Este derradeiro “Bilhete” que leva a palavra da Reitoria “para os de Casa”..., é o mais autorizado e augusto a que já demos guarida nestas páginas.

Foi-nos endereçado pela mais alta personalidade que Nossa Casa já abrigou – o Representante do Santo Padre, o Papa Pio XII, junto ao Governo Brasileiro.

Recebendo o Revmo. Snr. D. Armando Lombardi, Núncio Apostólico, em nossas Faculdades, no dia 8 de junho, tivemos a inenarrável alegria que nos foi da mais subida honra de ouvir de S. Excia. A formosa oração com que tanto confortou a quantos mourejam em Nossa Casa.

Pena foi a quase inesperada hora da visita de S. Excia. Não propiciou a presença de todos os nossos Professores e Alunos, a fim de ouvirem diretamente do Embaixador do Papa as palavras replenadas da mais alta sabedoria com que essa autêntica e formosa mentalidade universitária, mimoseou as Faculdades Campineiras.

Nada faltou à oração do Snr. Núncio; apreço aos dirigentes das nossas Faculdades; a definição precisa dos supremos objetivos do Ensino Universitário; a mais alta e categorizada palavra de aplauso e encorajamento para a criação da Universidade Católica de Campinas; a sagrada missão de que vêm investidos não só os universitários mas todos os homens sem distinção. Aqui, traduzidas, oferecemos à meditação de todos a oração acadêmica do Snr. Núncio; adiante, na doce língua em que foram proferidas.

* * *

“ Como seria um atrevimento da minha parte, falar em público em português, vou aceitar o que acaba de propor o Exmo. Sr. Reitor das Faculdades e falar, ainda com licença sua, em italiano, seguro de que sendo os dois idiomas tão semelhantes, me irão compreender facilmente.

Dizia um autor, que nas Universidades, se deve entrar tirando o chapéu. Com maior razão isto vale para os edifícios consagrados ao ensino universitário católico. Entra-se tirando o chapéu, como se entra em um templo, em uma igreja. E não é mesmo assim? Na Universidade Católica se ensina a Verdade, com v maiúsculo, que é Deus: “Deus veritas est”. Todas as vezes que uma partícula desta Verdade é ensinada, e penetra na mente do homem, todas as vezes é um reflexo pálido mas verdadeiro da luz e da verdade de Deus, que entra na mente do homem, que o ilumina e o dirige pelos caminhos que o devem conduzir em direção aos seus eternos destinos. Por isso, eu amo imensamente a Universidade; por isso, o meu interesse como Representante Pontifício, pela Universidade e Faculdades Católicas, não tem semelhante; por isso, com tanto prazer e com íntima satisfação, entrei aqui esta tarde e me encontro em meio ao Corpo Dirigente, Docente e Discente das Faculdades Católicas de Campinas, com a mais viva satisfação, com augúrio sincero da minha alma, para que possam estas Faculdades dilatar-se sempre mais.

Foi-me apresentada pelo Reitor, um cifra: 1500 inscritos. É um belo número para uma cidade que não é das maiores do Brasil. É um belo número, quando se pensa tratar-se de 1500 jovens de ambos os sexos, que se preparam para a vida, ao cumprimento da própria missão à missão que a Providência lhes confiou desde toda a eternidade, para a qual os predestinou, e que se preparam para cumpri-la com a luz e sob a luz de Deus, cômicos do próprio dever no mundo, desejosos de serem instrumentos também eles, da Verdade, que é Deus.

Eu me alegro vivamente, Excelentíssimo Senhor Bispo de Campinas. Eu me alegro vivamente, porque nesta Sua cidade episcopal, o Senhor pode gloriarse de semelhante instituição, que já fez tanto bem na mente e nos corações dos jovens e que maior bem ainda promete para o futuro.

Agradeço os sentimentos tão devotos e filiais, que o Reitor manifestou ao Representante Pontifício, nesta circunstância. É o caso de dizer, neste momento, a Mons. Salim: “Novi fidem tuam et loborem tuum” Conheço tua fé e tua fidelidade à doutrina cristã e ao Romano Pontífice. “Novi laborem tuum”. Conheço os teus suores, o teu santo e nobre trabalho, colocado generosamente, a serviço da Verdade, a serviço do ensino católico universitário. Saiba que o Representante do Papa no Brasil, segue com vigilante ânsia e com profundo afeto, o progresso destas Faculdades e faz votos chegue logo o dia em que será possível saudar oficialmente, a Universidade Católica de Campinas. A minha alegria se estende e não poderia ser diversamente, ao Corpo Acadêmico, ao Corpo Docente e a todos os funcionários, que colaboram para o bom andamento do Instituto Universitário. Conheço bem a engrenagem delicada de uma Faculdade, de um complexo de Faculdades, de uma Universidade incipiente, já em progresso e sei bem todos estes que colaboram no aperfeiçoamento desta engrenagem, são dignos de toda admiração e estima. Por isso, a minha palavra é dirigida a eles, a minha palavra, as minhas congratulações e o meu encorajamento.

Mas, é como se dissesse que os Professores não levariam a mal, que a parte diria mais afetiva neste momento, do Representante do Papa, não poderia deixar de dirigir-se à juventude, a estes jovens e moças, que aqui se preparam para a vida, para serem amanhã elementos úteis à Sociedade, à Pátria, à Igreja, que se preparam para corresponder amanhã, à missão divina que tem como todos os demais. Esta verdade nos faz tremer, quando sobre ela refletimos e meditamos um instante, e nos tornamos cônscios, de que, desde toda a eternidade, o Senhor confiou a cada um de nós, ao mais humilde, ao mais esquecido, ao que os homens chamam até de mais abjeto dos seres, confiou uma missão no mundo, na vida, na sociedade, quer civil quer sobrenatural que é a Igreja.

Pois bem, o ensino católico quer exatamente dar aos jovens, a consciência de sua responsabilidade na vida, quer dar-lhes a consciência de sua responsabilidade na vida, quer dar-lhes a consciência da sua importância, digamos sim a palavra, da sua importância, neste “grande teatro do mundo”, como o chamou um poeta espanhol.

A minha palavra, o meu encorajamento, a minha bênção afetuosa, a estes jovens e a estas moças, para que correspondam a esta graça particular, que o Senhor lhes dá, de formar-se em um Instituto, em um centro universitário católico, de poderem dessedentar-se na fonte sempre viva do ensino católico e de não serem condenados, como outros da mesma idade, a recorrer às cisternas dissipadas, de que já falava o Profeta no Antigo Testamento. Nós temos sempre a água viva “Fons Acquae vivae salientis in vitam aeternam”, d’Aquele que nos disse ser o Caminho, a Verdade e a Vida.

Que possam pois, estes jovens e estas moças corresponder sempre a esta graça, de serem amanhã, na vida real, o mais belo depoimento do que vale e faz um Instituto Superior de Cultura Religiosa.

A todos o meu agradecimento. Peço ao Senhor Reitor, não se preocupe se a manifestação não atingiu, externamente, aquele esplendor, aquele esplendor e aquela solenidade que Ele desejava. Eu prefiro ler na mente e nos corações dos presentes; nessa mente e nesse coração eu encontro os sentimentos mais belos, com os quais o Representante do Papa se alegra, aos quais agradece e pelos quais abençoa de todo o coração.”

Revista das Faculdades Campineiras. Ano III –Dezembro de 1955 – Março de 1956 - n.º 8 e 9.

“Bilhetes para os de Casa...”

PALAVRAS DE FORMAÇÃO – Um dos principais propósitos que alimentamos publicando esta REVISTA foi que servisse ela de instrumento a nosso serviço na onerosa tarefa da formação integral de nossos alunos. A formação intelectual e no que diz respeito principalmente à informação científica, costuma ser propiciada pela colaboração dos nossos professores. Um aspecto ao menos da formação moral determinamos desde o princípio fosse proposto pela foz mais autorizada já não só no meio universitário, mas no mundo universo – a palavra do Santo Padre, o Papa.

Até aqui figurava a sábia e sempre oportuna doutrinação pontifícia no “DOCUMENTÁRIO” da REVISTA. A partir de hoje passa a figurar no seu pórtico, iniciando a parte doutrinária quase para significar que sobre esse ensinamento deve, por primeiro, descansar a atenção reverente dos nossos Leitores.

-o0o-

FACULDADE DE DIREITO – Merecedora de todos os nossos aplausos foi a iniciativa da 1.ª SEMANA PAULISTA DE ESTUDOS JURÍDICOS e do 1.º CONCURSO UNIVERSITÁRIO PAULISTA DE ORATÓRIA. Foi o mais expressivo meritório empreendimento que o laborioso Centro Acadêmico XVI DE ABRIL, já inscreveu em seus Anais. A Reitoria acompanhou o singular certame com o mais acendrado interesse, apoiando-o sob todos os aspectos. Cometimentos dessa natureza só recomendam a Escola e seus alunos. Não queremos nos furtar pois à alegria de aqui, de público, felicitar efusivamente os organizadores da 1.ª SEMANA JURÍDICA, tão significativa que já antes de sua realização duas outras Faculdades de Direito do Estado pleiteavam para elas a realização da 2.ª Semana.

-o0o-

CENTENÁRIO DE FREUD – Entendeu a Reitoria que o Centenário de Sigmund Freud, ocorrido em 6 de maio deste, ano, não poderia passar de todo despercebido. Era uma oportunidade sem igual para se aquilatar em seus termos justos uma doutrina que penetrou com sua estranha visão, desregradamente, todas as manifestações do pensamento humano.

Abrindo o CURSIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA sobre a “SIGNIFICAÇÃO DO PENSAMENTO PSICANALITICO” dizíamos que se pode ser contra Freud, mas não se pode ignorá-lo ou tratá-lo com indiferença. Constituiu um fato inédito no nosso mundo cultural essa iniciativa, quando não fosse por outros motivos, sê-lo-ia por ter partido de uma Universidade Católica.

Os alunos de todas as Faculdades compreenderam os nossos intuitos com a realização do Curso e acorreram ás centenas para ouvir as preleções de consagrados professores. O anúncio do Curso provocou descontraídos comentários, mas sua efetivação revelou quão oportuna e inteligente foi a iniciativa.

-o0o-

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL DA REVISTA – Da publicação trimestral a nossa REVISTA passou à semestral. Parece-nos até ocioso referir o motivo dessa alteração, tão obvio ele se apresenta a quantos atentem um pouco na situação econômica das Universidades particulares, - é sempre a famigerada penúria de numerário. Sem embargo sai bem mais alentada, semestralmente, a REVISTA. E por que não lembrar aqui para que os nossos alunos, nomeadamente, avaliem com justeza o nosso esforço, que se perdem de conta os estabelecimentos de ensino superior, mesmo oficiais, que não possuem nenhum órgão publicitário de suas atividades.

Resolvemos também poupar espaço na REVISTA, suprimindo muito a contragosto matéria de grande proveito para os alunos seriamente interessados em aumentar sua bagagem cultural – a relação dos livros periodicamente entrados na Biblioteca, o sumário de revistas e a hemeroteca.

A REITORIA

ANEXO - 02**RESUMOS DOS PRINCIPAIS DOCUMENTOS DAS FACULDADES CAMPINEIRAS**

Documento 01: Revista das Faculdades Campineiras. Ano I – Março de 1954. nº 01 - Discurso do Santo Padre à reunião nacional dos juristas católicos italianos. Foi realizado em 06 de dezembro de 1953.

No dia 06 de dezembro último, que foi um domingo, sua Santidade Pio XII recebeu em audiência especial no Vaticano, os participantes do quinto Congresso Nacional da União dos Juristas Católicos italianos. A sala das audiências ficou CEI com a presença dos ilustres visitantes, entre os quais se notavam advogados, magistrados, políticos e chefes de departamentos administrativos portadores dos nomes mais acatados entre os cultores das letras jurídicas na Itália. Os visitantes foram apresentados pelo nosso eminente amigo, o Professor Francisco Carnelutti, que há poucos anos esteve em nossa terra, e é o Presidente honorário da União, e pelo Professor Francisco Santoro-Passarelli, que é o Presidente efetivo da associação. Nessa ocasião Sua Santidade proferiu o discurso que adiante se publica em tradução da Seção Portuguesa da Rádio Vaticano. Versou esse discurso o tema central do Congresso: as relações entre os povos e os Estados soberanos. É desnecessário salientar a importância, no momento presente desse discurso de orientação, no qual o Santo Padre tocou, de passagem, o problema das relações do Estado com a Igreja, hoje muito debatido e, as vezes, erroneamente solucionado.

Documento nº 02: Revista das Faculdades Campineiras. Ano II Março de 1955. nº 05 - Aspectos Característicos da Educação – Discurso do Prof. Dr. Enzo Azzi, paraninfo dos Licenciados do ano de 1954 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas.

O Prof. Dr. Enzo Azzi foi contratado em 1951 pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da São Bento que, junto com a Faculdade Paulista de Direito, incorporava a recém formada Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutor em Medicina e Cirurgia, pela Universidade de Parma, e em Psicologia Experimental e Educacional pela Universidade Católica de Turim, foi o responsável pela organização do IPPUCSP (Instituto de Psicologia e Pedagogia da PUC/SP) criado "para colaborar na formação de educadores competentes e cientificamente preparados para sua complexa e nobre missão" (Azzi,1952), suprindo uma necessidade da Pedagogia em melhorar sua compreensão das condutas humanas e de problemas de dimensão psicológica que

poderia encontrar em sala de aula. De fato, no Brasil a Psicologia ergue-se a partir de outras áreas do conhecimento, sobretudo, Medicina e Educação atingindo sua autonomia como ciência e curso destinado à formação de profissionais somente com a criação dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em Psicologia e da regulamentação em 1962 da profissão de Psicólogo.

Em oportunidade como esta, o paraninfo procura indagar a razão de sua escolha, pois, conforme o motivo, aí estará o natural compromisso para a sua orientação que dever dar às suas palavras. As generosas inspirações da juventude explicam tudo, ate mesmo os erros benévolos de apreciação... E que inspiração mais generosa poderéis ter tido, meus caros licenciados, ora aqui reunidos em despedida, do que a de trazer estímulo a um professor, jovem também, para que continue a consagrar aos estudos e à pesquisa todos os seus lazes, recompensando-o largamente, desta maneira, pelo seu trabalho e esforço? ...Minha ufania, devo confessá-lo, ganhou extraordinário relevo, quando me puz a meditar sobre o juto renome já adquirido por esta Faculdade, cujo douto corpo docente avultam altas e consagradas expressões da intelectualidade brasileira. Para quem quer que seja que se tenha ligado, da mesma forma que eu, não só intelectualmente, mas também afetivamente, ao Brasil e a São Paulo; para quem quer que tenha vivido, como eu tenho, a vida da Universidade Católica e da Faculdade de Filosofia de Campinas, para quem quer que tenha procurado dar o melhor de si mesmo, em sua tarefa de Professor Contratado..., esse vosso gesto de amizade reveste-se de uma importância excepcional, pois consolida simbolicamente os laços que me unem ao Brasil e à sua Universidade Católica. Permiti, portanto, meus caros licenciados, que ao agradecimento sincero e profundo por esta vossa escolha, una o meu canto de amor à vossa Pátria. Outros falarão, melhor do que eu, do encanto da terra brasileira, do esplendor do céu estrelado, da tepidez das noites tropicais, entristecidas pelos lamentos dos violões, do farfalhar como que sagrado das florestas, da beleza vertical de São Paulo, a cidade das mil metamorfoses, das eximias e multiformes tradições da Princesa do Oeste. Desvendou-se, diante de mim, o mais sedutor dos mundos, do qual eu deveria sentir o feitiço. Conheci e amei o povo brasileiro, povo fraternal, novo, cordial, todos o sabem, mas, o que não se diz com freqüência – porque se confunde poesia com preguiça, sonho com ociosidade, enquanto eles não são senão o adorno de um repouso justo – povo trabalhador, povo obstinado, povo construtor de sua própria grandeza (R. Bastide). Quando se conhece, como não amá-lo, como não ligar-se a ele? É a esse povo, meus caros licenciados, que vós fostes chamados a servir através daquela missão, a mais bela e mais nobre entre todas, a qual é a de ensinar e guiar a mocidade. A nobreza desta missão é transcendente, porque sua ação se exerce sobre o espírito e não sobre a matéria. Por isso, é que o trabalho do professor não representa uma tarefa: é um apostolado. Aquele que se impõe ou a aceita, o faz porque sente vocação e necessidade de contribuir para o aperfeiçoamento do seu próximo; o faz porque, num impulso generoso, quer repartir os tesouros de sua inteligência e do seu coração e cooperar para que possa haver melhor atendimento entre os homens e uma vida mais bela e mais feliz. E nesse nobre propósito, o mestre, o professor

realiza o milagre de poder da incessantemente, em abundancia, sem que fique diminuída a sua riqueza, por ser esta de essência divina, na hierarquia dos valores do espírito sobre a matéria. Tal era a lição já da sabedoria da Grécia antiga, onde os mestres eram considerados “formadores de almas” e que nos é ensinada por um dos seus filósofos, NUMÊNIO de Apameia, nestas palavras de sublime espiritualidade – “As coisas que, doadas, chegam a quem as recebe, afastando-se do doador, como as riquezas e o dinheiro, essas coisas são mortais e humanas. As divinas são as que, ao serem comunicadas, não passam daqui para ali, mas beneficiam aquele, sem prejudicar a este. Assim é bom o Bem; assim é boa a Ciência, que enriquece quem a recebe, sem que fique desapossado quem a fornece. Assim tereis visto uma luz, acessa por outra luz, adquirir esplendores sem tirá-los à outra. Assim é o bem da Ciência, que, dada e tomada, fica para quem a dá e existe em quem a recebe”

Bem compreendestes caros licenciados, a grandeza e a importância desta missão para a qual fostes escolhidos, preparados e aprovados, Compreendestes também que educar não é apenas instruir, pois a instrução não é senão um meio que conduz a um fim: o desenvolvimento, em todo indivíduo, de uma personalidade a mais harmoniosa e original possível e, ao mesmo tempo, o sentimento de que ele é um elo na continuidade de uma família e de uma civilização; qual, em outras palavras, a plena realização do homem como pessoa humana. /.../

/.../ a educação deverá ser **moralizante**, pois sem moralidade, que é disciplina de si mesmo, não pode existir personalidade harmoniosa, nem coerente ou bem ajustada

/.../ a escola deverá ser **espiritualizante**, ensinando aos indivíduos a classificarem os elementos da atividade individual e social segundo uma boa escala de valores, em que o nível mais alto cabe às coisa do espírito, no sentido amplo da palavra /.../ a educação deverá ser **diversificante**, pois um dos caracteres essenciais da civilização humana é a extrema diversidade dos homens. Nascidos com aptidões psicofisiológicas diversas e crescidos em ambientes diversos, tendo interesse diverso, os homens chegam a realmente a realizar personalidades absolutamente únicas sob o ponto de vista da existencial, personalidades irrepetíveis, inconfundíveis, cada uma das quais pode constituir uma contribuição original para a civilização. /.../ A educação deverá ser **concatenante**, integrando-se na tradição a qual, transmitindo-nos o dinamismo do passado, nos impele para o futuro

Documento nº 03 - Revista das Faculdades Campineiras. Ano II
Março de 1955. nº 05 - A solução Corporativa de Associação – Conde
Sebastião Pagano – Professor da Faculdade de Ciências Econômicas de
Campinas. Esse documento está incompleto, trata-se de uma continuação a partir do
item 05 – Sindicalismo Destruidor, onde o autor se propõe a analisar os efeitos
sindicalismo considerado destruidor quando não associado ao catolicismo.

Sebastião Pagano, nascido em 1908, em Perdeneiras – SP foi biógrafo professor universitário, diplomado em letras, esteve ligado ao nascimento do Movimento Integralista no Brasil. Em companhia de Plínio Salgado, San Tiago Dantas, Silveira Peixoto, participou do Jornal “A Razão”, com sede na Rua José Bonifácio, de propriedade de Alfredo Egidio de Souza. Também participou, sob a orientação de Plínio Salgado, da Sociedade de Estudos Políticos (SEP). Também foi autor do livro O CONDE DOS ARCOS E A REVOLUÇÃO DE 1817, série dirigida até 1956 por Fernando de Azevedo.

/.../ O Sindicato único só seria admissível num Estado de fundamento católico, pois na sua forma estrutural, entendes-se quando o Estado organiza os sindicatos e os orienta. Nos EE. Unidos é assim, mas o “trust” que domina o Estado, redu-lo à unidade quando se desagrega. O Socialismo aí pode não estar nos sindicatos todos, mas na orientação governamental, que através dos partidos ou da influência de certos ministros, pode degenerar em comunismo.

Claro que, a priori, não podemos condenar o sindicato único, pois circunstâncias excepcionais podem justificá-los, como único, afirma-o o padre Müller. Assim, no caso de grande fracionamento dos sindicatos, tornando-os inúteis ou perniciosos, ou diante da indiferença da classe operária obstinadamente desorganiza e á mercê dos revolucionários.

Moralmente o Estado pode, nessa circunstâncias, criar o sindicato único, mas sob uma dupla condição: 1º - o sindicato único deve respeitar, em sua política, os princípios da moral cristã, e, nesse caso, uma “concordata” é recomendável ao Estado bem intencionado e desejoso de acertar; 2º - deve ficar aos operários a faculdade de se agruparem fora do sindicato para seus objetivos morais, religiosos, de educação, e também objetivos cívicos e outros superiores. É evidente que as ditaduras não permitem essa condição, para que não escapem à sua pedagogia partidária, mas isso é exatamente por que eles não tem nenhum poder legítimo, pois todo o poder “legítimo”, indiscutível, permite essa condição, pois não tem receio de ser apeado. Assim, o sindicato único, exclusivamente dentro da ordem social cristã, oferece sérias vantagens (não, porém, dentro de um estado leigo): concentra a totalidade das forças operárias e elimina resíduos perniciosos em que se dividem forças rivais de trabalhadores. Mas têm gravíssimos inconvenientes: dificilmente escapará á tutela do Estado que o escolheu entre outros agrupamentos similares ou criou com todas as peças para representar legalmente o elemento operário. Esse é perigo da socialização dentro de qualquer Estado leigo. Ora, a primeira função do sindicato é a de educação moral, econômica e social de seus membros, e não puramente material e técnica ainda que importante -; e não haveria essa educação – que facilitaria a compreensão dos seus deveres e direitos sociais num sindicato neutro ou oficial. Além disso, dadas as profundas divergências de ordem filosófica e religiosa, porque misturar os trabalhadores cristãos? Não haveria nisso, uma manobra revolucionária em favor de certas tendências religiosas protestantes ou

espirituais? Num país essencial e tradicionalmente católico, a divisão religiosa interessa profundamente ao comunismo, porque poderá melhor manobrar as turbas operárias. Toda a divisão religiosa é patrocinada secretamente por poderes ocultos que dispensa caudais de dinheiro para esse objetivo. É evidente que as forças secretas assim o querem: Exemplifiquemos com os 200 milhões de dólares para combater o nacionalismo francês só no ano de 1939.

Documento 04 – Exortações aos Mestres Católicos. Revista da Universidade de Campinas. Ano III. Dezembro de 1955 – Março de 1956. Nº 8 e 09

No dia 05 de novembro último recebeu Sua Santidade os membros da Associação italiana de mestres católicos, que comemoravam o primeiro decênio do sodalício. Pio XII dirigiu-lhes iluminadas exortações.

A íntima alegria que nos advém, diletos filhos e filhas, de vos ver vindos em tão grande número à Nossa presença, para celebrardes o primeiro decênio da vossa Associação de Mestres Católicos, e a mesma de quem, após haver semeado no tardo outono e cultivado com alegre messe, e nas túrgidas espigas reconhece a certeza de um futuro melhor. /.../

Dez anos de trabalhos assíduos, de lutas vencidas, de conquistas alcançadas no árduo e delicado campo da educação, eis o precioso o dom precioso que hoje quereis oferecer ao Vigário de Cristo, o qual bem sabeis quanto tem a peito a infância e, por ela, a futura sorte da Igreja e da vossa Pátria. /.../

Corresponderão, no futuro, os Mestres católicos à Nossa ardente expectativa? Sem dúvida, visto disso haverem dado excelente prova no passado. De fato, à iluminada ousadia de um valoroso grupo de católicos de devem a primeira idéia e os primeiros passos da vossa Associação no principio de 1944, quando a guerra ainda flagelava o solo da Pátria. Apenas formada ela num todo compacto, quisestes receber de Nós as indicações de diretivas sobre os caminhos a seguir: coisa que com muito gosto fizemos na memorável Audiência de 04 de novembro de 1945, dia em que com filial pensamento quisestes estabelecer como data de nascimento da vossa Associação.

Dia fausto aquele, porquanto tudo o que então augurávamos e implorávamos do Divino Mestre Jesus, da dor de todas as graças, e pedíamos dos vossos esforços, tornou-se hoje uma esplendida e visível realidade. A Associação dos Mestres Católicos está agora organizada em todas as dioceses e províncias, com 1.310 secções, e com um número de sócios que atinge cerca de 80% dos mestres italianos. Isto, sem dúvida, porque em muitas categorias não há, como na vossa, tão completa sanidade moral e tão consciente seriedade de intentos, e também porque vossa Associação tem sabido operar indefessamente para reunir e conservar essas preciosas energias sob a bandeira de Jesus Cristo, único Mestre de grandes e pequenos. Tributamos louvores aos trabalhos por vós com tanta habilidade realizados para preparardes os propagandistas nacionais e periféricos para a formação religiosa e profissional de mestres, e não podemos calar a Nossa satisfação pela ação condigna e inteligente dirigida a obter os justos melhoramentos econômicos e jurídicos, não cedendo, todavia à sugestão

de uma fácil demagogia, sempre nefasta, especialmente no que concerne a escola. Fica assim, assinalado que a vossa presença numerosa e unida tem feito conquistar para os católicos a maioria absoluta em todas as assembléias de caráter eletivo. Por esse trabalho valiosíssimo exprimimos-vos a Nossa satisfação, e exortamos-vos a continuardes com o mesmo devotamento e com o mesmo ritmo, a fim de que, onde a infância da Itália passa os seus anos mais belos, resplandeça sempre a graça de Jesus, amigo das crianças.

Mas também quereis escutar uma palavra Nossa exortadora, com algumas simples e necessariamente incompletas reflexões sobre o que deve ser o mestre o sobre o que deve saber, quere e fazer para corresponder dignamente à alta vocação que lhe foi confiada.

1º E, antes de tudo: **que deve ser o Mestre?**

/.../ “Mestre” é o mais alto título que se possa dar a um ensinante; o seu ofício exige algo de mais elevado e de mais profundo do que o de quem simplesmente comunica o conhecimento das coisas. “Mestre” é aquele que consegue tecer relações de intimidade entre sua própria alma e a da criança: é aquele que se empenha pessoalmente a si mesmo a fim de dirigir para a verdade e para o bem a vida inexperiente do discípulo; numa palavra é aquele que plasma a inteligência e a vontade desta para, nos limites do possível, tirar daí um ser de perfeição humana e cristã. /.../

Os verdadeiros mestres devem ser homens completos e integralmente cristãos, isto é, imitadores do único Mestre Divino, Cristo Jesus.

2º **Que deveis saber?**

Não é de crer que, por serem pequenas as crianças, objeto da vossa obra educativa, possais contentar-vos com serdes medíocres humana e espiritual e moralmente. /.../ Do mestre pede-se, pois, a sabedoria ainda mais do que a ciência, a profundeza ainda mais do que a vastidão dos conhecimentos, e, sobretudo a ativa solicitude pelo futuro das crianças, não obstante o seu presente instável, de modo que àquele dirija ele todos os movimentos. O mestre é o bom semeador que lança a mancheias o trigo nos sulcos, escolhendo com sagacidade o tempo, o lugar e o modo, a fim de que nenhum grão se perca, mas sim cada um frutifique abundantemente.

3º **Que deveis querer?**

Como **insinantes**, (**sic**) deveis preocupar-vos com que as crianças adquiram todas as noções absolutamente indispensáveis à vida. Sereis, pois, fiéis aos programas estabelecidos, exigindo com doce firmeza que as crianças a vós confiadas os executem com diligencia segundo a sua capacidade. Como **ensinantes católicos**, preocupar-vos-eis particularmente com que a religião seja por elas aprendida de modo claro, orgânico e, portanto, vivo; sobretudo vivo, não só enquanto isso significa interesse pelo seu conhecimento, mas no sentido de que a religião é vida, isto é, fator indispensável para viver, quer como solução das incertezas e das dúvidas, quer como auxílio para vencer as lutas, hoje pequenas, amanhã grandes. /.../ Como **educadores católicos**, enfim, deveis fazer todo esforço para que todos sejam bons cristãos, e muitos tentem mesmo a

escalada do monte santo de Deus, incentivados e sustentados por vós, além de pelo sacerdote.

Documento 05 – Instalação da Universidade de Campinas. Revista da Universidade de Campinas. Ano III. Dezembro de 1955 – Março de 1956. Nº 8 e 09

Neste documento, transcrito do periódico local “A tribuna” encontra-se a lista das autoridades presentes na instalação da Universidade de Campinas, os discursos do Ministro da Educação e Cultura, Dr. Clóvis Salgado, do Senhor. Núncio Apostólico Dom Armando Lombardi, do Reitor da Universidade do Brasil, Dr. Pedro Calmon.

As 8 horas em ponto, estando a Igreja da Catedral de Campinas, ornamentada como em seus grandes dias e literalmente tomada pelo Cabido, Clero e Povo da cidade, o Exmo. Sr. Núncio Apostólico, em Campinas desde a véspera, iniciou a Santa Missa de Ação de Graças pela Instalação da Universidade. Ao evangelho S. Excia. se dirigiu aos presentes, congratulando-se pela vitória da Diocese e daqueles que vieram dirigindo, com dedicação exemplar, desde 1941, o desenvolvimento das Faculdades de Campinas. S. Excia., acentuou que o universitário jamais dever perder de vista, que seu ideal é o serviço da Pátria, da Cultura e da Religião.

O Coral Pio XI, executou, com brilho de sempre motetes sacros, sob a regência do Professor Jarbas Roweder, sendo organista o Professor Mário Gomos Tavares

As 10 e 30 o Teatro Municipal de Campinas já se encontrava lotado, notando-se a presença de inúmeros alunos da Universidade. As frizas (sic) forma ocupadas pelos Catedráticos e Assistentes da Universidade, encontrando-se à direita os de Odontologia e Direito e à esquerda os de Filosofia, Ciências e Letras e Ciências Econômicas. Os professores presentes à Magna Assembléia Universitária, a primeira de Campinas assistiu e que no dizer unânime de todos, foi das solenidades mais brilhantes aqui realizadas, foram perto de 80, portanto, a quase totalidade do Corpo Docente da Universidade.

O Exmo. Senhor Ministro da Educação e Cultura, chegou, vindo de São Paulo, onde desembarcara em Congonhas, às 11 horas, iniciando-se a Magna Assembléia às 11 e 15 com a chegada do Exmo. Senhor Cardeal de São Paulo, Exmo. Sr. Núncio Apostólico e outros prelados. Em meio a rica ornamentação e a entusiástica palmas, o pano subiu, podendo-se notar no palco, umas 50 personalidades.

Documento 06 – Alocução do Santo Padre, Papa Pio XII, ao Movimento “PAX ROMANA” sobre a função do intelectual católico no mundo moderno. Revista da Universidade de Campinas. Ano IV. Abril de 1957. Nº 12.

Trata-se da celebração a XI Assembléia plenária do Movimento Internacional dos Intelectuais Católicos, fundada no ano de 1947. O tema da reunião “A situação e a função dos Intelectuais Católicos na comunidade mundial em formação” em que o Papa expressa a sua preocupação com os rumos da humanidade.

Principalmente de alguns anos para cá, os homens e os povos assistem, não sem surpresa e angústia, à evolução acelerada das estruturas internacionais. E se os maravilhosos progressos das relações humanas em numerosos domínios, material, intelectual e social, lhes causam prazer, não podem deixar, algumas vezes, de temer que a unificação, para a qual o mundo caminha a grandes passos, se efetue na violência e que os grupos mais poderosos pretendem impor à humanidade inteira sua hegemonia e sua concepção de universo. /.../ Alguns perguntam a si mesmos se a evolução precipitada do mundo não conduz toda a família humana à catástrofe ou à tirania. /.../ O Cristão não pode ficar indiferente a evolução do mundo. /.../ Apoiado em tal certeza, o cristão avalia a que ponto Deus “ quer que todos os homens se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade. Por que há um só Deus e um só mediador entre Deus e os homens que é Jesus Cristo, homem que se deu a si mesmo pra redenção de todos”

A verdade revelada, a que se refere a afirmação da Escritura, foi confiada ao Magistério infalível da Igreja, mas forma o patrimônio da comunidade católica, que dela nutre e vive. /.../ Não sois pesquisadores isolados, pensadores autônomos; sois intelectuais católicos, quer dizer, encarregados de responsabilidade social e universal no que diz respeito a expansão da verdade cristã e sua aplicação concreta a todas as formas de atividade. /.../ O cristão estará, portanto, pronto para trabalhar pelo alívio de todas as misérias materiais, pela expansão universal de um ensinamento básico, numa palavra, por todos os empreendimentos que visam diretamente a melhoria da condição dos pobres e deserdados (...) Aqueles, entretanto, que gozam de certa notoriedade e podem, portanto, influir sobre o espírito público, sentem-se encarregados de tarefa muito mais considerável pois a verdade não tolera, de si mesma, nem mistura nem impureza e sua participação a empreendimentos duvidosos poderia ter a aparência de adesão a um sistema político, ou social, inadmissível, ainda aí há um vasto domínio sobre o qual os espíritos libertos de preconceitos e de paixões podem ficar de acordo e auxiliar-se mutuamente em prol do um bem comum real e válido, pois a sã razão basta para estabelecer as bases do direito das gentes e reconhecer o caráter inviolável da pessoa.

Documento 07 – Declaração dos Cardeais, Arcebispos e Bispos do Brasil, reunidos em Goiânia, de 0 a 11 de julho de 1958. Revista da Universidade de Campinas. Ano V. 1958. Nº 15 p. 149/154.

Uma das missões mais importantes da Igreja em todos os tempos – e especialmente em horas confusas e agitadas como a atual – é a de firmar diretrizes, recordar princípios, salvaguardar a hierarquia de valores. É de tal relevância esta função orientadora que dela se beneficiam até não-católicos ou espíritos afastados da preocupação religiosa, MS pessoas e retas, desejosas de acertar.

Claro que não faltam os que descobrem segundas intenções nos pronunciamentos da Igreja e, sobretudo, não faltam os que descobrem nas palavras do Episcopado argumentos que, interpretados de modo faccioso, dizem o que a Hierarquia jamais pensou em dizer. /.../

Além do tema central previsto para nossa Assembléia - o importantíssimo assunto da **Renovação espiritual**, tão caro ao Santo Padre - escolhemos três dentre os problemas cuja exata colocação é mais urgente e vital para os destinos de nosso povo: educação, ação social e política.

Educação: esclarecendo e desfazendo equívocos.

É hoje matéria pacífica que, na crista de todos os problemas brasileiros, se projeta esta dramática situação de um país que, com mais de um século de existência como nação, ainda não encontrou rumos certos para resolver o problema da educação de sua gente. /.../ O desejo louvável de não querer fazer da educação um privilégio, de estendê-la às massas, promovendo-as à participação numa autêntica vida democrática, nem sempre ensejou uma colocação verdadeira do problema. /.../ Nós Bispos do Brasil, com a responsabilidade de guias espirituais da maior parte da população nacional, e brasileiros dos mais interessados na boa solução dos grandes problemas da pátria comum, devemos proclamar que a colocação do problema – a educação como tarefa do Estado que a outorga, mediante condições, a particulares – está errada.

Educar é obra da Família cuja função primordial não se cinge apenas à procriação, mas se completa na educação, que é o desenvolvimento pleno de todas as virtualidades pessoais e sobrenaturais do homem integrando-o dentro do ciclo histórico e social em que chamado a viver. /.../ O Estado não é fone de todos dos direitos. /.../ Não vamos afirmar, porém que o Estado deva ignorar a obra educativa ou dela desinteressar-se. Pelo contrário. Seu dever de vigilância, de estimulação, de orientação. Para com todas as coisas que digam com o progresso das atividades da comunidade, faz do Estado a grande força supletiva na obra da educação. /.../ Não tememos dizer que a intervenção estatal é, em grande parte, responsável pela mediocridade da nossa escola secundária. /.../ o Estado brasileiro torna impossíveis experiências novas /.../. A legislação brasileira, em matéria de educação, nivela todos os estabelecimentos: bom e mau. /.../ Desejamos que o Estado exerça o seu papel de vigilância, criando condições de sobrevivência para os estabelecimentos honestos e aplicando sanções aos mercenários /.../ Devemos ter a coragem de defender o ensino particular decente e honesto sem nos acumplicarmos com que mercadejam e venalizam a escola. /.../ Num regime de honestidade, a subvenção não é um favor. /.../ A distribuição dos auxílios deve obedecer a critérios objetivos de verificação de serviços.

Em face dos problemas sociais.

O trabalho apostólico de Evangelização em que empenhamos para o cumprimento de nossa missão no mundo nos impõe o dever de examinar as condições humanas e sobrenaturais dentro das quais vivem aqueles que Deus nos confiou. /.../ Angustia-nos, porém, a evidência de que as estruturas econômicas sociais do nosso mundo dos negócios e das indústrias ainda continuam a ser, tantas vezes, fontes de injustiças, sofrimentos e opressões que desnorream consciências e tornam impossível a expansão da mensagem que prega a Justiça e o Amor para o estabelecimento de uma “sociedade fraternal”, na expressão do Santo Padre Pio XII, falando à Juventude Operária Católica em agosto do ano passado. /.../ O que devemos denunciar é a regra materialista dos que se lançam aos empreendimentos econômicos com um intuito de lucro e mais lucro a qualquer preço, tendo diante dos olhos, apenas, equações econômicas, estabelecendo assim, uma mentalidade que coloca o êxito econômico como critério absoluto com a subestima das exigências morais, sociais e espirituais da comunidade humana ligada às empresas sob forma de serviço salariado /.../. Apontamos os erros e os perigos que se encontram na estrutura dos sistemas e os denunciaremos /.../. Interessa-nos ver estabelecida, por toda a parte, a paz no trabalho, o entendimento entre os homens do capital e trabalho. /.../ Nisto esta toda a formulação cristã de nossa posição contra o comunismo ateu que combatemos, inclusive no terreno de suas táticas, mas que não confundimos com a aspiração legítima acalentada pela classe operária e por todo o mundo do trabalho, em busca de tempos melhores. /.../ A Igreja prega a harmonia das classes, mas é preciso que sua pregação não encontre barreiras intransponíveis na mentalidade dos que detêm a concentração dos bens materiais em suas mãos. Nem nas cidades nem nos campos.

Política

Em nosso panorama político, quaisquer que sejam suas deficiências, queremos proclamar nossa confiança no regime democrático. Os fracassos, reais ou aparentes, porventura manifestos em nossa convivência política devem atribuir-se mais à fraqueza dos políticos do que à estrutura do regime democrático. /.../

Ao lado do princípio correto da pluralidade partidária, lamentamos que a multiplicidade de partidos, sem programas definidos, como simples pretextos para salvaguarda de interesses pessoais, seja uma fonte de debilidade de nossa organização política /.../ A democracia deve saber defender-se contra as infiltrações espúrias de candidatos que apenas se servem do voto atual para fins subversivos e totalitários no futuro.

Que nossos votos não conduzam ou reconduzam ao legislativo nem ao executivo os inimigos dos princípios cristãos e democráticos /.../

Somos por um nacionalismo sã e equilibrado, enquanto atende às necessidades de uma soberania nacional que rejeita qualquer escravidão de tipo capitalista ou de feição marxista. /.../ Reprovamos o nacionalismo exacerbado que recusa qualquer convivência e colaboração legítima com outras nações e que se exprime como uma forma aguda de egoísmo coletivo.

Condenamos o imperialismo econômico que representa um tipo de ditadura internacional e uma abdicação da autonomia nacional. Reprovamos com veemência o imperialismo soviético que, sob pretexto de nacionalismo e anticolonialismo comanda frentes e movimentos políticos, que representam apenas momentos provisórios de um assalto à autonomia da pátria, revelando-se depois como um virulento anti-nacionalismo.

A experiência da infiltração marxista na China e em todas as chamadas Democracias Populares, convence-nos, com fatos os mais dolorosos, de que devemos estar vigilantes, pois o nacionalismo é, por vezes, a cobertura sedutora do mais feroz colonialismo imperialista.

Documento 08 – A lenda de John Dewey no campo da educação americana. Revista da Universidade de Campinas. Ano V. 1958. Nº 15. p. 155/161. Texto transcrito do Boletim da Associação de Educação Católica. Autor G. Hardon s. J.

A teoria do divertimento na Educação.

Em virtude das modernas tendências progressivas, a disciplina e o trabalho na escola, que forma sempre a essência desde os primórdios da história, devem ser substituídos pela liberdade e pelos divertimentos. Segundo Dewey “as crianças deveriam ser concedidas a liberdade na maior escala possível... nenhuma criança deveria ser forçada a trabalhos que lhe não interessem...; uma disciplina baseada nos princípios morais é um simples pretexto para obrigar os alunos a fazerem uma coisa unicamente porque um adulto qualquer pretende que se faça”.

Estas idéias escritas em 1915 foram perfilhadas por milhares de escolas americanas. Escrevendo em 1951 sobre este assunto, observa um educador católico que “um dos princípios que está minando as escolas americanas é, mais do que qualquer outro, a idéia fixa de que a educação deve ser um divertimento.

Educação sem autoridade dos mestres

São preciosas as impressões pessoais que, a respeito deste tipo de educação liberal, exprime uma professora de escola superiores num artigo **As minhas aventuras de professora**, publicado em outubro de 1951 numa revista católica: uma série de incidentes quase inacreditáveis são o pão de cada dia dos pobres professores de escolas improvisadas, segundo o método progressivo. Um dia os estudantes vieram para a escola com um aparelho de rádio portátil e fizeram questão de ouvir a transmissão dum jogo de baseball durante a aula de História; a professora teve que ceder. Noutra ocasião repreendi uma menina irrequieta que

tagarelava sem descanso. Respondeu-me: a senhora está perdendo o seu tempo, mandamos-me calar, porque estou resolvida a continuar. Educação progressiva!

Método Científico e Moralidade

É axioma de Dewey que “as teorias educativas... devem desmentir a opinião, segundo a qual a moral é qualquer coisa inteiramente acima e diferente da ciência e do método científico. Segundo a filosofia tradicional, a moralidade é, em última análise, fundada em princípios estáveis, que tem a sua origem na natureza do homem, tão firmes e imutáveis como ela. “Nada de novo em tal conceito diz Dewey. “Entretanto essa é a expressão duma mentalidade provinciana e convencional duma cultura pré-científica, no sentido em que hoje se entende a ciência”. O conceito exato e moderno de moralidade está, segundo ele, “no método científico de investigação e exame que tem operado milagres num campo, se aplicar de modo que amplie e faça progredir os nossos conhecimentos no âmbito moral e social”. É o mesmo que dizer que “as verdades morais são do mesmo gênero que as científicas, e justamente por isso, hipóteses práticas que por um lado condensam os resultados de continuadas experiências e investigações anteriores, e por outro promovem ulteriores e frutuosas descobertas”.

A aplicação mais famigerada deste princípio deu-se na educação sexual. Sustentando que “os jovens para dominarem seus libidinosos instintos necessitam de conhecer suas próprias funções orgânicas e os males que do seu abuso derivam” os defensores do método progressivo, orientados por Dewey, fizeram do ensino sexual assunto ordinário das escolas americanas. Queixas ocasionais estampadas nos jornais mostram a que objetivo se encaminhe semelhantes instrução.

Liberalismo da instrução e problemas sociais americanos

Em 1931 os professores das escolas públicas americanas foram advertidos por um dos seus chefes que a pedagogia de Dewey estava formando uma geração de criaturas moralmente taradas. /.../ Mais explícito foi outro autor insigne, que criticando o individualismo de Dewey nas escolas, sustenta que “o culto do individualismo que só encontra uma autoridade nas suas próprias necessidades e satisfações, é responsável pelo excessivo número de delitos, pelo número de divórcios e pelo relaxamento moral familiar /.../.

Conclusão.

John Dewey numa das suas afirmações mais freqüentemente citadas disse que “a educação em si não tem finalidades”, pretendendo com isso significar que a educação, do mesmo modo que o homem, é auto-suficiente, e é por si mesma um fim. Discordando de Dewey, os católicos americanos julgam com Pio XI que “a educação consiste essencialmente em preparar o homem para o que ele deve ser para o que deve fazer na terra, a fim de conseguir o fim sublime para o qual foi criado”. Constituíram eles uma organização educativa particular, que conta

hoje três milhões de estudantes, distribuídos em 11.767 institutos desde os cursos elementares até aos universitários. O custo anual da manutenção deste gigantesco programa educativo atinge centenas de milhões de dólares. Privado de subvenções governamentais, isto se tornou possível graças a generosidade dos fiéis e à dedicação dos religiosos que se consagraram ao ministério da educação. Só Deus conhece a soma de sacrifícios que custa um tal empreendimento; mas nenhum sacrifício é demasiado quando se trata de preservar a nossa juventude católica do naturalismo que invadiu a educação laica nos Estados Unidos.

Documento 09 Discurso de Dom Vicente Scherer sobre a orientação materialista e ateuista do ensino nacional. Ano V. 1958. nº 14. p. 207-210

Durante a missa rezada na Catedral Metropolitana, no dia 23 de fevereiro último na comemoração do seu undécimo aniversário de sagração episcopal dom Vicente Scherer, Arcebispo Metropolitano de Porto alegre pronunciou o seguinte discurso.

Atribuo a esta solenidade com palavras empregadas em recente documento por Pio XII, a significação de um “testemunho de unidade e de caridade”. Testemunho de unidade das forças das iniciativas, das vontades e dos corações em torno da pessoa do Bispo, como penhor de ortodoxia na doutrina e de fecundidade na ação; testemunho de caridade, compreensão, amor fraterno que necessariamente, na família diocesana cristã, manifestam e caracterizam presença e o espírito de Deus. /.../.

Consola-me sobremodo e exuberante florescimento das obras da religião, de apostolado, de assistência e caridade que o zelo e a generosidade do clero e de leigos operosos por toda à parte promovem e aperfeiçoam, dominados pelo amor de Cristo, obedientes aos apelos da Igreja angustiados pela miséria moral e espiritual dos esquecidos de Deus e pela penúria econômica dos abandonados pela justiça social dos homens.

Mas observamos igualmente a ação destruidora das forças da negação e do mal. O ateísmo também entre nós conta com apóstolos e evangelistas que desdobram atividades tenaz e articulada que, sob esse aspecto, a muitos de nós, apáticos e comodistas poderia servir de exemplo e incitamento. /.../.

Queremos hoje, referir-nos a um grupo poderoso que, - impõe-se-nos a renovada denúncia à consciência católica e cristã do País - instalados no Ministério da Educação e Cultura do rio de Janeiro, está promovendo não só o laicismo do ensino mas também a laicização e o materialismo da vista. Sistemáticamente procura-se realizar um plano de orientação materialista e ateuista do ensino nacional e se move uma campanha ardilosa contra as escolas particulares, em favor do monopólio estatal do ensino. Os patrocinadores desse programa de ação apresentam e defendem uma doutrina de desenvolvimento nacional inspirada e baseada na mesma filosofia em que se abeberou Carlos Marx (sic) para elaborar as teses fundamentais da sua interpretação materialista da história e sua teoria econômica, viga-mestra do comunismo.

/.../ O Sr. Professor Anísio Teixeira, a figura mais destacada do referido grupo, apresenta a escola pública, universal e gratuita do Estado como remédio para os males da educação no Brasil. (“Educação não é privilégio”) /.../

A mentalidade hostil ao ensino particular, dominante em certas esferas oficiais, ficou evidenciada igualmente no recente congelamento, pela COFAP, das anuidades escolares.

/.../ o direito de educar decorre da própria geração dos filhos. /.../ E os pais, confiando os filhos à escola, não podem renunciar ao seu direito inalienável de educar, mas somente o delegam, na medida reclamada pelo bem dos filhos e da coletividade. /.../ Os direitos da família são anteriores e superiores aos do Estado e da comunidade política que se constituiu pela união das famílias existentes antes dele.

/.../ E como a escola tem essencialmente uma função educativa, escolher uma determinada escola significa preferir uma certa forma de educação escolar, informada de especiais princípios, pedagógicos, morais e religiosos /.../

Não reivindicamos o direito de educar somente para os pais católicos; aos adeptos de qualquer crença e mesmo às famílias pagãs assiste ele igualmente, como fundamento nas razões apontadas.

/.../ O monopólio estatal do ensino é tese essencialmente totalitária e antidemocrática. /.../. Espoliação pior. Em certo sentido, vem a ser a socialização ou monopólio do ensino, porque escraviza as inteligências ao Estado que pretende impor aos súditos a opinião de alguns poderosos do momento sobre o sentido de orientação da vida.

/.../ Observamos em toda à parte /.../ tendência crescentes do Estado moderno de impor a sua dominação absoluta em quaisquer setores da vida e das atividades humanas /.../. Mas não corresponde à justa concepção do homem e menos ainda o conceito cristão do Estado. /.../ Negamos ao Estado o direito de monopólio escolar /.../. Na defesa da liberdade escolar a luta dos católicos deverá ser decidida e sem trégua.

/.../ Não tem fundamento a campanha de descrédito que alguns funcionários do Ministério da Educação movem contra a escola livre ou particular. /.../ As repetidas exortações de Pio XII e inúmeros documentos episcopais demonstram vivamente quanto a Igreja se preocupa com o aperfeiçoamento do ensino católico e a atualização dos métodos. /.../ Acusam estes o ensino livre de mercantilismo e promotor ou conservador de desigualdades sociais. Generalização é inteiramente injusta. Concordamos que aqueles que, ao abrir um estabelecimento de ensino, procuram montar um negócio rendoso não devem obter proteção do Estado.

/.../ Serão as escolas particulares para os ricos? Nos estabelecimentos públicos estudam pessoas abastadas da mesma forma como nos colégios particulares. /.../ É uma clamorosa injustiça que o Estado comete obrigando os pais, que desejam uma escola informada de determinado princípio educativo, a pagar duas vezes a taxa escolar, uma vez contribuindo para os impostos comuns, com que são mantidos os estabelecimentos públicos de ensino, e outra vez, atendendo às justas exigências da escola particular em que os filhos estudam.

/.../ Os ataques velados e abertos que partem do Ministério da Educação contra o ensino livre suscitam graves apreensões e alertam a consciência cristã. /.../ A educação cristã, que a Igreja preconiza e exalta enriquece a vida intelectual com conhecimento técnicos e científicos, enrija o corpo pela cultura física, mas principalmente fortalece a vontade, forja caracteres, purifica e enobrece o coração, desenvolve e alimenta uma sadia vida de fé e de piedade. Uma escola sem ideal superior, uma pedagogia sem alma, um ensino sem preocupação educativa, seria um jardim sem sol, um corpo sem alma, uma fonte sem jorro de água cristalina, um canteiro sem flor, uma rosa sem matiz e perfume. /.../ Deus preserve o Brasil da perda do seu mais opulento patrimônio, a alma cristã de seus filhos.

Documento 09 A. Esclarecimento do Professor Anísio Teixeira. Ano V. 1958. nº 14. p. 210-11

Por meio de uma carta, o professor Anísio Teixeira, presidente do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, responde às críticas que o arcebispo de Porto Alegre fez recentemente às autoridades Educacionais do País (documento anterior).

As declarações do senhor arcebispo de Porto Alegre não são justas. Já que me citou pessoalmente, devo dizer que propugno a escola pública como dever do Estado, acentuando, entretanto, que “não advogo o monopólio da educação pelo Estado”, mas que julgamos que todos têm o direito à educação pública, e somente os que o quiserem é que poderão procurar a educação privada.

A escola particular não só é livre na democracia brasileira, como altamente subvencionada e amparada por recursos públicos.

Isto, porém a meu ver, não dispensa o Estado do cumprimento do seu dever de oferecer a escola pública a todos os brasileiros e, ao mesmo tempo, não lhe dá o **direito** de impor a obrigação de frequentar a escola pública. A obrigação é de educar-se na escola pública, ou na particular. Como esta não é nem pode ser universal, cabe ao Estado o **dever** (grifos do autor) de oferecer a escola pública a todos.

Mais interessante seria ao senhor arcebispo notar o tipo de escola pública que defendo. Essa escola pública, como a particular, seria dirigida pelos pais e pelos professores.

Com efeito, vejam-se as citações abaixo da mesma conferência a que se referiu o senhor arcebispo: “ A primeira modificação é, pois, esta: educação, como agricultura, como medicina, não é algo que se tem de regular por normas legais e que só delas dependa, mas o processo especializado, profissional, extremamente variado, em velocidade e em perfeição, e que deve ser aferido por meio de outros processos especializados, sujeitos ao delicado arbítrio de profissionais e peritos e não a meras regras legais ou regulamentos, aplicáveis por funcionários”.

“A legislação sobre educação deverá ter as características de uma legislação sobre a agricultura, a indústria, o tratamento da saúde etc., isto é, uma legislação que fixe condições para sua estimulação e difusão, e indique mesmo processo recomendáveis, mas não pretenda defini-los, pois a educação, como o cultivo de terra, as técnicas da indústria, os meios de cuidar da saúde não são assunto de lei, mas da experiência e da ciência”.

“Fixando que seja o critério de que a lei não faz, não cria a educação, desaparecerá a corrida junto aos poderes públicos para **equiparar, reconhecer e oficializar**, a educação, a fim de que valha ela, independentemente de sua eficiência e dos seus resultados, e assim se extinguirá um dos meios de identificar a educação com a simples aquisição de vantagens e privilégios, mediante o cumprimento de formalidades”.

“– Quem, porém, julgará os resultados da educação?”

– “Os próprios professores, pelos processos reconhecidos, pela experiência e pela ciência, para se fazerem tais avaliações”.

“A transferência para a consciência profissional dos professores ou educadores, do poder de orientar a formação escolar, dentro das autorizações amplas da lei, não se poderá fazer sem retirar aos diplomas escolares a falsa liquidez que hoje, se lhe atribui.”

“Já todos estamos vendo que **escola pública** não é escola cujo programa e currículo, sejam decididos por **lei**, mas, simplesmente, a escola mantida com recursos públicos.”

“Por ser mantida com recursos públicos, não irá, porém, transforma-se em repartição pública e passar a ser gerida, como se fosse qualquer dependência administrativa ou poder estatal”.

“Dentro do espírito de escola como instituição profissional, a escola, quando pública, faz-se uma instituição pública especial, gozando de autonomia diversa da de qualquer pura e simples repartição oficial, pois a dirigem e servem profissionais específicos, que são mais profissionais do que funcionários públicos”.

“Daí defender eu a administração autônoma das escolas de nível médio e superior e a administração central das escolas de nível elementar. Somente às escolas elementares aconselharia a administração central, não, porém, de um centro remoto, mas, da sede do Município, enquanto não podemos chegar à sede distrital.

Documento 09 B. Lição de uma greve. Ano V. 1958. n° 14. p. 210-11.

Reprodução de o “Estado de São Paulo, de 12-04-1958.

A greve universitária, iniciada no Paraná em sinal de protesto pela irregular distribuição dos estudantes estrangeiros pelos estabelecimentos federais de ensino superior, tende a alastrar a todo o País. O movimento, presentemente encabeçado pelos alunos da Escola Paulista de Medicina, ganha, dia a dia, maior amplitude, como se depreende do manifesto divulgado anteontem pelos grevistas.

Uma análise superficial do problema pode levar qualquer pessoa de boa-fé à conclusão de que a atitude dos estudantes é inteiramente justificada. Tal conclusão pecaria, porém, por ser apressada.

Em primeiro lugar, importa que o universitário estrangeiro, salvo raras exceções, vem ao Brasil apenas para estudar Medicina e Odontologia. E, compreensivelmente, pretende ingressar nas melhores Faculdades. Incumbe ao Ministério da Educação, de acordo com os convênios culturais celebrados, proceder à distribuição desses estudantes pelos vários estabelecimentos de ensino dessas especialidades, que deles dependem. O peruano, o boliviano, o equatoriano, que se deslocam dos seus países atraídos pelo prestígio do ensino universitário brasileiro, não podem, de forma alguma, ser enviados

para **qualquer Faculdade**. É evidente que prefeririam ficar em Lima, em La Paz ou Quito, a serem obrigados a cursar Medicina em Fortaleza ou Niterói.

Objetam os estudantes brasileiros, e com razão, que o número de vagas nas nossas melhores Faculdades de Medicina e Odontologia, já de si reduzido, diminui em conseqüência dos seus colegas estrangeiros não estarem sujeitos aos exames vestibulares.

A questão, como se vê, apresenta aspectos delicados e de difícil, ainda que não impossível solução. Mas não restam dúvidas de que a atitude assumida pelos alunos da Escala Paulista de Medicina e de outros estabelecimentos congêneres em nada pode contribuir para essa almejada solução. /.../ Os universitários brasileiros vêm demonstrando, ultimamente, acentuada propensão pelas greves. Qualquer pretexto lhes serve, por mais absurdos e injustificados que seja. /.../ Tudo lhe serve. Até o petróleo!

O Brasil, temo-lo afirmado mais de uma vez, precisa de homens capazes, de dirigentes e técnicos aptos a encontrar soluções adequadas para os problemas criados durante a ditadura. Esses homens, essa geração de quem o País tanto espera, só podem formar-se pelo trabalho e pelo estudo. Greves não trazem consigo a esperança de um amanhã melhor; são antes o reflexo de um passado de desordem e insensatez cujos vestígios teimam em manifestar-se.

Documento 09 C. Espírito Universitário. Ano V. 1958. nº 14. p. 215-16.

Muito se escreve, agora, acerca do “espírito universitário /.../ Para uns, era, o direito de arvorar, romanticamente, um distintivo de metal dourado. /.../ Para outro, era o trote, a algazarra nos pátios das Faculdade. Era o direitos de não estudar, o de conseguir aprovações facilitadas pela complacência de autoridades e bedéis.

Para terceiros, constituía, porém em algo mais sério. /.../ Algo que aglutinava as Escolas. Que as fazia vibrar em uníssonos nas grandes datas. Que as fazia viver, unidas, num todo orgânico /.../.

Que seria, na realidade, essa força atrativa – complexo emocional “ordinatio ad unum” que jungia milhares de almas jovens, fundido-as, sem quebrar-lhes a multiplicidade de expansão?

Era, em última análise, a alma das Universidades. O principio íntimo da vida própria, que animava como instituições autônomas dentro do agregado da Cidade e do Estado.

A Universidade é, com efeito, uma realidade viva. Não forma apenas um conglomerado amorfo de Estabelecimentos de ensino, justaposição inerte de Escolas e Institutos. /.../

A Universidade é, pois, um aglomerado vivo. Vivo e uno. /.../

Ora, para realizar esta missão: para adquirir a verdadeira sabedoria e formar a personalidade intelectual do estudante para transfundir, na Sociedade a Verdade e o Bem; para guiá-la, rumo à Felicidade, rumo a um mundo melhor – a Universidade deve constituir um todo, ativo e eficiente. /.../ Este é o espírito Universitário que se transfunde nas realizações estudantis. /.../ Que não se opõe alunos e professores como grupos antagônicos. Mas antes os faz sentir como cooperadores da obra comum.

E, - em se tratando de Universidades Católicas – tal espírito deve orientar-se não apenas para a ciência, mas a procura do equilíbrio entre a inteligência e a vontade – a “harmonia entre o aperfeiçoamento moral e espiritual” /.../

Documento 09 D. Manifesto do Episcopado Fluminense. Ano V. 1958. nº 14. p. 216-18.

O Episcopado Fluminense que se reuniu nestes dias para tratar dos assuntos referentes à Província Eclesiástica do Rio de Janeiro e de problemas de interesse para todo o Brasil, acaba de divulgar um importantíssimo Manifesto que publicamos a seguir, falando da gravidade da situação atual e alertando os dirigentes do país contra os perigos da infiltração comunista.

Este ano, com a libertação do líder comunista brasileiro, o fato de maior gravidade, dado que a ardilosa suavidade de suas declarações está apanhando de surpresa a opinião pública nacional e levando sua propensão à indulgência e a atitudes liberais.

A imprensa, o rádio e a televisão – com raras exceções – deram a mais completa e amável cobertura às hábeis alocações do neo-ingresso na vida cívica, esquecidos de que todo o jogo tinha sido desvendado em célebres entrevistas tornada públicas desde fins do ano passado. Representantes das forças conservadoras apressaram-se em saudar a nova, comedida e insincera posição do condutor dos comunistas brasileiros. Com o ano eleitoral à vista, compreende-se o alvoroço dos partidos políticos, desejosos de conquistar os votos vermelhos ou, ao menos, , temerosos de tê-los contra entra suas legendas. Sem perda de tempo, com audácia de quem sabe tirar proveito do estonteamento no campo adversário e estabelecendo, vem o chefe de comunismo indígena realizando visitas incríveis e estabelecendo contatos de estarrecer.

Alias, o ambiente já vinha sendo preparado por infiltração comunista em vários setores da vida pública, inclusive no exercício de cargos oficiais de responsabilidade. Até instituições da mais alta finalidade, nascidas como orientadoras das soluções de problemas nacionais, não se acham isentas de influência soviética. /.../

Deus nos livre de esquecer a liberdade e de traí-la, trabalhando contra ela. Deus nos livre de esquecer a democracia e de comprometê-la, depois das diretrizes do Vigário de

Cristo oportunas e definitivas em defesa do Governo do povo pelo povo, sob a soberania de Deus. /.../ O Estado democrático tem não só o direito, mas a obrigação de defender-se. /.../ Fazemos ao Poder Legislativo a justiça de confiar que, com igual rapidez, oferecerá a Nação os solicitados instrumentos de defesa e salvaguarda ante a insídia de um movimento, destruidor da fé. /.../ Que a luz divina ilumine os responsáveis pelos destinos do nosso País e a caridade oriente a teoria e a prática de medidas difíceis, mas inadiáveis nesta hora grave para o Brasil e para o mundo.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)